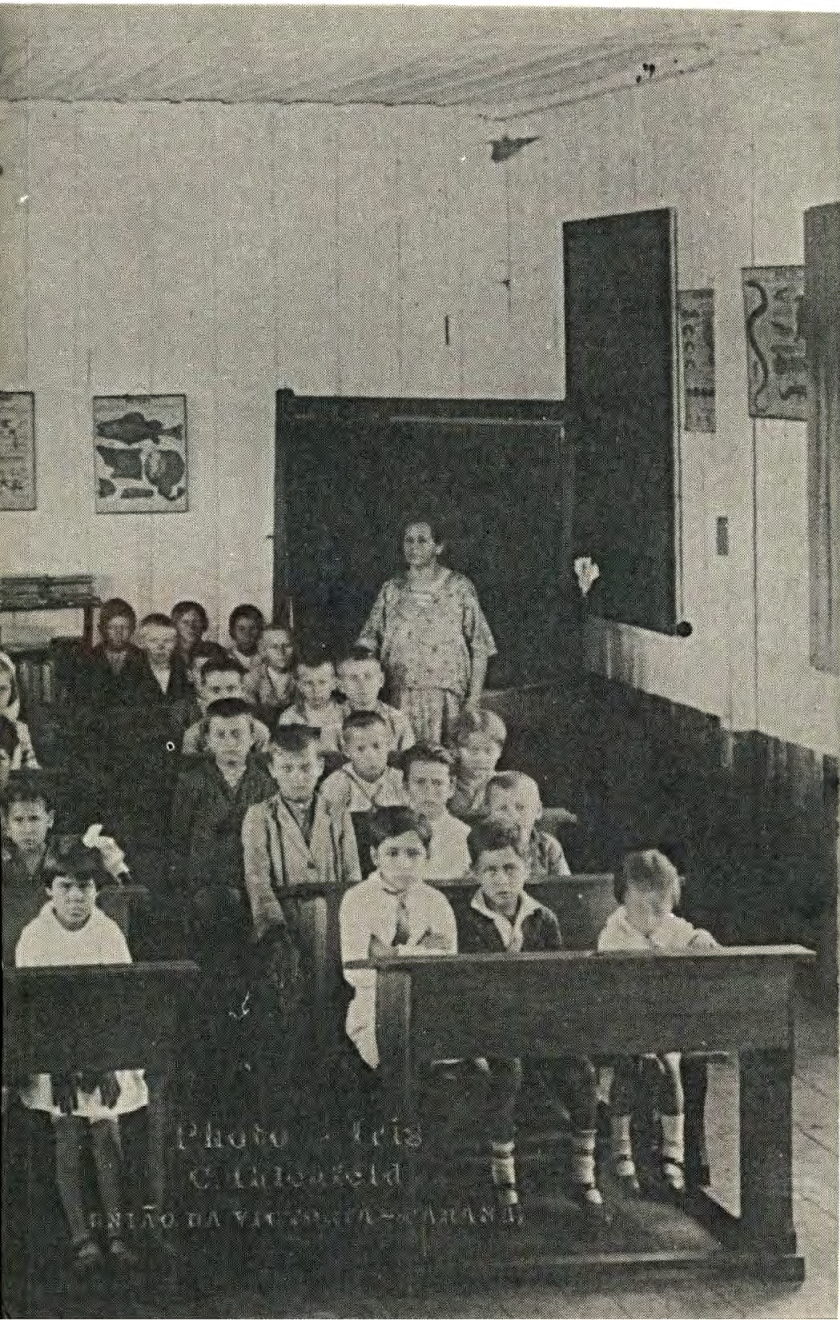




apah

# HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA

ISSN 0100-6932

ANO 6 NÚMERO 11 DEZEMBRO DE 1985

**Editor: — Sérgio Odilon Nadalin**

**Secretária Executiva: — Marionilde Dias Brepohl de Magalhães**

**Conselho Editorial: — Francisco Moraes Paz, Presidente**

**Marcelo Brunetti, Secretário**

Aldair Rizzi, Anamaria Bonin, Ana Maria de Oliveira Burmester, Aymara Ribas, Dimas Floriani, Gina Paladino, Inês Araújo, Jayme Antônio Cardoso, Judith Maria Barbosa Trindade, Maria Cristina Colnaghi, Regina Rotemberg Gouveia, Sérgio Odilon Nadalin.

**Conselho Consultivo: — Adalgisa Maria Vieira do Rosário (UnB), Caio Cesar Boschi (UFMG), Carlos Guilherme Motta (USP), Edgar Salvatore de Decca (UNICAMP), Joana Neves (UFPb), Sandra Jatahy Pesavento (UFRGS).**

**Conselheiros especiais para este número: Anita H. Schlessner, Edison Costa, Luís Carlos Ribeiro, Maria Ignês Mancini de Boni, Nilson Maciel de Paula, Salma Tannus.**

**Publicação semestral da Associação Paranaense de História — APAH**  
**Rua Cruz Machado nº 66**  
**Caixa Postal 1.538**  
**80.410 - Curitiba - PR - Brasil**  
**ISSN 0100 - 6932**

**Revisão: Denise Bottmann**

**Programação visual: — Key Imaguire Jr.**

**CAPA: — Escola Pública no Município de São Mateus do Sul, Paraná, provavelmente na década de 1940. — Foto de Carlos Ihlenfeld, de União da Vitória, Paraná. — Acervo do arquivo da Coordenação da Memória e Patrimônio Cultural — Fundação Cultural de Curitiba.**

**Gráfica Vicentina Ltda.**

**Al. Cabral, 846 — Caixa Postal, 988**  
**Telefone: 222-1057**  
**80.410 Curitiba-PR**

**Publicado com o apoio do CNPq, FINEP e CONCITEC — Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná.**

**História: Questões & Debates**  
**Associação Paranaense de História - APAH**  
**Curitiba — Dezembro 1985**

**S U M Á R I O**

|                                                                                                                                  |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Luís Carlos Ribeiro — Apresentação .....</b>                                                                                  | <b>135</b> |
| <b>QUESTÕES</b>                                                                                                                  |            |
| <b>Inês Lacerda de Araújo — Linguagem: Do signo ao discurso ....</b>                                                             | <b>137</b> |
| <b>Francisco Moraes Paz — Corpos disciplinares, corpos individualizados . . . . .</b>                                            | <b>165</b> |
| <b>HISTÓRIA E EDUCAÇÃO</b>                                                                                                       |            |
| <b>Maria Auxiliadora dos Santos Schmidt — O porquê dos estudos sociais: implicações histórico-sociais, políticas, econômicas</b> | <b>205</b> |
| <b>DEBATES</b>                                                                                                                   |            |
| <b>Pulquério Bittencourt — Estado e transformações agrárias .....</b>                                                            | <b>225</b> |
| <b>FONTES E DOCUMENTAÇÃO</b>                                                                                                     |            |
| <b>Luiz Mott — Fontes inquisitoriais para o estudo da demografia histórica do Brasil .....</b>                                   | <b>239</b> |
| <b>Maria Thereza Barbosa Lacerda e Marilene Milarch — O Bibliotecário e a documentação histórica .....</b>                       | <b>251</b> |
| <b>NOTAS DE LEITURA .....</b>                                                                                                    | <b>259</b> |
| <b>NOTÍCIAS DA APAH .....</b>                                                                                                    | <b>273</b> |

ISSN 0100-6932



## **Apresentação**

A grande diversidade de tema publicados nessa 11ª edição da revista **HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES**, da Associação Paranaense de História, não se restringe apenas aos assuntos tratados, mas também ao enfoque teórico. Esse ecletismo, ao contrário de ser apontado como fator negativo, expressa a riqueza e a abertura para o debate, finalidade sempre perseguida pelo seu corpo editorial.

Assim, o artigo de Inês Lacerda de Araújo, “Linguagem: do Signo ao Discurso”, elabora uma crítica às formas clássicas de análise do discurso, seja aquela do discurso como expressão da verdade, seja aquela do discurso como falso (expressão ideológica). Sua tentativa, ao explicitar as teorias de Foucault, é a de demonstrar que o discurso como um saber/poder é algo que se constrói no interior da luta por esse poder.

O artigo de Francisco Moraes Paz, “Corpos disciplinados, corpos indisciplinados”, caminha nessa mesma linha ao procurar desvendar a construção de um “imaginário burguês”, a partir de diversos discursos como o da medicina, da urbanização, da literatura, na instituição de uma disciplina que tem como suporte conceitos de tempo, trabalho, saber e poder que procuram se impor como acabados no universo social.

Já dentro de uma linha de análise marxista clássica, encontramos o artigo de Maria Auxiliadora M. dos Santos Schmidt, “O porquê dos Estudos Sociais: implicações histórico-sociais, políticas, econômicas, e de Pulquério Bittencourt, “O Estado e as transformações agrárias”.

Maria Auxiliadora parte de sua experiência concreta no ensino do 1º grau e remonta, através de discussão teórica, as origens do tão discutido “Estudos Sociais”. Temática mui-

tas vezes discutida nesta revista, as mudanças na educação e particularmente nos Estudos Sociais têm demonstrado uma forte resistência. Conservadorismo que evidencia algo mais do que simples — o que já é bastante — resistência burocrática. Enfocando também um tema sempre atual e com a mesma força de imutabilidade, Pulquério Bittencourt analisa a questão da reforma agrária no Brasil. Ambos, ao mesmo tempo que detectam a resistência à mudança como um elemento pertencente a um campo de força ideológica das classes dominantes, remetem as suas problemáticas à análise da luta de classes e de um comprometimento com as “classes populares”.

O artigo de Luiz Mott, “Fontes inquisitoriais para o estudo da demografia histórica do Brasil”, evidencia uma documentação rica não apenas para a Demografia, mas também à História Social.

Diante de tão expressivo panorama teórico e das condições de pesquisa e ensino da História, os registros inquisitoriais são referências para uma análise do cotidiano, do comportamento moral e sexual, da criminalidade, da política, enfim da construção do universo da modernidade fundado na disciplina, apesar — ou por causa — da força ordenadora de bases medievais da Igreja Católica.

Completando o corpo de artigos, Maria T. B. Lacerda e Marilene Z. Millarch, com “O bibliotecário e a documentação histórica” observam as condições das bibliotecas e arquivos e apontam para a necessidade de uma política de conscientização da comunidade, principalmente acadêmica, pela preservação da memória histórica.

As Notas de Leitura seguem esse mesmo itinerário da reflexão, o que mantém viva e pertinente esta revista de QUESTÕES & DEBATES.

**Luiz Carlos Ribeiro**

## LINGUAGEM: DO SIGNO AO DISCURSO\*

**INÊS LACERDA DE ARAÚJO**

Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da  
Universidade Federal do Paraná.

### RESUMO

Este trabalho visa ampliar, estender a noção de linguagem, que parte do signo lingüístico, fazendo-a sair da estreiteza em que a colocaram os lingüistas que ainda se atêm à herança saussuriana. A linguagem restrita ao código lingüístico, à "langue", impede que se a situe numa trama mais ampla em que o dizer e o poder se relacionam, possibilitando, por isso mesmo, que ela semiotize a realidade.

Como podemos resolver o problema da relação entre a significatividade de uma sentença ou expressão e sua denotação? A Lingüística recusa-se a sair do círculo mais estreito das relações intra-sígnicas porque considera que o referente não precisa ser levado em conta para a compreensão do signo lingüístico. Já a filosofia lógica contemporânea, ao procurar estabelecer a ligação entre ser e linguagem, afasta o erro grosseiro de se propor para a significatividade de uma frase a existência ou subsistência dos seres. É preciso distinguir entre nomear e significar. Seu objetivo é livrar de todo peso ontológico as descrições definidas.

Porém, se a significatividade não implica a existência, então as palavras se bastam, não servem para apontar para o mundo, isto é, quando os falantes empregam frases com sentido não estão eles usando as sentenças para dizer algo do mundo?

Para quê serve a linguagem? A função referencial da linguagem é apenas uma dentre os seus possíveis usos. Por este caminho nos conduzirá a Escola Analítica Inglesa. É pena que este caminho seja curto, e logo nos vemos numa encruzilhada: a linguagem reduzida a regras para seu uso. Há ainda uma dimensão da linguagem: se é ela que nos

\* Pesquisa concluída, apresentada ao Departamento de Filosofia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1985.

possibilita dar significação ao mundo e secundariamente possibilita referir-se ao mundo, não deverá a linguagem depender de elementos pragmáticos, discursivos e não dos exclusivamente lingüísticos? Quando inscrevemos a linguagem numa teoria do Discurso, a significatividade não depende só do lingüístico ou de regras gramaticais, nem de frases bem construídas logicamente, nem do uso, mas do conjunto de enunciados que podem circular, receber um eventual sujeito e serem ditos em determinadas circunstâncias. Linguagem e ser unificados no e pelo Discurso. E chegamos em Foucauld.

Este é o itinerário deste trabalho.

## 1. O SIGNO LINGÜÍSTICO E A REALIDADE

### 1.1. Contribuição de Saussure a partir da crítica de Benveniste

Nasce a lingüística como ciência quando Saussure distingue nas várias línguas uma estrutura, uma teia de regras inconscientes que possibilitam toda emissão vocal significativa.

**“É um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade nos indivíduos... É um princípio de classificação”<sup>1</sup>.**

Este sistema forma a *langue* (língua) cuja realização concreta por indivíduos falantes chama-se *parole* (fala). Esta, por ser multifacetada e heterogênea, não é objeto de estudo privilegiado da Lingüística. A “língua” vive das articulações dos signos entre si, cujo valor provém de cada um não ser o outro numa rede opositiva. Por isto falar é algo possibilitado pela língua, pelo jogo de interconexão que as regras fonológicas, sintáticas e semânticas estabelecem. Uma consequência filosófica importante será a de que o signo não depende para sua significatividade de se remeter para fora de si, uma vez que o significado (= “conceito mental”) unido ao significante (imagem acústica) são antes uma forma do que uma representação da realidade, e que inclusive preexiste às coisas, ao mundo. Ao mesmo tempo, todo tipo de acesso cog-

1 SAUSSURE, F. *Princípios de lingüística geral*. 7.ed. São Paulo, Cultrix, 1977, p.17.

nitivo ao mundo só se faz por uma linguagem. Como se dá essa relação na perspectiva dos lingüistas?

A relação do signo com o seu referente ou com a realidade de modo geral, uma vez que para certos signos não se encontra referente, é arbitrária, não necessária. Para Benveniste este é um problema filosófico que o lingüista não encontra meios para abordar: **“O que é arbitrário é que tal signo e não tal outro seja aplicado a tal elemento da realidade e não a tal outro”**. E mais adiante: **“o domínio do arbitrário é relegado para fora do signo lingüístico”**<sup>2</sup>.

A relação entre significante e significado é interior à língua, necessária. Já a significação, que é resultado da relação entre o signo e o objeto, se altera pois está submetida a fatores históricos, sociais.

A língua semiotiza a realidade. Esta não corresponde aos nossos objetos mentais, aos conceitos que são formulados com auxílio dos signos lingüísticos. A significatividade de nossos conceitos não provém da realidade empírica pois os objetos não se encontram discriminados, classificados por si mesmos.

Sua significatividade é resultado da estruturação da experiência humana. Por isso a determinação dos objetos mentais da linguagem ordinária não pode se basear na realidade, mas na própria linguagem. A proposta de Saussure já era esta: os signos têm valor por se oporem a outros signos. Naturalmente, como observa Coseriu, **“a delimitação das coisas pela linguagem não é um obstáculo para seu relacionamento com as coisas; na realidade é uma maneira de alcançar as próprias coisas. A linguagem como significação torna possível a fala como afirmação que se refere às coisas que mencionou e com isto conduz ao conhecimento delas. Conhecimento só existe em relação ao que já está delimitado e concebido na linguagem, mesmo quando o conhecimento se refere ao extra-lingüístico, que, no entanto, é dado pela linguagem, isto é, não ao que é significado mas ao que é designado”**<sup>3</sup>.

2 BENVENISTE; E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1966. p.52.

3 Citado por BALDINGER, K. *Semantic theory: towards a modern semantics*. 2.ed. Oxford, Blackwell, 1977. p.35.

Compreende-se por aí que a capacidade cognitiva depende essencialmente da linguagem que semiotiza a realidade. É só porque a palavra é significativa que pode haver designação. A significatividade está relacionada aos aspectos intrínsecos das frases.

Se é impossível o pensamento sem a linguagem, e esta é articulação de signos, como podemos manter, coerentemente, a idéia central dos lingüistas estruturalistas de que “o arbitrário é relegado para fora do signo lingüístico”?

### 1.2. Estruturalismo: questão puramente formal?

Pode-se compreender a afirmação de que a linguagem é essencial para o conhecimento e ainda manter a idéia de que ela é resultado de articulação estruturada de acordo com regras da gramática de determinada língua na perspectiva estruturalista. Aí a língua não é instrumento de comunicação do pensamento, mas o lugar de onde é possível fazer surgir o próprio pensamento, local da ruptura e da diferença e não espelho d'água cuja límpida superfície não fizesse mais do refletir o pensamento e comunicar seus conteúdos. Os signos são desnaturalizados: seu ser não vem de fora, de uma suposta realidade para a qual não passam de sinais, de referências. Daí que, pelo fato de ser uma forma, uma estrutura, a língua passa a organizar os discursos, passa a ser o lugar em que se dá a semiotização da realidade, definindo a que relações, a que simbolização está sujeita a realidade. Assim entendida, a linguagem passa a ser inclusive um instrumento de modelização e mesmo transformação da realidade.

### 1.3. Limites da perspectiva lingüística

O mais longe que se pode ir na questão da relação entre linguagem e ser dentro dos limites oferecidos pela lingüística é o da concepção estruturalista.

O valor vem de algo não ser outro dentro das relações e regras de um sistema, de uma estrutura, e o olhar se volta para estas ausências, estas brechas.

No momento deixaremos de lado o problema de se o estruturalismo lingüístico dá conta do que é a capacidade hu-

mana de semiotização, para nos lançarmos a uma outra tarefa: sair dos limites que esta lingüística se auto-impôs é necessário para dar conta de um outro problema filosófico — o da relação entre significação e referência. Já não estamos mais no plano da relação significante/significado, língua/fala. Por que sair dele? A lingüística se empobrece epistemologicamente ao forçar o significado para o interior da frase e julgá-lo, então, com base exclusivamente na competência caindo no mito da monossemita. Quer dizer, para cada signo um significado previsto desde a língua. O que se passará na fala, problemas como intenção do falante, contexto e situação de enunciação se tornam questões acessórias. O que se passa quando alguém se referir a algo, como podemos, com a linguagem, dizer que algo existe ou não existe, enfim, formular frases verdadeiras ou falsas? Pelo fato de se ter uma frase significante, o ser a que ela se refere deve existir, ou não?

O que eu faço com as minhas palavras? Terão elas algum poder além da semiotização da realidade?

## 2. FALAR E REFERIR

Continua sendo um problema filosófico importante saber se, por uma frase ser significativa, isto implica que deva existir o objeto que ela denota, isto é, ela deve referir-se necessariamente a algo. Se afirmo: **“O atual rei da França é calvo”** para utilizarmos o exemplo de Russell, esta frase, que é significativa (até aqui viria a abordagem da lingüística), implica a existência do ser em questão?

Veremos em que medida o problema ontológico também não passa incólume pela linguagem. As tentativas de solução para o problema da referência podem nos fornecer uma pista para a compreensão de uma conseqüência muito séria: assimilar linguagem com frases com valor de verdade, isto é, referências, representa um desvio do caráter criador de poder e valor que é a própria estrutura da língua. Isto porque as línguas semiotizam a realidade e não apenas a denotam. Afirmando isto não pretendemos retornar ao puro es-

truturalismo, cujas dificuldades já apontamos. Vejamos como este problema se põe.

## 2.1. A dissociação entre dizer e ser

B. Russell (1872-1970) pretende acabar com a falácia seguinte: para que se possa falar com sentido sobre algo, este algo deve existir, ou pelo menos subsistir num universo de seres ideais; para se dizer que “Pégaso não é” ele teria que ser pelo menos uma idéia na cabeça dos homens: eu não poderia dizer que algo não é sem que de algum modo este algo fosse. Para Russell a questão da significação das expressões definidas, como “**o atual rei da França**”, “**o livro vermelho**”, etc. não implicam na existência do objeto nomeado. A sua significação advém do sentido global das sentenças em que aparecem, elas não são nomes das coisas, não referem a nada, não são sobre “**o tal e tal**”. Elas são simplesmente descrições definidas que afirmam algo sobre o mundo. Se o mundo contém este algo, temos uma afirmação verdadeira, do contrário, a afirmação será falsa. As descrições denotam uma afirmação existencial. Só o nome logicamente próprio, que é a expressão “isto”, tem sua significação dependente da denotação<sup>4</sup>.

Também Quine dissocia a significatividade das expressões definidas e dos nomes próprios (sentido habitual de N.P.), de sua nomeação. Expressões como “Pégaso”, “A cúpula redonda e quadrada do Berkeley College” não implicam na existência do objeto nomeado. Quanto a se pensar que, levando em conta a distinção entre significar e nomear os signos sejam atributos, Quine também rejeita os signos como existido, sem negar, no entanto, que as palavras e sentenças sejam significativas. Não há um sentido abstrato chamado “signo”. O sentido é algo que se tem quando perguntamos “qual é o signo de...” ou é algo que observamos pelo comportamento de alguém que reage a significados.

Mas qual é a relação entre linguagem e ser, se é que existe alguma? Há apenas um modo pelo qual aquilo que eu

4 RUSSELL, B. Da denotação. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

digo me comprometo com o que existe. Aliás, é uma maneira de se saber o que existe. Esta maneira é o pronome, ou melhor, a variável ligada. Se digo “alguns cães são brancos”, não há compromisso ontológico com universais tais como “canidade” ou “brancura”, mas sim com o dizer que alguns cães são brancos<sup>5</sup>. Isto parece solucionar um grave problema epistemológico que é o das controvérsias entre teorias rivais, que passa a ser um problema semântico. Eu digo que há algo, e, porque eu disse, poderei decidir, exclusivamente no terreno da linguagem, qual das idéias, se a minha ou a do meu rival, é a melhor sustentada por um esquema linguístico. A melhor teoria científica será a que conseguir montar o melhor esquema conceitual para falar dos fatos brutos. Toda controvérsia é tradutível em termos semânticos, mas o que o há, naturalmente, não depende de palavras. “Ver Nápoles”, diz Quine, é carregar um nome que, anteposto às palavras “vê Nápoles”, produz uma sentença verdadeira, ainda assim, não há nada de linguístico em ver Nápoles<sup>6</sup>.

A questão da significação e da referência depende muito mais da linguagem do que de uma relação biunívoca entre palavras e coisas por elas denotadas. Cai por terra a teoria de que o pensamento representa as coisas e a linguagem é apenas um meio de traduzir aquela representação.

**Dizer** que algo existe é então, fazer uma afirmação existencial: “há algo...”, “existe algo...”. **Existir** é outra questão.

Russell afirma que as descrições definidas denotam no sentido de que afirmam que há “um tal e tal que é...”. Se o mundo contém este tal, a afirmação é verdadeira, do contrário, será falsa. No caso do nome próprio, a denotação garante a significação do “isto”. “Isto” só será significativo se denotar.

Mas as afirmações continuam tendo significado mesmo quando não denotam nada. É que seu significado não é a denotação. O significado não é a denotação no caso das descrições definidas, mas ele é a garantia da possibilidade de denotação.

5 QUINE, W.N. Desde un punto de vista logico. Barcelona, Ariel, 1962. p.39-40.

6 QUINE, p.227.

Há um aparente enriquecimento do lado da linguagem e um empobrecimento do lado do ser, na relação entre linguagem e ser. Aparente, porque o propósito da dissociação é mostrar como a linguagem bem construída é o meio que o conhecimento tem para formular frases que serão verdadeiras ou falsas se aquilo que descreve o seu sujeito ou o que dele se predica pode ser verificado na realidade ou não.

Há, porém, vários outros aspectos da linguagem que este ponto de vista formalista-lógico deixa intactos: pela linguagem nós não afirmamos apenas. Inúmeros outros atos são possíveis. A linguagem não é uma abstração lógica, não se reduz a proposições significativas com valor de verdade.

## 2.2. Falar não é só afirmar

Deveremos agora nos perguntar: o que acontece quando alguém utiliza a sentença “O atual rei da França é calvo”?

Austin (1911-1960), um dos expoentes do grupo de Oxford, faz do problema da relação entre ser e dizer um problema de uso lingüístico. Falar é usar sentenças construídas de acordo com regras lingüísticas num determinado contexto de enunciação. O contexto dirá de que ato de fala se trata. Chegou a estas conclusões partindo do exame das afirmações. Percebeu que muitas afirmações não servem para relatar ou comunicar pura e simplesmente sobre os fatos tendo caráter de verdadeiro ou falso. É o caso de “Eu batizo”, “Sim” (no casamento); “Eu aposto”. Estas seriam sentenças **performativas**, cuja enunciação “é a execução de uma ação (ou uma parte desta execução) que nós não saberíamos (...) descrever simplesmente como sendo o ato de dizer algo”<sup>7</sup>. Estas sentenças só se tornam eficazes se, ao serem enunciadas, forem acompanhadas de certas ações ou circunstâncias adequadas — do contrário o ato de fala será nulo ou infeliz.

Primeiramente Austin supôs que, ao lado dos atos performativos, havia aqueles que constatarem algo (ato consta-

7 AUSTIN, J.L. *Quand dire c'est faire*. Paris, Seuil, 1970. p.40-1.

tivo) podendo ser qualificados de verdadeiros ou falsos. Num segundo passo, verificou que esta distinção nem sempre ocorre, uma vez que há certos atos performativos, como um aviso (“Aviso que o touro vai atacar”), e se isto não ocorre, o ato não será nulo, mas evidentemente falso. Há certos atos constativos, como “O atual rei da França é sábio”, que não são nem verdadeiros e nem falsos. Se atualmente não há tal rei, não faz sentido qualificar a afirmação nem de verdadeira e nem de falsa. Num terceiro passo Austin dirá que toda sentença se compõe de três aspectos: o aspecto **locucional** que se executa como o fato de dizer algo significativo (ato locucional); o aspecto **ilocucional** que aparece **pelo** dizer algo numa situação de enunciação determinada e num contexto apropriado, assumindo um valor, como o de negação, afirmação, promessa, pedido, etc. (ato ilocucional); há um terceiro ato, o **perlocucional**: quando pronunciamos um ato locucional e, por isso mesmo, um ato ilocucional, é possível produzir um terceiro ato pelo efeito provocado no ouvinte.

Interessa-nos aqui o ato ilocucional, pelos seus efeitos sobre a relação entre ser/linguagem e significado/referência. Uma afirmação não passará de um dentre os atos de fala, pois está sujeita aos mesmos malogros que existem, por exemplo, numa promessa. Posso afirmar e estar sendo insincero; o ato, neste caso, será nulo ou infeliz; posso afirmar e o ser pressuposto não existir; então a afirmação não será nem verdadeira nem falsa, mas infeliz, nula. “A afirmação pressupõe a existência daquilo a que ela se refere; se o referente não existe, a afirmação não se liga a nada”<sup>8</sup>. O grande passo de Austin é não limitar a linguagem à produção de frases com significação; o efeito ilocucional, isto é, o valor que uma frase adquire pelo fato mesmo de que foi enunciada por alguém, para alguém, num contexto preciso e numa situação determinada, — mostrou uma faceta nova da linguagem que é da ordem do comprometimento, do engajamento entre enunciados, entre a língua e a fala e entre locutor e ouvinte.

8 AUSTIN, p.142.

A linguagem não será a capacidade de pensar frases da língua e executá-las; as frases, ao serem enunciadas, tomam efeito. Só não interessam os aspectos ilocucionais em outros casos limites, onde, como se expressa Austin, haveria uma tendência a dizer o que é justo em todas as circunstâncias, com não importa que fim e nem a quem. “Talvez este ideal seja algumas vezes atingido”<sup>9</sup> no discurso científico.

A linguagem não se reduz às afirmações, às constatações de tal modo que a capacidade referencial ou denotativa, pela qual se pretende descrever o mundo e obter proposições com valor de verdade, encontra um limite. O que entra em jogo não é a lógica (só ela poderia dar uma resposta simples à questão de saber se um constativo é verdadeiro ou falso), mas sempre os fins da enunciação e seu contexto; “a referência, diz Austin, depende do conhecimento que se possui no momento da enunciação”<sup>10</sup>. Mais adiante conclui:

Verdadeiro e falso (...) não recobrem absolutamente noções simples; mas somente uma dimensão geral onde elas representam o que é justo e conveniente dizer — em oposição ao que seria inapropriado dizer — nestas circunstâncias a este auditório, com este propósito e esta intenção. (...) A verdade ou falsidade de uma afirmação não depende só da significação das palavras, mas do ato preciso e das circunstâncias precisas nas quais é efetuado.<sup>11</sup>

Não é porque uma sentença é significativa que ela se refere. A afirmação referencial depende da intenção e do contexto, de tal sorte que o verdadeiro e o falso são dimensões de apreciação que permitem saber se as palavras dão ou não conta dos fatos.

Trata-se aqui de uma concepção de linguagem como ato e não como forma. A análise de Strawson (1919- ) reforça ainda mais essa distinção. Para ele Russell confundiu a significatividade da sentença com seu uso para mencionar ou referir a algo.

9 AUSTIN, p.148.

10 AUSTIN, p.147.

11 AUSTIN, p.148.

No caso de descrições definidas Russell diz que o significado de expressões como “o atual rei da França” não depende de referência, mas com isto se supõe que há sentenças e expressões cujo significado seja a referência. Com o que Strawson não concorda porque a significação é função de regras e hábitos lingüísticos, já a referência depende da intenção e da ocasião de uso. De tal sorte que o exemplo paradigmático “o atual rei da França é calvo” é analisado por Strawson como uma sentença que nem seria dita por ninguém com propósitos sérios. A verdade ou falsidade das expressões depende de seu uso, em determinada circunstância, por alguém. A sentença, sozinha, não menciona ou refere a nada. O uso da sentença é que me permitirá saber se ela menciona, e, portanto, se será ou não verdadeira.

A lógica, mais uma vez, não dá conta (este não é mesmo seu propósito) da linguagem ordinária. Strawson distingue referência de asserção: quando digo “a mesa está coberta de livros”, para Russell “o tal e tal” só se aplica se existir um só e não mais que um tal e tal. Na linguagem normal “a mesa” só terá aplicação se existir uma mesa e não mais que uma **que está sendo referida** pelo locutor<sup>12</sup>.

A referência não é fruto de regras lingüísticas ou lógicas, mas fruto de uma situação concreta de fala. Com isto a linguagem não fica circunscrita à frase gramatical e nem à forma lógica. O signo só é monovalente em relação à sentença. O sentido pleno só o habitará quando do uso da sentença.

Mas será que o uso explica o poder da linguagem, que, me parece, excede os limites das regras que comandam os atos de fala, e excede igualmente a intencionalidade do locutor? Vamos tentar sair dos limites representados pela gramática, pela lógica e pelo uso lingüístico.

Por que há aí um limite? Porque supõem que há um eu, um sujeito, um cogito que dá vida aos enunciados previstos na língua. Mas então a linguagem me seria transparente e eu transparente a ela.

12 Conforme STRAWSON, P.F. *Escritos lógico-lingüísticos*. São Paulo, Abril Cultural, 1978. p.268-9.

### 3. SIGNO E IDEOLOGIA

#### 3.1. O signo não é monovalente

O signo não tem seu significado colado ao significante através de uma simples regra lingüística, que eu, falante, ao aplicar, estaria simplesmente atualizando. Trabalharemos agora com a hipótese de que o signo lingüístico não é monovalente devido à sua obrigatória inserção no social, e, em seguida, procuraremos avaliar esta hipótese, verificando se ela nos conduz à relação entre linguagem e poder.

Um autor bastante discutido e aceito entre filósofos e lingüistas preocupados com a ligação entre linguagem, língua e poder, é Voloshinov; apesar de sua obra datar de 1929-30, ela surpreende a todos hoje “pela novidade e originalidade de seu conteúdo”<sup>13</sup>.

Os pressupostos de Voloshinov são: o de que a palavra se dá entre dois interlocutores, vem de alguém e vai para alguém; o de que a atividade semiótica que organiza a expressão verbal não é a expressa e organizada no interior e pelo interior da língua. Isto porque a situação social regula a atividade mental; a palavra não tem seu sentido preso à língua, mas que, remetendo sempre à fala, sua significação provém de um conteúdo ideológico. O signo é sempre ideológico. “O destino da palavra é o da sociedade que fala”.<sup>14</sup>

A ideologia, por sua vez, necessita dos signos, de tal modo que o mundo dos signos e o das ideologias são paralelos. O próprio sinal está fora, enquanto tal, do domínio ideológico. Mas como na comunicação lingüística o que se apreende não são sinais, mas signos cuja compreensão é orientada pelo contexto, o que se deve levar em conta é que “para o falante nativo, a palavra não se apresenta como item de dicionário, mas como parte integrante das mais diversas enunciações dos locutores A, B ou C, de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática lingüística”<sup>15</sup>. A compreensão de uma frase advém da língua e da

13 Cf. Introdução de R.JAKOBSON em BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1979. p.x.

14 BAKHTIN, p.180.

15 BAKHTIN, p.81.

enunciação num contexto ideológico preciso. É o contexto ideológico que orienta a compreensão das enunciações. Não há linguagem em geral, livre e neutra, como se tivéssemos um código que apenas servisse para comunicar o pensamento.

Nesta mesma linha de raciocínio, encontramos bem mais recentemente a semântica contexto-situacional de O. Ducrot. A significação de uma frase é uma hipótese lingüística advinda de um cálculo ou de regras, na língua, mas o **sentido** do enunciado só pode estar presente quando ele é dito por alguém numa situação de discurso particular. O cálculo é o seguinte: Frase + situação de Discurso = Sentido do Enunciado.

Não há um “sentido literal” da significação, pois esta “contém (...) instruções dadas àqueles que deverão interpretar o enunciado da frase, pedindo-lhes para procurar na situação de discurso tal ou tal tipo de informação e de utilizar tal ou tal maneira para reconstruir o sentido visado pelo locutor; (...) ela não é comunicável, algo que se possa **dizer**: nós nos fazemos compreender com os enunciados: a questão de se fazer compreender com frases nem se coloca”<sup>16</sup>.

Os exemplos que Ducrot utiliza são os de certos morfemas que têm uma significação prevista pelas regras da língua (“componente lingüístico”) mas cujo sentido só a realização dele numa situação de diálogo permite apreensão. Quando utilizamos o morfema “mesmo”, estamos argumentando favoravelmente a uma conclusão que só a situação de fala e o contexto dialógico atingem, permitindo que se compreenda que o segundo argumento é mais forte que o primeiro para se chegar à conclusão visada pelo locutor. Ex.: “Este programa é instrutivo e mesmo interessante”. Pressupõe-se que “instrutivo” seja quase sempre insípido. O “mesmo” vem reforçar uma conclusão contrária a essa, mas isto só pode se dar a nível da situação e do contexto que permitem compreender que tipo de relação o “mesmo” realiza entre o “instrutivo” e “interessante”.

O que mostra que a linguagem exerce pelo menos uma função além da comunicação, que é a de veicular ideologia

16 DUCROT, O. *Les mots du discours*. Paris, Minuit, 1980. p.12.

e ser o lugar privilegiado dos embates ideológicos. Parece-me ser esta uma das principais razões pelas quais o argumento dos lingüistas estruturalistas — de que o referente, o mundo, a intuição, etc. nada têm a contribuir para a compreensão da relação entre significante e significado — fica bastante prejudicado. Evitando colocar o contexto e a situação na compreensão e no uso do signo lingüístico, o que se consegue é tornar a linguagem uma atividade neutra, monológica, apenas instrumento de comunicação do pensamento.

### **3.2. Insuficiência desta análise e das análises anteriores**

Se o signo é ideológico, não-monovalente, é porque não há um único sentido cristalizado em palavras ou frases, dicionarizável. Porém a interpretação que o contexto frasal e a situação de discurso dão à palavra ou frase jamais consegue explicar por que esta pessoa está capacitada a dizer este determinado enunciado, nesta ou naquela situação específica. Resta uma defesa ainda do argumento acima: o de que não se pretende dar conta deste tipo de questão que extrapolaria a própria linguagem. Se se limita a linguagem às regras gramaticais, à proposição lógica, ou ao ato de fala, realmente não há por que se preocupar com o direito de falar justamente deste enunciado e não outro.

Nossa meta, ao filosofarmos sobre a linguagem, não é, no entanto, visá-la exclusivamente sob a ótica lingüística ou lógica. Não que elas não tenham o que dizer. O problema é outro: ir para além do efeito ilocucional e mesmo do efeito ideológico da linguagem. Procurar ver na linguagem a tradutibilidade do discurso, que, apesar de viver da existência dos signos, ultrapassa-os numa outra instância que é a do poder do próprio discurso.

## **4. LINGUAGEM E PODER**

### **4.1. Enunciado e Discurso em Foucault**

Existe ao longo de todos os escritos de Foucault uma preocupação com a linguagem que é essencial não só para a

compreensão de seu pensamento, como também acrescenta novas interrogações para a filosofia da linguagem.

O nível enunciativo que pertence ao campo das estratégias discursivas está no limite da linguagem. A linguagem tem sido sempre abordada seja pela ciência da linguagem, seja pela filosofia. Esta focaliza-a seja sob o prisma da lógica seja sob o prisma ontológico em questões de fundamento, como ocorre com Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty, por exemplo. A originalidade da abordagem foucaultiana está em repensar a linguagem enquanto discurso.

Para isto é preciso um novo método, que ele chamará de método arqueológico. Diferentemente da abordagem estruturalista, seu ponto de apoio não será a lingüística mas sim as formações discursivas que estão no nível das práticas regidas por instituições. "Para chegar ao enunciado é necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo nele próprio"<sup>17</sup>.

O enunciado não está nem oculto e nem visível, não se aloja nas proposições e nem nas frases gramaticais, vive da existência de signos, mas ultrapassa-os:

está sempre investido em unidades deste gênero, ou mesmo em seqüências de signos que não obedecem a suas leis (e que podem ser listas, séries ao acaso, quadros); caracteriza não o que se dá neles, ou a maneira como são delimitados, mas o fato mesmo de que são dados, e a maneira pela qual o são (...); a estrutura significativa da linguagem remete sempre a outra coisa; os objetos aí se encontram designados; aí, o sentido é visado; aí, o sujeito é referido por um certo número de signos, mesmo se não está presente em si mesmo. A linguagem parece sempre povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante (...). Não é ela sempre o lugar de aparecimento de algo diferente de si e, nesta função, sua própria existência não parece se dissipar? Ora, se queremos descrever o nível enunciativo, é preciso levar em consideração essa existência mesma; interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a dá; negligenciar o poder que ela tem de designar, de nomear, de mostrar, de fazer aparecer, de ser lugar do sentido ou da verdade.<sup>18</sup>

17 FOUCAULT, A arqueologia do saber. Petrópolis, Vozes, 1972.p.139.

18 FOUCAULT, A arqueologia..., p.139-40.

Não basta suspender o significado como faz hoje a lingüística. É preciso também suspender o significante e ficar na dimensão que dá a linguagem, sem remetê-la a estruturas significantes, mas relacionando-a com os domínios de objetos e com os sujeitos que possivelmente venham a se utilizar destes enunciados.

A análise enunciativa não tem, tampouco, a pretensão de restaurar pela linguagem uma transcendência ou um fundamento numa dimensão que iria para além da lógica e da lingüística.

O projeto de Foucault é captar a linguagem onde ela aparece e no seu modo de ser que é o das formações enunciativas, sem, no entanto, prescrever limites à lógica ou à lingüística. Simplesmente, seu domínio é **outro**.

Examinemos detidamente este domínio dos enunciados. No item seguinte tentaremos focalizar a importância desta consideração para atingirmos o objetivo desta pesquisa, qual seja, verificar como o dizer é poder e o poder é impossível sem o dizer.

Não se encontrará o enunciado por meio de interpretação do dito pelo que ali não está dito, através de uma história do pensamento apoiada em unidades tais como autor, livro, obra; não servirão de auxiliar noções continuístas, tais como tradição, desenvolvimento, evolução ou “mentalidades, e nem recortes como ciência, literatura, filosofia, religião, história, ficção”. Só assim aparecerão os enunciados efetivamente ditos em sua dispersão pura de acontecimentos no espaço geral do discurso. O que se enfocará então é este seu surgir, irromper. É claro que isto não se dá desordenadamente e nem por acaso pois eles estão ligados a objetos, a uma posição específica do sujeito e a uma memória e materialidade próprias.

**Não é pela relação de referência, de denotação,** a um objeto que se formam as unidades do discurso, mesmo porque o objeto muda. É na **dispersão** dos objetos, nos intervalos que os separam que se pode definir um conjunto de enunciados. Não é pela forma ou tipo de encadeamento, nem pelos conceitos fixos e nem pela persistência dos temas.

O que se deverá procurar para um grupo de enunciados é um sistema de dispersão próprio dele e uma maneira sua de relacionar os objetos, de acolher certos tipos de enunciação, conceitos e temas. O resultado disto será a obtenção de uma “formação discursiva”, tal como a medicina no século XIX, a economia no século XIX, a psicopatologia, etc.

A linguagem não será mais pensada como tendo unicamente poder de expressão do pensamento ao simbolizar através dos signos o real e nem tampouco terá como medida sua a construção, de acordo com regras gramaticais, de frases. O aspecto da linguagem que interessa a Foucault nem por isso será o formalista, despido de conteúdo. Para a escola lógica, o problema é o de construir uma linguagem através de um cálculo que permita decidir sobre a validade, o valor de uma proposição. Para os analistas, trata-se de voltar para a linguagem ordinária, e esta contém suas próprias regras produtoras dos atos de fala específicos, como a nomeação, ordem, pedido, promessa, afirmação, referência, etc.

Centrando sua questão no discurso e no seu elemento que é o enunciado, Foucault tentará mostrar como este é o lugar das disputas, das lutas, do poder.

Fazer a linguagem sair de si e fazer falar os objetos, ou melhor, ver que discurso sustenta os objetos, nossos desejos, nossas representações. Será isto ainda linguagem? É seu limite, é o que permite compreender o poder do dizer e o dizer do poder.

Se Foucault abordasse apenas o poder do dizer, não faria mais do que simples retórica. É preciso notar que o poder se torna poderoso na rede, na trama do discurso. Como pode algo ser objeto de saber se não é ao mesmo tempo e por isso mesmo tema e objeto de poder?

Voltemos ao tema da formação dos objetos:

As condições históricas para que se possa dizer algo de um objeto, para que um objeto apareça, seu modo de relacionar-se com domínios semelhantes, dos quais ele se afasta, se difere, sua transformação, tudo isto mostra que não se pode falar de qualquer coisa, em qualquer época. Um objeto

não está num lugar ignoto e basta que alguém o descubra. Seu modo de existir depende de condições objetivas dadas num feixe de relações.

Os temas, assim como os objetos, pode-se para eles tentar determinar uma rede em que eles têm pontos de semelhança ou incompatibilidade com outros temas; na constelação discursiva de uma época ver como eles se relacionarão com outros temas, e como o discurso se relaciona com práticas não discursivas. A questão do poder surge claramente quando aborda “o regime e os processos de apropriação do discurso”:

a propriedade do discurso — entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao corpus dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir este discurso em decisões, instituições ou práticas — está reservada de fato (às vezes mesmo de modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos.<sup>19</sup>

Os enunciados numa formação discursiva compõem-se de objetos, conceitos, enunciações e temas e são relacionados pela prática discursiva.

A esta altura podemos ir à definição de enunciado e discurso.

Não basta que haja uma estrutura proposicional para haver enunciado. Foucault exemplifica: “É verdade que ninguém entendeu” e “ninguém entendeu” são ambas a mesma proposição, mas dois enunciados distintos, pelo primeiro se compreende que se trata de um monólogo interior, pelo segundo que se trata de uma constatação feita pelo autor, se estiverem num romance, por exemplo.

Há inúmeras situações em que temos enunciados e não temos frases gramaticais, como as congregações de verbas, uma árvore genealógica, um livro de contabilidade. Enuncia-do, por isso, não existe onde há frases gramaticais.

Não deverá ser confundido com o *speech act*, isto é, o ato de fala da Escola Analítica, porque ele se caracteriza

19 FOUCAULT, *A arqueologia...*, p.84.

pelo que foi produzido no **momento** em que se enuncia algo. O conceito de enunciado e o de ato de fala não se recobrem pois para que haja um ato de fala uma série de enunciados serão seu ponto de apoio: “há mais enunciados do que se podem isolar **speech acts**”<sup>20</sup>.

A língua existe sempre em função dos signos e dos enunciados. Mas estes vivem sem que a língua deles necessite, pois dá sempre para se supor um enunciado no lugar de outro sem modificar a língua. Ela é o sistema para se construir qualquer enunciado. Língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência. Ele não é uma unidade mas “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que as faz aparecer, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”<sup>21</sup>.

O enunciado não é uma estrutura. Não se relaciona com o que ele enuncia como um significante se relaciona com o significado, ou como o substantivo com o que designa, porque não provém de um conjunto de regras. Uma frase pode aparecer duas vezes com as mesmas palavras mas não será o mesmo enunciado. Ele não está ligado ao referente, não coloca em jogo, na referência, o que nele está dito, mas aquilo de que fala. Ao passo que uma proposição sem referente não se liga a nada.

Abordamos no item 2 a relação entre referência e significação. Para Foucault a sentença “O atual Rei da França é calvo” “só carece de referência na medida em que se supõe que o enunciado se refere ao mundo da informação de hoje”<sup>22</sup>.

O correlato do enunciado não é o mesmo que o referente da proposição, mas um conjunto de correlações.

No caso de uma frase agramatical, que não tem coerência do ponto de vista gramatical, como enunciado ele vai necessariamente relacionar-se a algo, isto é, a alguma rede ou tipo de organização, a algum domínio em que apareçam determinados objetos ou relações. Estes objetos podem ser materiais, fictícios. Está ligado a um referencial onde sur-

20 FOUCAULT, A *arqueologia*..., p.109.

21 FOUCAULT, A *arqueologia*..., p.112.

22 FOUCAULT, A *arqueologia*..., p.112.

gem os objetos, indivíduos, estados de coisa e relações que ele relaciona, põe em jogo.

Esta seria sua primeira grande característica. Estar ligado a um referencial que não é o mesmo que referente ou *designatum*.

A segunda característica é a de ter um tipo especial de relação com o sujeito. Seu sujeito é uma função que varia de um enunciado para outro e que pode ser ocupada por indivíduos diferentes quando chegam a formular algum enunciado.

Enquanto que para a lingüística há um sujeito gramatical e para a lógica um sujeito lógico, para o enunciado há uma posição vazia. Ela pode ser neutra, como num enunciado matemático; em outros sua posição é fixada no interior de um domínio. Este sujeito não deve ser confundido com **autor**, quer dizer, origem da articulação de uma frase, da sua significação ou que seja a sua rede.

É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes... Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito.<sup>23</sup>

Toda formação enunciativa possui também mais **domínio associado** que é o contexto determinado por uma rede verbal, uma trama complexa. Enunciar não é “a utilização por um sujeito que fala, de um certo número de elementos e regras lingüísticas (...). Não há enunciado em geral, livre, neutro (...) ele se integra num jogo enunciativo”<sup>24</sup>.

Podemos analisar as relações gramaticais entre frases, relações lógicas, sem levar em conta o campo enunciativo; mas esta análise tem que levar em conta por sua vez que aquilo foi enunciado. “O enunciado, longe de ser o princípio de individualização dos conjuntos significantes (...) é o que situa essas unidades significativas em um espaço em que elas se multiplicam e acumulam”<sup>25</sup>.

23 FOUCAULT, A *arqueologia*..., p.119-20.

24 FOUCAULT, A *arqueologia*..., p.124.

25 FOUCAULT, A *arqueologia*..., p.125.

Finalmente, é peculiaridade sua possuir uma materialidade: precisa obter uma substância, um suporte, uma data e um lugar, por isso cada um será um acontecimento **único**, apesar de ter uma materialidade repetível. Em vários exemplos de um livro temos o mesmo enunciado mas quando um autor diz uma frase e depois a publica, são dois enunciados diferentes regidos por uma materialidade que é da ordem da **instituição**. Uma mesma afirmação dita em épocas diferentes não será o mesmo enunciado; Platão e Freud dizendo “os sonhos realizam desejos” — porque estão investidos em função de um campo de utilização — realizam enunciados distintos.

Ele pode ser repetido obedecendo a condições estritas, daí ser

um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destróem (...) aparece como um estatuto, entra em redes, coloca-se em campos de utilização, oferece-se a transferências (...) circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das (...) lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade.<sup>26</sup>

Resumidamente o enunciado se caracteriza por “estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição a um sujeito, estar situado entre outras performances verbais e ter uma materialidade repetível”.

Discurso: “conjunto de seqüências de signos quando eles são enunciados, e estes conjuntos de enunciados provêm de um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico”<sup>27</sup>.

E toda a tarefa de Foucault será, daí por diante, ocupar-se em o que significa ter este enunciado sido dito e não outro, em sua efetividade, em seu emergir e a maneira pela qual surge.

Elimina-se a interpretação, apesar de a análise ser histórica.

26 FOUCAULT, A *arqueologia*..., p.131-2.

27 FOUCAULT, A *arqueologia*..., p.134-5.

Quando os lingüistas trabalham, supõem-no, mas não o dizem jamais. Operam com um corpus, interpretações e explicitação de significações das frases. Buscá-lo é tornar visível a transparência enunciativa.

Para dar conta desta faixa que está no limite do lingüístico, não se demandam análises estruturais, nem formais, nem interpretativas. Ao mesmo tempo não se busca a origem remota ou a transcendência, onde a linguagem estaria livre.

A linguagem é e aparece como enunciado. A análise enunciativa não pretende dizer ao lingüista ou ao lógico: “a partir daqui vocês não entendem nada”. Ela se desenrola numa outra direção que cruza estes domínios.

O tema que abordamos aqui é o da descontinuidade do discurso e da singularidade do enunciado. Vejamos como este tema está relacionado ao poder da linguagem.

#### 4.2. Discurso e poder

O enunciado é material, pertence à ordem dos objetos; cada um tem um poder particular de regular, num regime de dispersão, aquilo de que falam. Assim se poderá

definir o regime geral a que está submetido o estatuto destes enunciados, a maneira pela qual são institucionalizados, recebidos, empregados, re-utilizados, combinados entre si, o modo segundo o qual tornam-se objetos de apropriação, instrumentos para o desejo ou o interesse, elementos para uma estratégia.<sup>28</sup>

Aqui temos então um outro nível para trabalhar a linguagem — não o gramatical, não o lógico, mas o domínio definido pela própria formação discursiva.

Por que aparecem exatamente aqueles conjuntos de enunciados, Foucault o explica pela lei da raridade: nem **tudo** é sempre dito, eles vêm das lacunas, dos vazios e cada qual ocupa seu próprio lugar, que é único. Poucas coisas podem ser ditas, o que revela que eles são

28 FOUCAULT, A arqueologia..., p.145.

coisas que se transmitem e se conservam, têm um valor (...), aparecem como um bem — finito, limitado, desejável, útil — que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e atuação, um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”) a questão do poder; um bem que é por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política.<sup>29</sup>

Mas este poder é tanto mais eficaz porque ele não se exerce num discurso anônimo que falaria nos discursos individuais. Cada sujeito que fala, fala de um lugar demarcado pelo conjunto das coisas ditas, pelas relações e transformações que aí se dão. “Não importa quem fala, mas o que diz, não é dito de qualquer lugar”<sup>30</sup>.

Foucault nos propõe, então, que há uma **ordem do discurso**. É quando ele “politiza” seu próprio discurso, saindo das questões propriamente metodológicas e propondo uma filosofia que abole o sujeito fundador. Esse sujeito seria o que dá vida aos signos, quer sejam essas significações um simples ato do pensamento, quer sejam essas significações já dadas no mundo e conhecer esse mundo seria apenas reconhecê-lo. As filosofias que veneram a verdade, ou melhor, o discurso verdadeiro, não questionam o lugar deste discurso verdadeiro, não vêem que o discurso é uma prática imposta às coisas e que seu sujeito é um lugar vazio que pode ser preenchido por várias posições e que pode ter várias funções. O acesso a este tipo de pensamento só pode se dar pela noção de descontinuidade e não de um **continuum** ideal. A marca do discurso é o lugar de onde ele irrompe como um acontecer, uma prática possível porque regida por condições externas, dirá de que se pode ou se deve falar. Todas as sociedades controlam sua produção para poder dominá-lo, proibi-lo. Ele não é um elemento transparente ou neutro. Ele proíbe hoje especialmente na região da sexualidade e na do discurso político, está, portanto, ligado no desejo e ao poder. “Por isso ele não é o que traduz as lutas e os sistemas de

29 FOUCAULT, A *arqueologia...*, p.150-1.

30 FOUCAULT, A *arqueologia...*, p.155.

dominação mas é aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar”<sup>31</sup>.

Não há assim um livre acesso ao discurso e quem o detém o mutila, o proíbe. Assim ocorre hoje com a Ciência que está num dos três sistemas de exclusão apontados por Foucault (os outros dois são o da sexualidade e o da cesura loucura/razão). Não é que a divisão de uma proposição em verdadeiro/falso seja arbitrária, modificável, violenta ou institucional, mas vista a partir de um outro nível cabe a pergunta: o que é esta vontade de verdade que atravessa pelos séculos? Qual é o tipo de divisão que rege nossa vontade de saber? Aqui há um sistema de exclusão que se modifica historicamente e que é institucionalmente coativo. A ciência que surge em fins do século XVI e começo do XVII vai dizer o que é um objeto, adota a classificação, experimentação, observação e tudo é reforçado por um lado institucional que cresce paralelamente ao discurso científico, como o sistema educacional, sistema de livros, etc. Isto situará o saber, sua valorização, distribuição, atribuição. O poder deste discurso verdadeiro percorre hoje até mesmo a literatura, o sistema penal (no apoio que ele recebe da medicina, psicologia, psiquiatria).

Este seu poder é também mais agudo se se pensar que ele se auto-ignora como vontade de verdade, que vem camuflada na verdade que aparecerá então como rica, fecunda, universal e não nas palavras de Foucault como “um maquinário prodigioso destinado a excluir”.

Estes poderes pertencem todos à ordem do discurso que controla pelo comentário, pelo autor, pelas disciplinas, pelo investimento a quem o possui de um certo número de regras — é o que Foucault chama de rarefação dos sujeitos falantes — eles só entram na ordem do discurso se satisfizerem a certas exigências, a rituais. Estas distribuem os grupos, doutrinas e as apropriações sociais que vão dizer a que falante cabe que tipo de discurso.

Para finalizar, Foucault propõe uma filosofia da linguagem? Qual é ela?

31 FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard, 1972.

A linguagem está presente não enquanto estrutura de frases ou de proposições com valor de verdade. A linguagem torna-se discurso, isto é, as formações enunciativas são acontecimentos que irrompem nas brechas da História, são produtos, objetos com uma materialidade própria regidos institucionalmente.

Quando a linguagem se torna discurso e o discurso linguagem, a pergunta filosófica não é mais pelo fundamento do ser das coisas, mas **pelo fundamento do dizer as coisas**. O dizer não é mais espelho do pensamento, meio de transmissão de conhecimento, ou comunicação de consciência. Não é nem signo das coisas ou capacidade que um falante tem, por sua competência em uma língua, de semiotizar a realidade. O dizer é da ordem da instituição e está no cerne das relações de poder.

A filosofia de Foucault é uma filosofia da linguagem no sentido de que ele opera um discurso que faz a crítica do discurso.

Podem me objetar: é tudo uma mera questão de palavras. E eu posso responder com mais indagação: não será mesmo tudo uma “mera” questão de palavras? Afinal, o que produziu este trabalho?

## CONCLUSÕES

Na primeira unidade temos como consequência para a filosofia da linguagem a derrubada de certas ilusões, como a de que a palavra é monossêmica, e sua significação está codificada, cristalizada pelas regras lingüísticas. Isto nos conduziu à necessidade de reportar ao extra-lingüístico para dar conta do próprio elemento lingüístico enquanto tal. Em seguida mostramos que, para uma frase ser significativa, não é preciso que exista o ser a que ela se refere. O único compromisso ontológico que advém da linguagem seria, no entender de Russell, com as descrições definidas, e no entender de Quine, com as variáveis ligadas. Ter significado ou ser significativo independe da designação. No entanto, a lingua-

gem que é assim analisada não toca na questão do para quê, do uso da linguagem, restringindo-a a afirmações com estrutura proposicional. Ora, a linguagem não se esgota em afirmações. Ela se compõe de atos de fala, e a afirmação é um deles. Tais atos são funções de regras lingüísticas e de uso adequado em situações também adequadas. Aqui, língua e fala formam uma unidade dentro do discurso. A função semiótica da linguagem, isto é, o fato de a significação permitir o acesso à realidade, e nela imprimir seu selo, dotando-a de sentido, passa a ser valorizada. Não se tem linguagem de um lado, e de outro a realidade. No solo do discurso, o poder pleno da palavra floresce.

Com Voloshinov aprendemos que uma língua não é um código neutro de sinais, e que o signo, envolvido com a situação e o contexto, é sempre ideológico. Não se pode privilegiar nem a **langue**, pois teríamos assim um puro conjunto de regras, e nem a **parole**, pois cairíamos no individualismo lingüístico. Os dois se superpõem, porque há o código e há alguém que o emprega.

A semântica de Ducrot demonstra que a significação é resultado da ação dupla e simultânea de dois componentes: o lingüístico que prevê o significado da frase e o retórico que prevê o sentido que a frase adquire ao ser dita **hic et nunc**. A linguagem, como se vê, se a desligarmos do seu contexto e situação, fica mutilada.

No entanto, fazer depender exclusivamente do uso o poder de semiotização da linguagem acarreta um obscurecimento de uma outra faceta sua que é a de ser **discurso**, portanto, veículo e produtora de poder. As idéias de Foucault são particularmente esclarecedoras se quisermos expandir a linguagem para além da gramática, da lógica e do uso lingüístico. A questão não será mais a de como minha frase é significativa, ou de como a significatividade se relaciona com a referência, e nem mais a de que o contexto e a situação permeiam toda linguagem. Só se compreende como estes aspectos da linguagem se tornaram possíveis quando atentarmos para o fato de que a linguagem enquanto discurso possibilita cada uma daquelas funções. O que torna possível

a linguagem? Quem pode ocupar a função-sujeito de um enunciado? Quem tem o direito de pronunciar determinados enunciados? Por que estes são ditos e não outros em seu lugar?

Estas são questões que Foucault coloca no domínio do discurso. Este se forma com os enunciados de uma época. O dizer nunca é gratuito, pois relaciona-se ao surgimento concomitante de objetos. O enunciado é, ele próprio, muito mais caracterizável como objeto pelo qual se luta do que como resultado de signos articulados entre si e com a realidade. Os enunciados relacionam-se aos objetos que surgem para o saber, aos temas de uma época, aos seus esquemas conceituais.

A significação não depende da referência, nem das interconexões entre signos. Não vem da fala, nem da língua. O enunciado se torna significativo e poderoso por pertencer a uma formação discursiva. Daí ser fundamental compreender que é por este jogo e neste jogo que o poder se exerce da maneira a mais insidiosa, a mais ardilosa possível.

Percorrendo o caminho que sai da lingüística estrutural, passa pelo formalismo lógico, escola analítica inglesa, pelas contribuições de Voloshinov, Ducrot e desembocando em Foucault, percebe-se uma nítida tendência em apostar menos no valor do signo proveniente de articulações intra-código, do que no falante em situação, na fala situada, no signo ideológico, no contexto de enunciação. As regras de linguagem necessitam de seu uso, em situações específicas para que se atinjam a significação e o sentido lingüísticos. Foucault nos leva mais longe, pois recusa uma simples aproximação entre linguagem e ideologia. A linguagem não se reduz ao ato de permear e refletir o social. A linguagem, estando no nível mais amplo das formações discursivas, traduz as relações de poder e, ao mesmo tempo, é objeto da luta pelo poder. Semiotizar a realidade passa a ser um efeito secundário da linguagem, derivado do poder que o discurso representa nas sociedades que por ele se pautam.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AUSTIN, J.L. *Quand dire c'est faire*. Paris, Seuil, 1970.
2. BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1979.
3. BALDINGER K. *Semantic theory; towards a modern semantics*. Oxford, Blackwell, 1977.
4. BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1966.
5. DUCROT, O. *Les mots du discours*. Paris, Minut, 1980.
6. FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Petrópolis, Vozes, 1972.
7. ———. *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard, 1972.
8. QUINE, W.N. *Desde un punto de vista logico*. Barcelona, Ariel, 1962.
9. RUSSELL, B. *Da denotação*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
10. SAUSSURE, F. *Princípios de lingüística geral*. 7.e. São Paulo, Cultrix, 1977.
11. STRAWSON, P.F. *Escritos lógico-lingüísticos*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

## **CORPOS DISCIPLINADOS, CORPOS INDIVIDUALIZADOS\***

**FRANCISCO MORAES PAZ**

Departamento de Ciências Sociais da Universidade  
Estadual de Maringá.

“Aquele que desposa facilmente a multidão conhece gozos febris, de que estão privados para sempre o egoísta, fechado como um cofre, e o preguiçoso, encaramujado feito um molusco. Ele adota como suas todas as profissões, todas as alegrias e todas as misérias que as circunstâncias lhe deparam. Aquilo a que os homens chamam amor é muito pequeno, muito limitado e muito frágil, comparado a esta inefável orgia, a esta sagrada prostituição da alma que se dá inteira, poesia e caridade, ao imprevisto que surge, ao desconhecido que passa” (Ch. BAUDELAIRE, *As multidões*, 1861).

### **RESUMO**

Este texto pretende, a partir de uma releitura de outros trabalhos, retomar o debate sobre a formulação do projeto político burguês. A análise está centrada no entendimento que “tempo” e “trabalho” passam a ter no imaginário instituído e nas relações entre “poder” e “saber” — seja no propósito de (re)ordenar os espaços, seja na intenção de disciplinar os indivíduos. Medicina, Arquitetura, Urbanismo, Psicologia, entre outros, são saberes articulados aos propósitos moralizantes que buscam desvendar os espaços encobertos da sociedade moderna. Aqui exclui-se a possibilidade do anonimato, retirando-se o indivíduo das massas “desordenadas e desordeiras”.

Menos pelo novo, mais pelas preocupações presentes em diversos trabalhos, este texto percorre, ainda, alguns registros literários que mostram sentimentos de poetas face à sociedade urbana emergente. Misto de euforia e de temor frente a uma época de “progresso” e “modernização”, o olhar do poeta, do médico, ... cruza com as multidões.

\* Trabalho apresentado originalmente no II Fórum de Conferências e Debates, Curitiba, setembro de 1985.

O cotidiano das grandes cidades europeias do século XIX projeta-se para o poeta como um espetáculo, onde os olhares que se cruzam e os corpos que se movimentam seguem um ritmo novo imprimido pela máquina, pelo relógio. Para Walter Benjamin, a atitude do poeta é uma atitude de estranhamento, permeada pelo fascínio e pelo medo.

O fascínio prende-se à certeza da existência de uma nova era onde a natureza, e tão somente ela, fora domada — infinitas possibilidades se colocam diante do homem que supõe como seus aliados o vapor, o ferro, a máquina. O medo refere-se aos subterrâneos desconhecidos, semi-encobertos, desta nova sociedade, que tem nas metrópoles o sinônimo da grandeza dos novos tempos.

O propósito de explicitação destes contornos sociais coloca-se para um conjunto de trabalhos<sup>1</sup> voltados ao entendimento da ordem instituída/instituente pela/da sociedade burguesa, aos quais somam-se outros<sup>2</sup> voltados ao entendimento dos mecanismos internos do “lugar” do trabalho. Estas preocupações articulam-se aos propósitos de recuperação das falas excluídas na construção do discurso histórico e de oposição ao caráter homogêneo e simplificado do “pensar científico”.

Partindo dos pressupostos destas pesquisas — o perigo das massas, a oposição ao trabalho, a introjeção de uma nova moral, a impossibilidade de pensares diferenciados — nos propomos a percorrer alguns trabalhos que discutem o projeto de disciplinarização das massas e dos espaços e a constituição de uma nova idéia de indivíduo, de modo a rever novos enfoques da historiografia.

## **1. A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA NOÇÃO DE TEMPO E TRABALHO**

A Europa Moderna configura-se como um palco de “revoluções” políticas, sociais e econômicas, no qual as marcas

1 Ver BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1982. BRESCIANI, Maria Stella. *Metrópolis: as faces do monstro urbano*. *Revista Brasileira de História* (8/9):35-68, 1985.

2 Ver DE DECCA, Edgar. *O nascimento das fábricas*. São Paulo, Brasiliense, 1982. DE DECCA, E. *Ciência da produção — fábrica despolitizada*. *Revista Brasileira de História* (6):47-9, 1983.

da burguesia emergente assumem, gradativamente, maior nitidez. O comércio, a moeda, as manufaturas imprimem um novo perfil aos campos e às cidades. Estas retomam seu caráter político — sede do poder — e passam a desempenhar um novo papel econômico, seja como entreposto comercial, seja como centro produtor de manufaturas.

Os campos, por sua vez, especializam-se perdendo as características de um conjunto de unidades produtivas auto-suficientes e voltam-se para o mercado. Neste processo, parte das massas camponesas não mais encontra possibilidades de sobrevivência no meio rural, sendo forçada a buscar sua inserção em outros setores da produção. As cidades colocam-se como uma saída possível à massa camponesa, massa ampliada pelos efeitos da “revolução demográfica”. Entretanto, este contingente populacional apresenta-se, no geral, desqualificado para o trabalho nas manufaturas, além de superior à demanda do mercado.

A ruptura com as estruturas feudais representa, entre outras, a passagem de uma sociedade basicamente rural para uma sociedade urbana, processo caracterizado pela violência. Na Inglaterra, por exemplo, a substituição de lavouras por pastagens (atendendo a demanda da indústria têxtil) significa a liberação de grande parte da mão-de-obra rural e a perda das condições de sobrevivência do camponês. A aparente contradição está nas limitações urbanas de absorção das massas que fluem para as cidades.

Malthus, ao analisar este desequilíbrio, define-o como resultante de uma reprodução irracional dos pobres que, presos aos prazeres do sexo, não controlam sua prole<sup>3</sup>. A responsabilidade deste estado de miséria e desemprego é imputada aos indivíduos, fazendo-se necessária a adoção de práticas e controle da natalidade (como se isto fosse desconhecido). Seu discurso religioso propõe o retardamento dos casamentos, períodos de abstinência sexual e exercício da sexualidade somente após o casamento. Marx, opondo-se a esta análise, situa este crescimento demográfico dentro da lógica

3 MALTHUS, Thomas R. *O princípio da população*. Última versão, 1824. São Paulo, Ática, 1982. p.148-94.

do capital<sup>4</sup> que, assim, passa a dispor de um vasto contingente de mão-de-obra a baixo custo, além de constituir verdadeiros reservatórios humanos a serem incorporados na razão direta das necessidades do mercado.

Desta forma o conceito de superpopulação desloca-se do adjetivo “absoluto”, situando-se como “relativa”. Igualmente, recupera-se o sentido da existência de pobres e ociosos como “consequência necessária dos ricos e dos trabalhadores” (...). O próprio conceito de trabalhador livre vincula-se a compreensão de um novo tipo de trabalhador, não integrante dos meios de produção, não proprietário destes, nem vinculado ao sistema corporativo.

Sobre este novo trabalhador, proprietário unicamente de seu corpo, de sua força de trabalho, incide a violência anteriormente referida, violência que pode ser sintetizada em duas questões: a imposição da moral do trabalho e o rompimento com o “tempo da natureza”.

A noção da positividade do trabalho está inexoravelmente presente no imaginário da sociedade burguesa e mesmo para aqueles que a criticaram o trabalho se colocou como o divisor entre o racional e o irracional. Engels, por exemplo, afirma:

O trabalho, primeiro, depois a palavra articulada, constituíram-se nos dois principais fatores que atuaram na transformação gradual do cérebro do macaco em cérebro humano que, não obstante sua semelhança, é consideravelmente superior a ele quanto ao tamanho e à perfeição. (...)

Os animais só podem utilizar a natureza e modificá-la apenas porque nela estão presentes. Já o homem modifica a natureza e a obriga a servi-lo, ou melhor: domina-a. Analisando mais profundamente, não há dúvida de que a diferença fundamental entre os homens e os outros animais está na força de trabalho.<sup>5</sup>

As formulações discursivas acerca da noção de trabalho passam por dois propósitos articulados. O primeiro refere-se

4 MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: ————. *O capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. v.1, t.2 p.743-52.

5 ENGELS, Friedrich. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. São Paulo, Global, 1982. p.22.

ao significado moralizante do trabalho que retira os indivíduos da vadiagem, dos desvios do ócio e possibilita um novo bem-estar às nações “civilizadas”. Adam Smith, na segunda metade do século XVIII, defende o trabalho “útil e produtivo”, entendendo que:

... a produção resultante de todo o trabalho da sociedade (é) tão grande, que **todos** dispõem, muitas vezes, de seu primeiro abundante, e um **trabalhador**, mesmo o mais pobre, se for frugal e laborioso, pode desfrutar de uma porção maior de bens necessários e confortos materiais, do que aquilo que qualquer selvagem pode adquirir.<sup>6</sup>

O segundo propósito vincula-se à questão da universalização do valor do trabalho. O capitalismo se caracteriza como um sistema de circulação de mercadorias e de idéias e, na medida que este sistema se expande, a concepção positiva do trabalho se coloca como um dado universal. O discurso civilizatório do europeu esconde o caráter agressivo da investida burguesa sobre as demais formas de organização social, reordenando-as a partir de sua lógica. O trabalho orientado na razão direta das necessidades imediatas, pouco ou nada acumulando, é descrito como uma ociosidade e todos aqueles que se depararam com tal prática, como Saint-Hilaire<sup>7</sup> e outros viajantes, associaram-na com características de povos não-civilizados.

Enfim, o trabalho é concebido como a redenção da Humanidade, como uma via, senão a principal, de superação da barbárie. Entretanto, para fazer desta uma concepção hegemônica impõe-se a necessidade de superar as diferenças entre labor e trabalho, bem como retirar o significado negativo que tais palavras tinham até a Idade Média. Hannah Arendt nos remete às diferenças lingüísticas existentes entre estes termos: labor como uma atividade do corpo, exercido pelo escravo; trabalho como uma atividade das mãos, exer-

6 SMITH, Adam. *A riqueza das nações*, São Paulo, Abril Cultural, 1983. p.36. Grifo nosso.

7 SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem a Curitiba e a Província de Santa Catarina*. São Paulo, EDUSP, 1978. Ao descrever a população da Comarca de Curitiba, na primeira metade do século XIX, refere-se a ela como a “mais branca” encontrada em suas viagens pelo Brasil; entretanto, quase tão preguiçosa quanto os índios, dedicando parte do seu tempo à caça — algo, certamente, associado mais a um esporte do que à complementação da subsistência.

cida pelo artesanato<sup>8</sup>. Para os gregos antigos, segundo a autora, ambas estavam voltadas à satisfação das necessidades materiais sendo, portanto, excluídas da esfera pública, da esfera da vida política. Desta participavam os cidadãos, indivíduos desobrigados de tarefas “miúdas”, que dedicavam-se à política, à filosofia, às artes e aos exercícios físicos.

Estas diferenças foram superadas na era moderna e aquilo que era entendido como labor passa a ser associado com trabalho, ao mesmo tempo em que este se impõe como a condição primeira da existência social. Para H. Arendt, a distinção entre **animal laborans** e **homo faber** cede

(...) a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo; um pouco mais tarde, a diferenciação entre trabalho qualificado e não-qualificado; e, finalmente, sobrepondo-se a ambas por ser aparentemente de importância mais fundamental, a divisão de todas as atividades em trabalho manual e intelectual.<sup>9</sup>

A positividade do trabalho obviamente não se refere a qualquer trabalho, sim àquele qualificado como produtivo e útil. Aqui entendemos a configuração de uma segunda forma de violência a que estão sujeitos os trabalhadores: reduzidos à condição de mercadoria, passíveis de aquisição num mercado inteiramente impessoal, o ritmo de suas existências e de seus corpos passa por outra lógica — a nova concepção de tempo.

Observamos que, em oposição ao tempo circular grego<sup>10</sup>, na Idade Média prevalece uma concepção de tempo dual e linear. Ele é dual no sentido em que “coexistem” duas “temporalidades”: uma divina — a eternidade, outra humana — a história<sup>11</sup>; e linear no sentido de que presente, pas-

8 ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.

9 ARENDT, p.96.

10 Ver GOUVERITCH, A. O tempo como problema de história cultural. In: RICOEUR, Paul, org. *As culturas e o tempo*. Petrópolis, Vozes, 1975. Segundo o autor, para os gregos presente-passado-futuro são categorias temporais simultâneas, ligadas ao conceito de um tempo mitológico, estático. Tempo e espaço (cosmos) são coisas reais e materiais e, enquanto representações da perfeição e da harmonia da natureza, são permanentes, descritas pela forma circular.

11 Esta concepção cristã do tempo parte do princípio de que o pecado original, ao resultar na expulsão de Adão e Eva do Paraíso, distanciou os homens de Deus. A possibilidade do reencontro, com o conseqüente retorno à Eternidade, está no Juízo Final onde o Bem e o Mal serão definitivamente separados. Preparar-se para este reencontro significa, entre outras coisas, superar os desejos da carne — origens dos males — vinculando-se, então, ao sexo unicamente à função reprodutora.

sado e futuro apresentam-se como momentos distintos e ordenados numa sequência cronológica, voltando-se para Deus. Assim, o tempo dos homens subordina-se ao tempo divino não podendo aquele apropriar-se deste.

As atividades humanas são regidas pela sucessão dos dias e das noites, das estações, estando o trabalho circunscrito entre o nascer e o pôr do sol (intervalo que varia segundo as estações); e limitado às condições climáticas (que determinam diferentes ocupações de acordo com as estações do ano). O tempo medieval, conforme mostra Emmanuel Le Roy Ladurie, é vago e flutuante, codificado por nomes de santos ou de festas; ainda, a divisão do tempo e a noção de horário contínuo são desconhecidas:

O tempo de trabalho não é pois absorvente ao ponto de ninguém poder se liberar dele (...). De uma maneira geral o tempo do artesão parece estar muito próximo do do camponês e do do pastor: apesar do trabalho deste ser, por vezes, bastante duro, o pastor tem também as suas horas filosóficas.<sup>12</sup>

Entretanto o desenvolvimento do comércio e do crédito cria uma nova temporalidade, da qual os homens passam a se apropriar. O tempo do mercador, descrito por Jacques Le Goff<sup>13</sup>, opõe-se ao tempo da Igreja entendendo esta que o tempo, enquanto criação divina, não pode ser objeto de lucro. O mercador, por sua vez, considera a necessidade de imputar aos custos de retorno do capital investido a distância percorrida para a colocação de seus produtos no mercado.

Nas cidades, especialmente nas cidades têxteis, os patrões tratam de organizar o dia de trabalho reivindicando a colocação de sinos (diferentes dos religiosos) que marcassem o início da jornada de trabalho, o intervalo para as refeições e o término desta jornada, sino que deveria permanecer protegido de possíveis sabotagens. Os trabalhadores, no entanto, sistematicamente se opõem à perda do controle de seu tempo de lazer e de trabalho.

12 LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou* — cátaros e católicos numa aldeia francesa, 1294-1324. Lisboa, Ed. 70, 1985. p.344.

13 LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa, Estampa, 1980.

Os sinos representam o início de uma transformação na lógica social que culmina com o aparecimento dos relógios mecânicos (século XIV). Estes possibilitam a ordenação de horas certas e padronizadas, passando o tempo para o controle do Estado. Conclui Le Goff:

O tabu do tempo que a Idade Média opôs ao mercador é levantado no início do Renascimento. O tempo que só pertencia a Deus, agora é propriedade do Homem.<sup>14</sup>

As novas noções de tempo e trabalho tendem a reger o cotidiano das pessoas, introjetando uma moral compatível com as “revoluções” desencadeadas. Ao se anteverem possibilidades de multiplicação das riquezas, há de se desencadear práticas que moldem o sujeito requerido às mudanças estruturais. Para um novo tempo se faz necessário um novo pensar.

## 2. O UNIVERSO DA FÁBRICA

Isto posto, cabe rever as mudanças operadas no interior do processo produtivo e as resistências apresentadas pelos trabalhadores à introjeção da lógica burguesa. No que se refere ao processo produtivo consideramos dois pontos: o “sistema de fábricas” e o parcelamento das atividades.

O setor de tecelagem foi um dos primeiros setores a sentir os efeitos das mudanças. A produção doméstica possibilitava ao tecelão o controle do tempo e da intensidade do seu trabalho — simplesmente recebia do comerciante a matéria-prima e devolvia um produto acabado. Neste processo o trabalhador conservava o seu saber técnico, de modo a manter o controle da produção.

Assim, impõe-se (para o capitalista) a necessidade de transferência do controle, invertendo a dinâmica da produção. O passo inicial foi a concentração dos trabalhadores num único local sob o olhar vigilante do patrão que pode, então, determinar o ritmo do trabalho. Esta estratégia contraria a concepção do estabelecimento das fábricas como

14 LE GOFF, p.72.

decorrência meramente tecnológica, ao que Stephan Marglin afirma:

O segredo do sucesso da fábrica, o motivo da sua adoção, é que ela tirava dos operários e transferia aos capitalistas o controle do processo de produção. Disciplina e fiscalização podiam reduzir os custos, na falta de uma tecnologia superior.<sup>15</sup>

Este controle não se limita à determinação do ritmo da produção, nem da jornada de trabalho — o saber operário é igualmente apropriado e reelaborado a partir de novos critérios de eficácia tecnológica (cristalizando uma nova divisão do trabalho: trabalho manual X trabalho intelectual). A apropriação do saber remete-nos à análise de Edgar De Decca sobre o aparecimento das fábricas:

(...) o mercado (além das determinações econômicas) não só impõe aos homens determinadas tecnologias 'eficazes', como também impede que lhes seja possível pensar outras tecnologias. (...) Pensar, portanto, é pensar segundo regras já definidas, e o seu contraponto, no nível da sociedade, é justamente a impossibilidade de pensar além das regras.<sup>16</sup>

O processo de concentração de trabalhadores nas oficinas se estende, a partir do início do século XIX, aos demais setores da produção submetendo os trabalhadores a duas possibilidades — colocar-se à disposição do capitalista ou não trabalhar. A primeira possibilidade implica, por extensão, submeter-se ao ritmo imposto pela máquina<sup>17</sup>, no qual o processo mecânico subordina o ritmo do corpo humano. Ainda, a máquina aparece como um objeto inteiramente estranho ao trabalhador, que, vendo-se distanciado daquilo que produz e perdendo a dimensão e o sentido de seu trabalho, passa a apontá-la como a causa primeira dos seus males.

15 MARGLIN, Stephan A. Para que servem os padrões? origens e funções das tarefas. In: GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980. p.58.

16 DE DECCA, O nascimento das fábricas, p.12.

17 ARENDT. Ao analisar a diferença fundamental entre a ferramenta e a máquina, conclui que "até mesmo a mais sofisticada ferramenta permanece como serva, incapaz de guiar ou substituir a mão; por outro lado, até mesmo a mais primitiva das máquinas guia o labor do nosso corpo até substituí-lo inteiramente". (p.160).

O não-trabalho é uma possibilidade cada vez mais excluída pela sociedade burguesa. A coerção ao trabalho apresenta novos contornos a partir do início da era moderna — na Inglaterra, por exemplo, a “Legislação Sangüinária” pune severamente os vadios, que poderão ser tomados como escravos daqueles que queiram lhes ensinar um ofício e os reincidentes estão sujeitos a castigos físicos que vão até a pena de morte. Legislação semelhante é encontrada em outros países da Europa.

O Parlamento inglês, no século XVIII, elaborou ainda leis que determinavam prazos de entrega para os trabalhos a domicílio<sup>18</sup>. A eficácia deste conjunto de leis apresenta seus limites, entretanto evidencia um projeto burguês que torna-se hegemônico a partir da introjeção da idéia do trabalho como forma dos indivíduos se perceberem socialmente e a impossibilidade de se pensar o não-trabalho.

Tal projeto é acompanhado pela estratégia do parcelamento, da racionalização das atividades — a divisão do trabalho é entendida como o principal fator de aperfeiçoamento das forças produtivas. A divisão do trabalho, menos perceptível nas grandes manufaturas dado o número de trabalhadores envolvidos, é exemplificada por Adam Smith através da fabricação de alfinetes, onde:

Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer uma cabeça de alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes, montar a cabeça já é uma atividade diferente, e alvejar os alfinetes é outra; a própria embalagem dos alfinetes também constitui uma atividade independente. Assim, a importante atividade de fabricar um alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações distintas, as quais, em algumas manufaturas são executadas por pessoas diferentes, ao passo que em outras, o mesmo operário às vezes executa 2 ou 3 delas.<sup>19</sup>

A defesa deste parcelamento está nas considerações de que os homens desenvolvem diferentes aptidões no trabalho; de que a troca constante de atividades representa um desper-

18 MARGLIN.

19 SMITH, p.42.

dício de tempo; e de que o desenvolvimento das máquinas possibilita a concentração de diferentes tarefas num único indivíduo. A racionalização das atividades, diz Smith, possibilita a multiplicação da produção e cria uma “riqueza universal que se estende até às camadas mais baixas do povo” (p. 45).

O pressuposto da ajuda e da cooperação mútua como fatores de progresso omite duas questões. Primeiramente, ao constituir-se um sistema de produção parcelada, é retirado do trabalhador o conhecimento e o controle de suas atividades, submetendo-o ao controle daquele que organiza a produção. Em segundo lugar, a simplificação das atividades possibilita a fácil substituição de trabalhadores dada a pouca qualificação requerida — a exigência maior prende-se à sujeição do indivíduo ao ritmo imprimido pelo relógio e pela máquina.

Este conjunto de mudanças operadas no interior do processo produtivo, resumidamente expostas, possibilitou a concretização de uma verdadeira organização “científica” do trabalho<sup>20</sup> e de um “soldado” do trabalho. Certamente a vitória maior fez-se sentir na introjeção de um “relógio moral” nos indivíduos em oposição às possibilidades do ócio — mesmo nos momentos de lazer. Por outro lado, esta vitória foi acompanhada das mais diversas formas de resistências, individuais ou coletivas.

O estabelecimento do “sistema de fábricas”, ao retirar o trabalhador de suas casas, submeteu-o a condições de trabalho mais severas. À longa jornada, às péssimas instalações, à severa disciplina e aos baixos salários soma-se o sentimento de perda do controle total de suas atividades. A produção fabril inviabiliza a produção doméstica, forçando os trabalhadores a submeterem-se aos patrões. Tal jornada, acrescida de horas-extra, não fornecia o salário necessário à subsistência nem deixava margem à prática de alguma atividade complementar, como o antigo hábito de cultivo das hortas caseiras.

20 Ver: RAGO, Luzia M. e MOREIRA, Eduardo F. *O que é taylorismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984. Os autores analisam a “organização científica do trabalho” proposta por F.W.Taylor, que busca um método de racionalização do trabalho para superar a “anarquia” da produção.

Os empregos, mesmo assim, eram muito disputados, particularmente após a introdução do trabalho feminino e infantil. Os homens são preteridos, pois o trabalho de mulheres e crianças atendia às exigências patronais e recebia menor remuneração. Sob tais condições organizam-se as primeiras manifestações trabalhistas que assumem proporções mais significativas no final do século XVIII, quando o trabalho fabril assume maior expressão. Os primeiros movimentos grevistas, organizados por tipógrafos, chapeleiros, carpinteiros, mineiros, em lugares como Lyon, Paris, Londres, Newcastle (respectivamente) tinham mais um caráter pontual e pacifista. Alguns reivindicavam melhores salários; outros se dirigiam contra comerciantes de alimentos, representando mais um movimento de consumidores do que de trabalhadores.

O agravamento das condições de trabalho força o desenvolvimento de atitudes mutualistas, que superem as contradições entre os movimentos isolados, que dêem maior peso às reivindicações salariais. Reunidos nos bares, os trabalhadores buscam estabelecer garantia de unidade nos movimentos, como ocorrera com os portuários de Londres, em 1768, ao que o Parlamento inglês respondeu com as “Leis de Associações” (**Combination Acts**, 1799-1800) proibindo qualquer tipo de associação de trabalhadores.

Face às proibições e ao agravamento da crise gerada pelo longo período de guerras contra a França, os operários optaram pela criação de sociedades secretas e clandestinas, como o Movimento Luddista, desencadeado entre 1811 e 1817. Seus membros entendiam que as máquinas eram responsáveis pela miséria generalizada, investindo violentamente sobre elas. Só nos primeiros anos, propriedades e máquinas avaliadas em torno de 100.000 libras esterlinas foram destruídas.

As revoltas se estenderam por diversas regiões, atingindo Nottingham, Derbyshire, Leicestershire, York, Manchester, Liverpool e tantas outras. Fábricas, máquinas, estabelecimentos comerciais foram destruídos. Alguns proprietários conseguiram rechaçar os ataques, outros foram assassinados. Diante das proporções e violência do movimento, o Estado

**mobilizou exércitos numericamente superiores aos destacados nas guerras napoleônicas, que reprimiram duramente os Luddistas.**

A despeito da violência dos “destruidores de máquinas”, **alguns parlamentares, como Lord Byron, colocaram-se a favor dos operários pois reconheciam os motivos de suas ações. Em pronunciamento na Câmara dos Lordes, em fevereiro de 1812, afirmou ser necessário reconhecer**

(...) que estes excessos tomam já proporções ameaçadoras, não se pode negar que obedecem a um estado de miséria jamais visto (...) Os operários despedidos pela introdução de novas máquinas, acreditam, na simplicidade de seus corações, que a existência e o bem-estar dos homens que trabalham tem mais importância que o enriquecimento de uns quarenta indivíduos (...) A miséria de vosso povo é hoje mais angustiante que nunca. Eu, que já percorri o palco da guerra na Península Ibérica, que já estive em algumas das províncias mais terrivelmente aflitas da Turquia, não vi jamais, nem sob o mais despiadado despotismo de um governante maometano, tanta miséria desconhecida como encontrei, ao regressar de minha viagem, dentro das fronteiras deste país cristão.

A pena de morte e a violência da ação militar, acusadas neste mesmo discurso como saída para sufocar os Luddistas, fato conseguido em 1817, foram aplicadas novamente para reprimir as mobilizações operárias. O “Massacre de Peterloo”, em 1819, tornou-se o exemplo mais conhecido.

Diante destes atos repressivos os operários mantêm-se unidos com o propósito de uma formação sindical e, dos aparentes recuos, eles ressurgiam mais fortes. Nos anos 20 do século XIX, finalmente o Parlamento reconhece, ainda que com restrições, o direito à greve, à livre associação e a formação dos sindicatos. A etapa seguinte foi o “Movimento Carlista”, baseado na “Carta do Povo” que defende, entre outras coisas, a participação igualitária no Parlamento. Novas conquistas foram obtidas, porém, pelas divisões internas e pelo seu próprio caráter, aos poucos o movimento foi se esvaziando sem tocar nas questões centrais do interesse da burguesia. Outros projetos revolucionários e novas lideranças assumiram a bandeira de luta dos trabalhadores, forta-

lecendo a organização sindical ou desencadeando diferentes práticas de resistências aos patrões (aos quais nos furtamos por entender que este não é o objeto central deste texto).

Algumas concessões foram necessárias — pois era impossível manter a ordem interna através das tropas militares — desde que a propriedade privada fosse mantida e respeitada. Piores eram os exemplos franceses<sup>21</sup> que subverteram inteiramente a ordem instituída, causando perdas maiores.

Administrar as tensões sociais, mantendo-as dentro de limites toleráveis, ao mesmo tempo em que avança com novas estratégias de organização do processo produtivo, requer sutileza e habilidade da burguesia. O exercício do poder, a administração do Estado e da população são desafios a um projeto de governo, o qual busca resguardar-se dos possíveis avanços dos trabalhadores.

### 3. O PODER POSITIVO

A moral do trabalho, a noção do tempo útil, a divisão do trabalho (manual e intelectual) são alguns dos componentes básicos do projeto de instituição da “sociedade do trabalho”, ao qual se contrapõem diversas formas de resistências de trabalhadores. Tais resistências, entretanto, têm o seu contraponto — o desenvolvimento de estratégias de controle, de disciplina, de absorção dos conflitos sociais — que fazem deste um projeto hegemônico. Não podemos, entretanto, entendê-lo como algo dado *a priori*. Sua elaboração não se constitui numa trama maquiavélica da qual participam determinados segmentos da sociedade encarregados de antecipar todo um projeto político, social e econômico capaz de dissipar, com eficiência, práticas e pensares diferenciados.

O projeto burguês é elaborado gradativamente no interior de um novo tecido social, passando por avanços e re- cuos, pelo (re)arranjo de formulações discursivas e pelo desenvolvimento de práticas de adestramento dos corpos.

21 Referimo-nos à Revolução de 1789, ao Terror jacobino de 1794 e, particularmente, à Revolução de 1848. Nesta, burgueses republicanos e operários socialistas unem-se contra Luís Felipe. Novamente o povo invade o palácio e instala um governo provisório. O poder mantém-se dividido entre as facções que discutem sobre a conveniência de uma política moderada ou a implantação de reformas sociais profundas. O impasse é superado com a intervenção violenta de tropas militares que asseguram os interesses burgueses.

No caso das formulações discursivas, as alterações são evidenciadas no desenvolvimento de falas em nome do coletivo. O individual cede ao nacional; o particular é diluído no bem comum; os direitos são universais; o poder divino é substituído pela soberania popular. O discurso liberal e democrático é carregado pelas marcas da subjetividade. Ele se fundamenta no entendimento dos direitos naturais — vida, propriedade; na igualdade de todos perante a lei; na liberdade de consciência e expressão; na abolição dos privilégios hereditários.

Os desdobramentos deste discurso não caracterizam uma formulação antecipada e propositadamente enganosa. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, por exemplo, carta aprovada pela Assembléia Constituinte francesa, de 1789, reflete o pensamento dos intelectuais e líderes do movimento, que dentro do mais puro liberalismo dividiam os homens em cidadãos “ativos” e cidadãos “passivos”. Aos “ativos”, isto é, aqueles que pagavam impostos, que eram proprietários, cabiam os direitos políticos e civis; aos “passivos”, unicamente os direitos civis. Revendo o contexto revolucionário francês, no qual o “povo” se levanta contra aqueles que detinham o privilégio da isenção dos impostos, tal divisão reflete a lógica do próprio movimento.

A evidente apropriação deste discurso se observa nos contornos das práticas burguesas, que pretendem a permanência de seu imaginário e a quebra de quaisquer formas de oposição ao projeto emergente. Sobre o operário que se nega ao novo ritmo de trabalho incide um conjunto de leis que pretende garantir a produção. Entretanto as primeiras tentativas de legislar sobre o tempo de realização dos trabalhos domésticos ou a duração da jornada de trabalho, no início da era moderna, mostraram pouco ou nenhum resultado prático. Mais eficazes foram as leis de combate à vadiagem, como o recolhimento dos desocupados às Casas de Trabalho (**Workhouses**).

As “punições exemplares”<sup>22</sup> por sua vez tinham pouco resultado prático — os enforcamentos ou açoitamentos públicos, antes de se constituírem em exemplos aos possíveis infratores, constituíam-se em verdadeiros espetáculos acom-

panhados de bebedeiras, assaltos e prostituição. As massas perigosamente fluíam às ruas, concentrando-se nas praças de execução. As autoridades eram reduzidas a objeto de zombarias. O culpado se transformava no ator principal, no (anti)herói de um grande acontecimento público.

A condição de condenado, que se pretendia exemplar, acabava por apresentar-se como a condição do outro. O efeito disciplinar se diluía na confusão do populacho.

O policiamento ostentivo também encontra seus limites de eficácia. Maria Stella Bresciani aponta a existência de 232.000 “marginais” londrinos para uma força policial inferior a 10.000 homens, no início do século XIX<sup>23</sup>. A polícia, segundo Robert Storch,

(...) foi projetada para atuar como um instrumento polivalente da disciplina urbana. A sua implantação levou o braço da autoridade municipal ou estatal a tocar diretamente em aspectos chaves de vida diária, iniciando assim uma batalha contínua com os costumes locais e com a cultura popular que se estendeu por décadas.

### Ainda:

A chegada da polícia exigiu das classes pobres uma adaptação um tanto dolorosa aos novos padrões de decoro urbano e transformou em grande parte o cotidiano da classe trabalhadora, desde a troca de mercadorias ao lazer e à vida social.<sup>24</sup>

22 Sobre as “punições exemplares” ver o caso de Robert-François Damiens condenado, em 1757, “a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris (aonde devia ser) levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; (em seguida), na dita carroça, na praça de Greve e sobre um patíbulo que aí será erguido, atezado nos mamilos, braços, coxas e barriga das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimado com fogo de enxofre, e às partes em que será atezado se aplicará chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas e suas cinzas lançadas ao vento”; ou o caso de uma criada de Cambrai, que matara sua senhora, condenada, em 1772, “a ser levada ao lugar do suplicio numa carroça, ‘usada para retirar imundices em todas as encruzilhadas’; lá haverá uma força a cujo pé será colocada a mesma poltrona onde estava sentada a senhora Laleu, sua patroa, quando foi assassinada; e sendo colocada lá, o executor da alta justiça lhe cortará a mão direita e em sua presença a jogará ao fogo, e lhe dará imediatamente depois quatro facadas com a faca utilizada por ela para assassinar a senhora Laleu, a primeira e a segunda na cabeça, a terceira no antebraço esquerdo, e a quarta no peito; feito o que, será pendurada e estrangulada na dita força até à morte (...)”.

23 FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir; nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1983. p.11 e 43. Ver, ainda, LARA, Sílvia H. O castigo exemplar dos escravos no Brasil colonial. In: RIBEIRO, Renato Janine, org. *Recordar Foucault*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p.229-38.

24 STORCH, Robert D. O policiamento cotidiano na cidade vitoriana. *Revista Brasileira de História* (8/9):1985.

A atuação deste braço da autoridade no cotidiano do trabalhador é limitada pela própria disponibilidade de recursos humanos. Vemos, segundo o autor, que na prática a polícia londrina assumia mais um caráter “suplementar à reforma moral e social”, pouco investindo sobre as festas ou prostituição nas ruas. Finalmente, a moderna polícia vitoriana, em substituição ao sistema de policiais de freguesia, constituiu-se num corpo estranho aos bairros, fato que contribuiu para a concentração policial nos limites dos mesmos — optou-se mais por impedir o acesso de indivíduos estranhos aos bairros burgueses. “No século XIX, a Inglaterra tornou-se uma sociedade policiada e não um Estado policial”, pondera Storch.<sup>25</sup>

O crescimento urbano europeu, nos séculos XVIII e XIX, se processa de forma rápida e irregular. As cidades “incham”, formam-se verdadeiros amontoados de moradias que disputam tanto o espaço vertical como o horizontal. Os andares superiores das casas praticamente se tocam, fazendo das ruas verdadeiros corredores escuros, nos quais são jogados toda espécie de detritos — percorrê-las representa um risco a que poucos se submetem.

Proliferam, assim, verdadeiros “buracos negros” no interior dos sítios urbanos onde, além de doenças, toda a espécie de irregularidades corriam soltas e desconhecidas. A lei ou a polícia eram corpos estranhos aos habitantes destes bairros. No caso de Paris, por exemplo, se forma uma “cidade subterrânea” — sob as pontes e nos esgotos se amontoam centenas de pessoas — que foge a quaisquer formas de controle.

Pensar a possibilidade da formação de um trabalhador moralizado, disciplinado e capacitado para as fábricas ou na superação do absenteísmo diante deste quadro, é algo bastante limitado. Impõe-se a necessidade do esquadrinhamento, da (re)ordenação dos espaços e, por extensão, dos corpos que os habitam. Para desvendar estes “buracos negros” é preciso contar com a contribuição daqueles que podem per-

25 STORCH, p.29.

corrê-los livremente — é o caso do médico<sup>26</sup>, que ocupa uma posição privilegiada de acesso aos bairros, ruas e casas. Seu olhar pode ultrapassar os limites interditados a outros indivíduos, tudo anotando, relatando, classificando.

Na medida em que o universo da miséria, da vadiagem, da prostituição perde a sua opacidade, incidem sobre ele diferentes estratégias de disciplinarização. Este esquadrinhamento das massas confusas, desordenadas e desordeiras, segundo Roberto Machado, “faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo”<sup>27</sup>. Incidimos aqui numa das teses centrais da genealogia de Michel Foucault.

Em seu projeto genealógico, Foucault parte para o estudo das relações entre saber e poder, opondo-se à noção de poder como propriedade do Estado, que o exerce repressivamente.<sup>28</sup> O poder, isto é, as práticas ou relações de poder, está diluído em todos os pontos do tecido social funcionando como uma rede de dispositivos que perpassa a tudo e a todos, não sendo, portanto, suficiente tomar ou destruir o Estado para romper com as relações de poder. Evidencia-se o caráter positivo e construtor dos micropoderes, ou seja, o poder produz.

Ao investir sobre o corpo humano, pretende aperfeiçoar as suas capacidades, ampliar a eficácia do trabalho, reduzir as possibilidades de resistências, “compor forças para obter um aparelho eficiente”. Em suma, ao incidir sobre a prisão, fábrica, hospital, escola, exército, bordel, o poder se projeta como um “poder disciplinador” organizando, inicialmente, o(s) espaço(s) que, para Foucault,

26 RAGO, Luzia M. De Eva a santa, a dessexualização da mulher no Brasil. In: RIBEIRO, p.225. Ao médico se desvende o submundo da sociedade, como mostra o Dr. Ferraz de Macedo, em sua tese “Da Prostituição”, estudo sobre a prostituição carioca no final do século XIX. Como nos mostra a autora, este médico elabora um mapa dividido entre “prostituição pública” e “prostituição clandestina”. A primeira subdivide-se em prostitutas “dificéis” (trabalhadoras e ociosas), “fáceis” e “facílimas”. A segunda, “clandestina”, envolve desde viúvas (1.ª classe) até “pederastas ativos, passivos e mistos”. Este detalhamento desce ao nível do reconhecimento da personalidade da prostituta, apontada como aversa ao trabalho, ignorante, leviana, com “apetite sexual exaltado” e entregue às conversações fúteis.

27 MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. XIX.

28 O chamado projeto arqueológico, estudo da história dos saberes, é formulado através de *História da loucura, As palavras e as coisas, A arqueologia do saber, e Nascimento da clínica*; e o chamado projeto genealógico, em *Vigiar e punir* e *História da Sexualidade I*: a vontade de saber, cujo trabalho foi interrompido no volume III. Ver, ainda, *Microfísica do poder*, particularmente o artigo “Genealogia e poder”.

(...) tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e quando encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza o espaço analítico.<sup>29</sup>

A segunda característica do poder disciplinador é o controle do tempo, ou seja, a sujeição dos indivíduos ao ritmo bem marcado — exato, aplicado e regular. É um tempo que penetra no corpo, sincronizando o jogo de movimentos aos objetos manipulados. Ainda, é um tempo coletivo que forma um “laço coercitivo com o aparelho de produção”, introjetado quer pela herança das posturas religiosas, quer pelas práticas pedagógicas.

A estas características há de se acrescentar a vigilância, isto é, o olhar indiscreto que a tudo e a todos desnuda e, mesmo quando não está presente, faz com que o vigiado interiorize o olhar daquele que vigia. A vigilância requer um olhar (ou a possibilidade de) permanente e a presença constante de um foco de luz em todos os lugares excluindo-se, assim, a hipótese do obscuro. Referindo-se aos dormitórios escolares, Foucault descreve-os como “uma sala envidraçada onde (cada aluno) podia ser visto durante a noite sem ter nenhum contato com seus colegas, nem mesmo com os empregados”.<sup>30</sup>

Porém sua descrição mais conhecida refere-se às prisões<sup>31</sup> — o Panóptico de Jeremy Bentham, modelo de prisão proposto no final do século XVIII, que consistia numa construção em forma de anel, com uma torre no centro. As celas ficavam nesta construção circular com janelas externas e internas. A disposição destas permite a passagem da luz possibilitando aos guardas, na torre, observarem tudo que ocorre

29 FOUCAULT, *Vigiar e punir*, p.131.

30 FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p.210.

31 FOUCAULT, *Vigiar e punir*, p.127.

em cada cela. Temos aí o exemplo de poder visível — “sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado” — e inverificável — “o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter a certeza de que sempre pode sê-lo”.

O poder disciplinador, finalmente, produz um tipo específico de saber — as Ciências Humanas, saber este que é político por essência, dado que se origina nas relações de poder. O poder, por sua vez, se caracteriza pela competência e exclui determinadas formas de saber: “saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou cientificidade”.<sup>32</sup>

Saber e poder, considerando o projeto genealógico, mutuamente se constroem e, disciplinando as massas desordenadas e desordeiras, “produzem” o indivíduo. Poder disciplinador, produtor de individualidade, que

(...) não deve ser entendido como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, que se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral.<sup>33</sup>

Ou, ainda

(...) não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.<sup>34</sup>

#### 4. A CIDADE: UM OLHAR SOBRE O CAOS URBANO

A polícia de Londres era, naquele tempo (1800), organização bem diversa da de hoje; a porção mais isolada dos subúrbios, quando a febre de construções e o progresso dos planos de melhoramentos ainda não haviam começado a uni-la à capital e seus arredores, era — especialmente aquela a que estamos nos referindo — o local de

32 FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p.170.

33 FOUCAULT, *Vigiar e punir*, p.127.

34 FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1980. p.89.

reunião preferido dos piores e mais depravados rufiões. Mesmo as ruas das zonas mais alegres de Londres eram mal-iluminadas àquela época; lugares como Walworth ficavam inteiramente entregues, no que respeita à iluminação, à lua e às estrelas. As possibilidades de localizar os meliantes e descobrir-lhes os covis eram, pois, mínimas, e suas audácias criminosas cresciam na proporção em que a consciência da relativa segurança de que gozavam neles se fazia cada vez maior pela experiência diária. (Ch. DICKENS, O véu negro, 1836)

O olhar do poeta sobre o universo londrino, no início do século XIX, fixa duas das imagens centrais do projeto disciplinador: os espaços encobertos e os indivíduos não-moralizados, figuras que, reciprocamente, se reforçam. A “escuridão” favorece a criminalidade e a criminalidade gera o medo da “escuridão”, impedindo que olhares estranhos a percorram. Certamente, se trocarmos os nomes, utilizando o de outras grandes cidades européias e respectivos bairros, veremos que a situação permanece.

O cenário urbano apresenta-se particularmente hostil tanto para aquele que o integra como para aquele que o percorre. Confusas, amontoadas e sombrias, as cidades transformam-se em palco de revoluções, desencadeadas pela plebe sempre crescente, gerando o “medo urbano”:

medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das ‘caves’ sobre as quais são construídas as casas que estão correndo sempre o perigo de desmoronar.<sup>35</sup>

A convivência com as massas é, por extensão, a convivência com sua miséria, promiscuidade, doenças, dejetos e, talvez o pior de tudo, com a possibilidade sempre constante de levantes. Estas questões colocam-se para os ingleses, segundo Bresciani, como uma questão de “contágio moral” sendo o custo da miséria imputado a diferentes aspectos;<sup>36</sup> e,

35 FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p.87.

36 BRESCIANI, *Londres e Paris...*

para os franceses, como uma “ameaça política” às instituições.

“O caos entrou nas cidades”, afirma Le Corbusier, em *Carta de Atenas*; caos que pode ser associado tanto à desunião do poder, quanto à desordem do desenho urbano. Paris sintetiza este caos: ainda no século XVIII, poderes leigos, religiosos, corporativos e estatais mantêm-se autônomos e localizados. O *prévôt de marchands* tinha autoridade sobre o Sena e suas margens, além das quais a jurisprudência era exercida por representantes da polícia ou do Parlamento<sup>37</sup>. Quanto ao desenho urbano, vemos que esta cidade mantém os limites medievais em 1850, embora a população tenha triplicado desde a Revolução Francesa<sup>38</sup>. Disto resulta a necessidade de ocuparem-se todos os espaços verticais e horizontais, criando um verdadeiro amontoado humano e um foco de epidemias. As ruas, estreitas na quase totalidade, recebem todos os detritos formando uma camada permanente de lama; o sol quase nunca as atinge. As casas abrigam diversas famílias, que buscam água à distância e não conhecem nenhum tipo de serviço sanitário.

Este quadro sombrio se reproduz do outro lado do Canal. A conhecida descrição das cidades inglesas feita por Engels, na década de 1840, não deixa dúvidas quanto à miséria dos operários.<sup>39</sup> O bairro londrino de St. Giles é formado por:

uma massa de casas de três ou quatro andares, construídas sem plano, com ruas tortuosas, estreitas e sujas (...) As casas são habitadas das caves aos telhados, são tão sujas no interior como no exterior e têm um tal aspecto que ninguém aí desejaria habitar. (...) Em toda parte montes de detritos e de cinzas e as águas usadas vertidas em frente às portas acabam por formar charcos nauseabundos (...) Mas St. Giles não é o único bairro miserável de Londres.<sup>40</sup>

Seu relato percorre outros bairros e cidades — Dublin, Liverpool, Edinburgo, Glasgow, Bradford, Bolton, Manches-

37 FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p.86.

38 Ver dados de BRESCIANI, *Londres e Paris...*, p.74.

39 ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto, Afrontamento, 1975.

40 ENGELS, *A situação da classe...*, p.60.

ter — apontando ruas imundas, casas sem condições de habitação, ar irrespirável, enfim, características comuns das zonas ocupadas pelos operários. Cabe, entretanto, abrir um parêntese para Manchester, importante centro industrial de adensamento populacional recente e com um desenho urbano disciplinado.

Esta cidade, conforme Engels,

está construída de uma maneira tão peculiar, que podemos habitá-la durante anos, sair e entrar nela cotidianamente sem nunca entrevermos um bairro operário nem sequer encontrarmos operários.<sup>41</sup>

Tal situação é digna de registro, considerando-se que esta é uma cidade tipicamente industrial com aproximadamente 250.000 habitantes, em 1844. Temos aí bairros diferenciados, cortados por largas avenidas: na zona central, o bairro comercial rodeado de bairros operários; ruas principais partem da Bolsa em todas as direções, ladeadas por sucessivas lojas de burgueses, que asseguram a limpeza e escondem as casas operárias. A aparente organização manchesteriana, apontada como obra do acaso, se desfaz nos bairros e casas dos operários. Na melhor das hipóteses o que temos é o afastamento de mundos distintos cujos limites são extremamente tênues. O distanciamento material não impede que os personagens destes mundos se toquem, se olhem.

Do outro lado do Atlântico observa-se também a incidência deste fato. Por exemplo, a imprensa carioca, no início deste século, registra a proximidade entre a pobreza e a riqueza:

O Rio é a cidade dos contrastes. Sai-se da Avenida Rio Branco e cai-se em vielas dos tempos coloniais. Vêm-se nas nossas ruas senhoras ricamente vestidas, homens no rigor da moda e misturados com eles, na mais franca promiscuidade, indivíduos imundos de camisas e melas desbotadas, esfarrapados e descalços. De um lado ouvem-se frases de cortesia entre gente bem educada e do outro palavrão e obscenidades atiradas a esmo pelo pessoal da lira. E para cúmulo quando se entra na Avenida (...) e o olhar paira à esquerda, descortina-se lá no alto, a dois

41 ENGELS. A situação da classe..., p.80.

passos da formosa artéria, um trecho de África. **Reparem.** Tem-se a impressão de ver ali pertinho Dacar ou São Vicente.<sup>42</sup>

Face ao caos urbano e o perigo que seus personagens representam, incide o projeto disciplinador, projeto que se elabora a partir de duas políticas combinadas: a médico-sanitária e a urbanística.

A reforma urbana por que Paris passou, na segunda metade do século XIX, idealizada pelo Barão Haussmann, imprimiu-lhe um novo perfil. Largas avenidas são traçadas em toda a extensão da cidade, rompendo o isolamento de certos bairros, possibilitando o fácil escoamento das pessoas. Para Haussmann, “as instituições da dominação laica deveriam encontrar a sua apoteose no traçado das avenidas: antes de serem inauguradas eram encobertas por uma lona e depois descobertas como monumentos”.<sup>43</sup> O principal propósito destas construções era impedir que novas barricadas fossem levantadas em Paris, tornando-se uma cidade segura. Ainda, orientar o percurso dos operários, evitando desvios entre suas casas e seu trabalho.

O projeto de Haussmann é levado às cidades que pretendem se modernizar. As muralhas feudais de Viena dão lugar à largas avenidas; a Avenida Central no Rio de Janeiro (1904) foi inaugurada como primeiro monumento do projeto modernizador da burguesia brasileira de construção de uma sociedade “civilizada”. A reforma urbanística é acompanhada de novos padrões arquitetônicos, resultantes do emprego de materiais como o ferro e o concreto que possibilitam projetos altamente inovadores e arrojados. Técnica e arte se combinam materializando a utopia dos tempos modernos e a idéia de uma arquitetura universal.

A reforma urbanística visa, também, medicalizar as cidades. A medicina social urbana pretende o controle da circulação da água, do ar, da luz solar; da disposição dos esgotos (em relação à disposição das fontes de abastecimento

42 FON-FON, 10 out. 1914, O Rio de Janeiro é a cidade dos contrastes. Citado por PECHMAN, S. & FRITSCH, L. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História* (8/9):181, 1985. Grifo nosso.

43 BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: ———. *Walter Benjamin*. São Paulo, Ática, 1985. p.41.

de água); dos focos de propagação de doenças. Destes focos, os cemitérios passam a receber especial atenção — as emanções do corpo humano<sup>44</sup> poderiam contaminar o ar, logo os mortos devem estar afastados, os cemitérios fora dos limites das cidades.

A morte, a partir do século XIX, se constituiu num objeto de interdição — ela é excluída do convívio familiar, da mesma forma que os mortos. Os funerais ocorrem em locais específicos, empresas se encarregam de todas as providências, os mortos não mais habitam as capelas. O Parlamento parisiense, em 1765, decreta a transferência do cemitério para fora da cidade; o Código de Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 1832, delibera no mesmo sentido; situações similares são verificadas nos Estados Unidos, Espanha, Alemanha.

Observa-se, ainda, que estas determinações não se limitam à localização; elas compreendiam, também, princípios de organização interna. As covas deveriam ter uma profundidade determinada, que possibilitasse a decomposição dos corpos sem contaminação do ar; as árvores e construções não poderiam prejudicar a circulação do ar.

O discurso médico, conforme mostra Roberto Machado, se constrói em torno destes dois princípios: a localização e a organização interna.<sup>45</sup> Assim, seja ele disciplinador dos cemitérios, fábricas, escolas, hospitais, quartéis, prisões, ele pretende dar conta destes princípios. Ele visa a formação de um novo tipo de cidadão, higienizado e medicalizado.

Ao médico não existem limites. O meio urbano é, por excelência, o plano da norma da medicina social; seu executor, além das técnicas, “conhece os grandes tratados teóricos, observa e, portanto, detém um saber. É também uma autoridade, alguém que intervém: decide, executa, fiscaliza, pune”.<sup>46</sup> O seu projeto é um duplo projeto de normalização: “normalização da sociedade” e “normalização do saber e da prática médicos”. Entretanto, executá-lo na íntegra não é fácil. As formas de resistência são muitas; vão desde o dis-

44 ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro, Alves, 1977.

45 MACHADO, Roberto et alii. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

46 MACHADO, *Danação da norma*, p.258.

curso católico, que se opõe ao novo tratamento aos mortos, até o exercício de práticas sexuais que não se limitam à reprodução. Para desfazer quaisquer focos de resistências, o olhar médico, como todos os olhares disciplinadores, esquadrinha tanto os espaços públicos quanto os espaços privados.

As casas se constituem em alvo dos princípios médicos; para construí-las é necessário observar as condições de salubridade, não podendo uma construção comprometer a circulação de ar e a iluminação das demais. Da mesma forma era necessário respeitar o alinhamento das calçadas em construções, as áreas públicas<sup>47</sup>.

Quanto à organização interna, os espaços deveriam ser diferenciados e ordenados: a parte social é construída de modo a preservar a intimidade da família; os quartos são separados, resguardando-se o quarto do casal do dos filhos que, por sua vez, são agrupados por sexo e/ou faixa etária. Tal ordenação permite que se estabeleça uma opacidade sexual tanto dos pais em relação aos filhos, como dos irmãos em relação às irmãs. Os aposentos dos empregados são dispostos à distância, protegendo a família das impurezas dos criados. No caso da América escravista este confinamento, segundo as teses médicas, era mais necessário pois a convivência com os negros era um desafio à higiene e moral.

O olhar esquadrinhador volta-se, também, para as moradias que abrigavam diversas famílias e para as hospedarias, construções insalubres que reuniam toda espécie de promiscuidade social. Os pobres aí se amontoavam, desafiando qualquer projeto moralizante, quer pela exposição de seus corpos, quer pela convivência de homens e mulheres, adultos e crianças. Sobre tais espaços incidem projetos modernizadores que, na prática, acabaram por deslocar os “bolsões de miséria” para a periferia urbana. Para agravar ainda mais o quadro urbano temos uma violenta especulação imobiliária, decorrente do déficit habitacional.

Diversos são os registros destas habitações e, através deles, percebemos o horror às evidências dos limites da inter-

47 Sobre a “modernização” de São Paulo, ver: SILVA, Janice Teodoro. *São Paulo, 1554-1890: discurso ideológico e organização espacial*. São Paulo, Moderna, 1984.

Sobre a “modernização” do Rio de Janeiro, ver: PECHMAN et FRITCH, p.139-95; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, São Paulo, Brasiliense, 1983. /particularmente o capítulo I “A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque”, p.25-77.

venção disciplinadora. Sobre as hospedarias cariocas, por exemplo, temos o relato de João do Rio de uma inspeção noturna em companhia de autoridades:

E começamos a ver os rés do chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbais com lençóis encardidos, em que dormiam de beijo aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbada. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espaçavam-se completamente nus (...)

Havia com efeito mais um andar (referindo-se ao terceiro), mas quase não se podia chegar lá, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, que se estirava nos degraus, gente que se agarrava nos balaústres do corrimão — mulheres receiosas da promiscuidade, de saias enroladas. Os agentes abriam caminho, acordando a canalha com a ponta dos cacetetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mais um pavimento e arrebentariamos. (...)<sup>48</sup>

Situação semelhante é observada por Engels em seu relatório sobre a Inglaterra: casas de dois aposentos são compartilhadas por mais de vinte pessoas, sem oferecerem as mínimas condições de ocupação.<sup>49</sup> A imprensa de Manchester refere-se às caves-habitações, atingidas por inundações, em 1872, chamando a atenção do público sobre:

a maneira evidente como se desprezam todas as leis de higiene, que há muito tempo é tolerada nas barbas dos empregados municipais e do serviço sanitário. (...) As habitações escapam ao olhar público e só são acessíveis aos que a miséria obriga a procurar um abrigo neste lugar retirado do mundo e semelhante a uma tumba. Mesmo quando as águas do Medlok, a maior parte do tempo estagnadas e presas entre os parapeitos, estão ao seu nível habitual, o piso destas habitações não o ultrapassa senão em algumas polegadas. Qualquer aguaceiro um pouco forte é suficiente para fazer subir dos esgotos e das canalizações uma água fétida, repugnante, e as habitações enchem-se de gases pestilentos como é característico depois das inundações.<sup>50</sup>

48 Citado por SEVCENKO, p.56-7.

49 ENGELS, A situação da classe...

50 *Weekly Times*, citado por ENGELS, Friedrich. *Questão do alojamento*. Lisboa. s.ed., s.d. p.137.

A racionalização destes espaços privados reafirma a necessidade da elaboração e aplicação de projetos disciplinadores que, a despeito das resistências, se concretizam através de práticas médicas, policiais, pedagógicas, jurídicas. Os micropoderes estão presentes no cotidiano do indivíduo, que é vigiado também pelos seus pares, interditando as possibilidades dos lugares e práticas opacas.

Pensar estas questões em relação à casa e à família é pensar, simultaneamente, no ato de introdução do olho do poder disciplinador na existência doméstica. Enquanto tal ela deve revelar-se, deve anular suas sombras internas. Iluminar o espaço público é também iluminar o privado pois se este permanecer escuro, por um efeito de luz se inverte o olhar. A proibição da Coroa portuguesa, no início do século XIX, de se construírem casas com rótulas e gelosias exemplifica claramente a intenção de se estabelecer um olhar recíproco.<sup>51</sup>

Tal proibição está inserida numa conjuntura de ampliação do mercado consumidor de novos materiais de construção, como grades e vidros; porém podemos pensá-la além disto. O emprego das rótulas e gelosias, herança arquitetônica árabe presente nas construções coloniais, assegura a luminosidade interna das casas sem revelar seus ocupantes (e práticas) que, por sua vez vêem o espetáculo das ruas.

Como vigiar aquele que vê sem ser visto? O poder não se reduz ao esquadrinhamento espacial; ele investe, também, sobre os ocupantes destes novos espaços. Completar o projeto disciplinador significa retirar o saber do senso comum e remetê-lo à positividade da Ciência. “Curar” cidades significa, por extensão, “curar” indivíduos: neste sentido poder e saber recusam quaisquer limites.

## 5. A RECUPERAÇÃO DO POBRE

Desisti finalmente de prestar atenção ao que se passava dentro do hotel e absorvi-me na contemplação da cena exterior. De início, minha observação assumiu um feitiço abstrato e generalizante. (...) Logo, no entanto, desci aos

51. Ver: COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

pormenores e comecei a observar, com minucioso interesse, as inúmeras variedades de figura, traje, ar, porte, semblante e expressão fisionômica. (...) A tribo dos funcionários (...) fazia-se logo reconhecer pelas casacas e calças pretas ou castanhas, confortáveis e práticas, pelas gravatas brancas, pelos coletes, pelos sapatos sólidos, pelas meias grossas e pelas polainas. Tinham todos a cabeça ligeiramente calva e a orelha direita levantada, devido ao hábito de ali prenderem caneta. (E.A. POE, O homem da multidão)

Sentar-se diante da janela de um bar de uma movimentada rua londrina e observar a multidão apressada, com múltiplos destinos, à medida que as sombras da noite avançam, se constitui na primeira atitude do personagem da novela, personagem que após meses de enfermidade depara-se com o fluxo incessante das massas. Além da “tribo dos funcionários” outras figuras cruzam o observador sem, contudo, assemelhar-se ao caráter respeitável destes. São batedores, jogadores, judeus, mendigos, inválidos, mundanas, (...) e bêbados. Todos indivíduos pouco recomendáveis, porém identificados pelos seus trajes, gestos, passos, semblantes.

Indivíduos recomendáveis ou não, pouco excitam a atenção do observador que, subitamente, vê-se atraído pela figura de um velho que passa, “dada a absoluta idiossincrasia de sua expressão”. O velho decrepito surpreende, fascina e inspira o desejo de conhecer a ponto de arrancar o observador de sua cadeira e levá-lo a percorrer sombrias ruas numa tentativa de aproximação, de identificação.

A novela assume, então, a dinâmica daquele que se movimenta rapidamente para não perder de vista o alvo de sua investigação, a qual se torna cada vez mais excitante pela aparente falta de objetividade do percurso do velho e pelo seu caráter suspeito. Aproximar-se demasiadamente implica no risco de denunciar-se; manter-se à distância, no de perdê-lo. Para Benjamin, “um homem se torna tanto mais suspeito quanto mais difícil seja encontrá-lo”;<sup>52</sup> e, quando o

52 BENJAMIN, Walter. A Paris do segundo império em Baudelaire. In: ———. Walter Benjamin, p.76.

foi, revelou-se como o “homem da multidão” do qual nada mais saberemos.

Ficaram o espetáculo da multidão, a sombra da noite, o relato do cotidiano, a associação ao “crime profundo”. O caráter suspeito do indivíduo está na sua não-decodificação, na sua oposição ao costumeiro, no perigo que representa como desconhecido. Enquanto encobertos pelas massas, os homens podem gritar que “o rei está nu”, hipótese inadmissível para uma sociedade sob um projeto disciplinador. Romper tal hipótese consiste em retirar o indivíduo das massas, preparando-o ou corrigindo-o para um comportamento semelhante ao da “tribo dos funcionários”.

O cenário londrino, conforme Poe, e, por extensão, das modernas metrópoles compõe-se de um imenso volume de pessoas miseráveis, que “não pautam suas existências pelos valores constitutivos da vida social — o trabalho, a propriedade, a razão — (tendo) como único meio de sobrevivência atacar essa organização exterior a elas”.<sup>53</sup> Entretanto, seguindo a análise de Bresciani, vemos que a miséria não é concebida como uma situação irreversível e os pobres são passíveis de serem reintroduzidos no mundo do trabalho, ainda que de forma violenta.

A questão da miséria, detendo-nos particularmente no caso inglês, foi enfocada durante muito tempo pela perspectiva filantrópica. A legislação elisabethana, do início de século XVII, considerava como um dever da comunidade o atendimento aos pobres, suprindo-lhes as necessidades básicas através de impostos e contribuições enviadas às paróquias que, por sua vez, coordenavam os programas assistencialistas. Ocorre que, a despeito do aumento das doações, a mendicância não cessa de crescer e o acordo tácito das camadas abastadas para silenciar os pobres vê-se questionado.

A imprensa inglesa registra os protestos dos contribuintes que continuam sendo molestados, inclusive de modo “indecoroso”, pela multidão de mendigos que permanece nas ruas. No *Manchester Guardian*, Engels encontra cartas com o seguinte teor:

53 BRESCIANI, Londres e Paris... p. 44.

Creio que a partir do momento em que se paga não apenas o imposto para os pobres, mas também uma generosa contribuição para a subsistência de estabelecimentos de caridade, faz-se o bastante para ter o direito de estar ao abrigo de incômodos tão desagradáveis e impertinentes. Para que serve então o imposto tão pesado que pagamos para manter a polícia municipal, se a proteção que ela nos concede nem nos permite ir tranquilamente à cidade ou voltar dela? Espero que a publicação destas linhas no seu jornal, que goza de grande difusão, incite os poderes públicos a fazerem desaparecer esta calamidade.

Outra, no mesmo jornal, alerta para a

(...) quantidade de mendigos que, nomeadamente nos dias de mercado, se instalam em diversos locais da cidade e exibem os seus membros queimados ou mutilados e chamam a atenção dos que passam com grande incômodo de todos aqueles que os vêem, principalmente das senhoras, algumas das quais foram desagradavelmente importunadas.<sup>54</sup>

As queixas, obviamente, não se referem à existência dos pobres mas à sua presença no cotidiano da burguesia. Por outro lado dão a entender que sobre aqueles não incide nenhuma espécie de punição, esquecendo-se que, desde 1723, a legislação inglesa facilitou às paróquias instalarem as **Workhouses**, estabelecimentos que recolhiam os pobres, impondo-lhes determinadas atividades em troca de magras refeições. Administradas por empresários, as Casas de Trabalho constituíam-se em verdadeiros centros de trabalhos forçados. Ainda, em 1782, as **Gilbert Acts** opõem-se a qualquer tipo de ajuda àqueles considerados aptos ao trabalho.

Contudo, não satisfeito com a Lei dos Pobres, o Parlamento resolve investigar a administração da Caixa dos Pobres, cujos fundos se destinavam aos desempregados ou à complementação do salário dos trabalhadores que não conseguiam sustentar sua prole. A comissão nomeada para o estudo conclui que este sistema incentivava a preguiça e a vadiagem, ao mesmo tempo em que desencorajava “os operários válidos e honestos”. Estava aberto o caminho para a Nova Lei dos Pobres, aprovada pelo Parlamento em 1834.

54 Citado por ENGELS, *A situação da classe...*, p.340.

A Nova Lei reduz a assistência ao recolhimento dos pobres às Casas de Trabalho; reorganiza e dissemina estas instituições; elimina qualquer tipo de complemento salarial. Evitadas desde sua criação, agora o são ainda mais, pois em quase nada se diferenciavam das prisões. Aqueles que as habitavam necessitavam de permissão para saírem; a alimentação era de péssima qualidade e servida aos que cumpriam suas tarefas; a disciplina era severa; o trabalho consistia em atividades inúteis — os homens quebravam pedras e as mulheres, velhos e crianças desfiavam cordas de navios. Tais condições, descritas por Engels<sup>55</sup>, são agravadas com as penalidades impostas — os infratores eram encarcerados em salas escuras, às vezes nus, aí permanecendo vários dias privados de alimentação.

Muitos dos habitantes das Casas de Trabalho de Greenwich, Herne, Coventry, Birmingham, Bethnal Green e tantas outras não sobrevivem às privações impostas não sendo, pois, de surpreender que os pobres e mendigos ingleses preferissem a prisão, o degredo ou os porões de navios à assistência oferecida na época. Situação irônica para “uma instituição destinada a introduzir (ou reintroduzir) seres não moralizados à sociedade do trabalho.”<sup>56</sup>

Pensar na disciplina fabril em relação à das Casas de Trabalho — como alternativas possíveis — não deixa muitas dúvidas quanto às “preferências”. O rigor destas pretende estimular a submissão dos indivíduos àquela, em especial face às posturas “humanitaristas” dos patrões (...) Para quem não podia sequer conversar enquanto quebrava pedras ou desfiava cordas, trabalhar com o Sr. Scrive era um avanço. Este industrial, certamente um modelo de moderno empresário, chegou até a introduzir

(...) alguns meios de distração para as crianças. Ensina-mo-lhes a cantar durante o trabalho, a contar também enquanto trabalham, isto distrai-as e faz-lhes aceitar com coragem aquelas doze horas de trabalho que são necessárias para lhes proporcionar os meios de existência.<sup>57</sup>

55 ENGELS, A situação da classe..., particularmente Atitude da burguesia face ao proletariado, p.337-62.

56 BRESCIANI, Londres e Paris..., p.45.

57 Citado por LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça e outros textos. Lisboa, Estampa, 1977. p.20.

Submeter-se a um patrão significa ter todo o tempo ocupado com o trabalho, deslocamento entre este e a casa, repouso para a jornada do dia seguinte. Assim, os indivíduos não mais dispõem de um tempo livre no qual suas atenções ou “instintos” possam desviar-lhes para práticas não-recomendáveis; as crianças são mantidas dentro das fábricas livrando-se do vício e da promiscuidade das ruas, transformando-se em indivíduos moralizados. As **Workhouses** objetivam tais propósitos.

Intenções semelhantes, ainda que executadas de formas mais sutis, podem ser observadas nos discursos que justificam a existência das novas escolas, instituições igualmente militarizadas e que visam retirar os indivíduos dos focos de degeneração, modelando-os ao exercício da cidadania. Isto fica particularmente claro quando observamos o discurso médico aplicado às áreas onde populações brancas convivem com escravos.

Uma forma de prevenir-se das “patologias” sociais é excluir os negros do convívio das crianças e dos adolescentes, pois os prejuízos morais (e físicos) serão evidentes. Roberto Machado ao estudar o pensamento médico brasileiro observa o impasse do projeto moralizador diante da escravidão: para elaborá-lo é necessário considerar todas as variáveis; porém como tratar um segmento da sociedade que convive com os demais sem atingir a condição de cidadania? A exclusão do escravo se justifica, conforme o autor, uma vez que ele é fonte de

(...) desordem, sexualidade desregrada, paixões, doenças, vaidade, egoísmo, brutalidade. Ao procurar transformá-lo através de sua higienização, a medicina tematiza o escravo como obstáculo fundamental à criação de uma família brasileira sadia. O escravo causa malefícios a todos os seus membros: crianças, jovens e pais têm sua saúde e moral danificadas pela presença do escravo.<sup>58</sup>

A oposição médica ao contato com os escravos parte de diferentes considerações. Primeiramente, filhos amamentados pelas escravas podem receber todas as doenças de que elas são portadoras, inclusive as “deficiências genéticas” en-

58 MACHADO, *Danação da norma*, p.354.

contradas nesta “raça” inferior. Os adolescentes, neste convívio, têm seus estímulos sexuais despertados prematuramente, iniciando-se na masturbação. Finalmente, as escravas representam um convite constante aos seus patrões para abandonarem o leito conjugal, quando poderão contaminar-se por diversas doenças.

Escravidão, promiscuidade e doenças são componentes de uma mesma situação. O escravo doméstico, objeto de um discurso moralizante (ao contrário dos escravos das fazendas que, nas poucas referências, devem ser transformados em trabalhadores saudáveis), atenta sempre aos bons costumes. Suas poucas roupas, danças, crenças e superstições são incompatíveis com um projeto normalizador. Isto sem falar nas suas condições de trabalho, habitação e alimentação que os predis põem a diferentes tipos de doenças.

Vemos que parte das teses médicas examinadas por Roberto Machado ou Jurandir Costa coincidem num ponto: para educar corretamente as crianças impõe-se a necessidade de retirá-las do convívio doméstico, encaminhando-as para locais cuja localização e organização interna garantiriam o correto modelamento do corpo e da mente. No ambiente familiar as crianças estão sujeitas aos perigos referidos, bem como às concessões dos pais que, com o propósito de protegê-las, acabam por criarem corpos “moles”.

Nas escolas, ao contrário, a disciplina das atividades, dos horários de estudo, lazer, refeições e repouso, normatiza as crianças e os adolescentes para o correto convívio social. A família burguesa, segundo Philippe Ariès, até o século XVIII, se opôs ao novo modelo educacional proposto por entendê-lo demasiadamente rigoroso<sup>59</sup>. Da mesma forma, não confiava nesta instituição cuja falta de tradição não assegurava sua eficácia e, por dúvida ou oposição, mantinha os professores particulares. Ocorre que, conforme o autor, entre a promiscuidade dos criados e as possibilidades da escola, prevaleceram estas. Uma classe se tornava mais desejável do que uma cozinha, idéia reforçada pelos médicos que viam a família como algo “nefasto” para uma criança.

59 ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

O modelo de escola proposto observa o ordenamento dos refeitórios, dormitórios, sanitários, salas de aula, pátios, bancos escolares, enfim, todos os espaços ocupados pelos alunos de modo a não permitir a existência de qualquer espaço obscuro aos professores, funcionários ou colegas. Os dormitórios, por exemplo, não deveriam jamais permanecer no escuro, nem as camas muito próximas; inspetores os vigiavam com frequência, coibindo contatos físicos entre os internos ou a masturbação. A disciplina incide até na forma de dormir; alguns manuais ensinam que a criança

(...) deverá deitar-se de forma a ficar bem e decentemente acomodada, e toda coberta; não dormirá nem de bruços nem de costas, mas de lado; não dormirá sem camisa, tanto por razões de decoro como para poder encontrar suas roupas em todas as circunstâncias que possam ocorrer.<sup>60</sup>

O projeto arquitetônico escolar em nada difere do princípio da “visibilidade isolante” de Bentham. Os dormitórios da Escola Militar de Paris (já referidos na nota 30) espelham os propósitos de expulsão da homossexualidade e da masturbação — “parece que os controles da sexualidade se inscrevem na arquitetura”.<sup>61</sup> Os refeitórios e as salas de aula recebem tabladados, as carteiras são alinhadas, as portas dos banheiros são “meias-portas”, as camas são dispostas a certa distância: estratégias sutis que asseguram as operações disciplinares, complementadas no movimento dos alunos em fileiras e segundo o toque do sino ou relógio.

Os espaços e os indivíduos são ordenados de forma serial, possibilitando tanto o conhecimento das distinções como o controle dos contatos. La Salle, tendo em vista que nem todos os pais são igualmente cuidadosos e que algumas pessoas são portadoras de piolhos, determina que “cada um dos alunos terá seu lugar marcado e nenhum o deixará nem o trocará sem a ordem e o consentimento do inspetor das escolas”.<sup>62</sup> Para se retirarem as crianças do convívio doméstico há de se assegurar a eficiência e o cuidado dos mestres e

60 ARIËS, *História social...*, p.254.

61 FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p.213.

62 Citado por FOUCAULT, *Vigiar e punir*, p.135.

funcionários. A escola (e o internato) não se propõe unicamente introduzi-las no mundo dos números e das letras; a disciplina física e moral, mesmo por métodos espartanos, permeia o conjunto das práticas pedagógicas.

A disciplina é objeto constante da tematização daqueles que discutem a função do colégio, pois através dela se assegura a manutenção da ordem. A intenção de “renovar” a sociedade brasileira, por exemplo, orienta o discurso médico na sua defesa:

Se a ordem é necessária por toda parte, se é o fundamento de todo bem, de todo o sucesso, é principalmente quando se trata de conduzir, educar e instruir meninos e moços reunidos em grande número no mesmo lugar, quase sempre preguiçosos, muitas vezes indóceis, naturalmente inimigos de todo aperto, de qualquer constrangimento, e comunicando-se reciprocamente pelo exemplo sua indolência e outros defeitos, daqui a necessidade de regulamentos justos, sábios, severos e mantidos por uma disciplina ativa, zelosa e inflexível.<sup>63</sup>

A ginástica e os longos passeios ao ar livre, por sua vez, somam-se às intenções de modelar os corpos dos adolescentes, tornando-os ágeis e resistentes, desviando-os do onanismo. Médicos brasileiros, igualmente, afirmavam que “o menino ágil e forte é raras vezes dado a este vício, enquanto que o indolente e fraco, só por milagre escapa dele”.<sup>64</sup> Temos, assim, uma escola da qual nada lhe escapa, sendo ela capaz de assegurar a constituição de um novo indivíduo que, mesmo distante dela, reproduzirá as noções de formação física e moral. Ainda, enquanto componente de um projeto disciplinador, ela foi levada aos diferentes segmentos da sociedade de modo a garantir sua hegemonia sobre as demais possibilidades de aprendizagem.

“Casas de trabalho” ou escolas, instituições aparentemente tão diferentes, porém próximas em seus propósitos de retirar os indivíduos das massas, disciplinando-os, moralizando-os. Próximas também em sua inspiração militar — o quartel e o soldado são tomados como modelos de espaço físico

63 Citado por COSTA, p.181-2.

64 Citado por MACHADO, *Danação da norma*, p.304.

e sujeito “saneados”. A disciplina das tropas prussianas é vista como exemplo a uma sociedade a ser ordenada, na qual as pessoas e as informações circulam e a nova mecânica do poder<sup>65</sup> extrai dos corpos, mais do que bens e riqueza, tempo e trabalho.

Fábricas ou escolas, prostíbulos ou prisões, cemitérios ou residências são locais, além de outros, que perdem a sua fisionomia anterior, isolados e distantes entre si, passando a ser considerados dentro de um projeto político mais amplo. O reordenamento dos espaços, segundo uma nova concepção de urbanismo, leva a um tratamento, a um “saneamento” conjunto que lhes imprimem feições comuns. A arte de governar, segundo o princípio da governabilidade de Foucault, o qual consiste na capacidade do governante em gerir um território e uma população, se articula aos propósitos de excluir quaisquer formas de opacidade social. Assim, (re)organizar os espaços e disciplinar as massas não são questões isoladas de um projeto mais amplo, ao contrário, elas estão articuladas a um projeto político específico, que ao buscar a construção de corpos individualizados os pretendeu disciplinados.

Parece-nos, pois, compreensível que o primeiro a gritar que “o rei está nu” tenha sido uma criança, ou seja, um indivíduo que ainda não introjetou a disciplina na sua totalidade. Se os demais a seguiram, certamente o fizeram porque estavam encobertos no anonimato das multidões. ( . . . )

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que vemos neste conjunto de trabalhos, ainda que não fazendo referência a outros igualmente importantes, pode ser resumidamente colocado em três questões. A primeira diz respeito às proporções que tempo e trabalho assumem no imaginário social instituído pela ordem burguesa. Este, revestido de profunda positividade, passa a ser visto como uma via quase que exclusiva de ingresso à sociedade. Aquele — o tempo — assume uma exterioridade aos indivíduos que perdem, inclusive, o controle de seu tempo de la-

65 FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p.179-81.

zer. Ambos são considerados a partir de uma nova concepção de produção que conflita com a possibilidade de fazer algo que não se revista de um valor ou que se situe nos limites do ócio.

A segunda diz respeito ao entendimento do projeto político burguês que, longe das simplificações ou determinações infraestruturais, passa por outras vertentes de análise. Sua reconstrução histórica pressupõe a aproximação de diferentes campos do conhecimento de modo a detectar os contornos que a medicina, o urbanismo, a psicologia e outros imprimem neste projeto. Finalmente, observando a reciprocidade destas relações, o caráter determinante do poder na produção de um tipo específico de saber. Aquele, considerado desde um nível micro, permeia o conjunto das relações sociais e das instituições, voltando-se para a tarefa de “construção” de um indivíduo moralizado extraído das massas desordenadas e desordeiras.

Todas estas questões, subjacentes ao novo edifício social, cujos construtores o pretenderam acabado ou passível de reformas dentro das próprias perspectivas do poder, se deparam com os possíveis limites de um projeto político. A sua contestação vai desde as formas ostensivas, como os levantes populares ou os atos terroristas, que se resguardam no coletivo ou no anonimato, até outras mais sutis, porém igualmente corrosivas, como a irreverência popular. Os grafitos de muros, poluindo os espaços higienizados, ou a música popular, satirizando o cotidiano, comprometem o padrão de disciplina pretendido pelo poder.

Sequer os recenseamentos, considerando a sua dimensão política, passaram despercebidos do olhar irônico do poeta:

Em 1940  
lá no morro começaram o recenseamento  
e o agente recenseador  
esmiuçou a minha vida  
foi um horror  
e quando viu a minha mão sem aliança  
encarou para a criança  
que no chão dormia  
e perguntou se meu moreno era decente

e se era do batente  
 ou era da folia  
 Obediente eu sou a tudo que é de lei  
 fiquei logo sossegada  
 e falei então:  
 O meu moreno? É brasileiro  
 é fuzileiro  
 e é quem sai com a bandeira de seu batalhão (...).<sup>66</sup>

Mais ameaçador ainda é o incômado silêncio das maiorias, que desautoriza possíveis porta-vozes. Cabe, assim, avaliar a extensão do pressuposto de Jean Baudrillard, para o qual não existe poder nem saber que resista ao efeito corrosivo das maiorias silenciosas. Deste debate, fica-nos claro a intenção de um projeto político; sua eficácia continua em debate. Estariam os corpos disciplinados?

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. ARIÈS, P. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.
2. ———. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
3. ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.
4. BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin**. São Paulo, Ática, 1985.
5. BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX; o espetáculo da pobreza**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
6. ———. **Metrópoles; as faces do monstro urbano**. *Revista Brasileira de História* (8/9): 35-68, 1985.
7. COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
8. DE DECCA, Edgar. **Ciência da produção — fábrica despolitizada**. *Revista Brasileira de História* (6):47-79, 1983.
9. ———. **O nascimento das fábricas**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
10. DIAS, Maria Odila L. da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
11. ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo, Global, 1982.
12. ———. **Questão do alojamento**. Lisboa, s.ed., s.d.
13. ———. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto, Afrontamento, 1975.

66 ASSIS VALENTE. Recenseamento, 1941.

14. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I; a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
15. ———. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
16. ———. **Vigiar e punir; nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1983.
17. GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
18. ———. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
19. LADURIE, E.Le Roy. **Montaillou; cátaros e católicos numa aldeia francesa, 1294-1324**. Lisboa, Ed.70, 1985.
20. LAFARGUE, P. **O direito à preguiça e outros textos**. Lisboa, Estampa, 1977.
21. LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média; tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Lisboa, Estampa, 1980.
22. MACHADO, Roberto. **Ciência e saber; a trajetória da arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
23. ———. et alii. **Danação da norma; medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
24. MALTHUS, Thomas R. **Malthus**. São Paulo, Ática, 1982.
25. MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. v.1, t.2.
26. PECHMAN, S. & FRITSCH, L. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. **Revista Brasileira de História** (8/9):139-95, 1985.
27. RAGO, L.M. & MOREIRA, E.F. **O que é taylorismo**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
28. RIBEIRO, Renato Janine, org. **Recordar Foucault**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
29. RICOEUR, P., org. **As culturas e o tempo**. Petrópolis, Vozes, 1975.
30. SAINT-HILAIRE, A. **Viagem a Curitiba e a Província de Santa Catarina**. São Paulo, EDUSP, 1978.
31. SEVCENKO, N. **Literatura como missão**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
32. SILVA, Janice Teodoro. **São Paulo, 1554-1880; discurso ideológico e organização espacial**. São Paulo, Moderna, 1984.
33. SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
34. STORCH, R.D. O policiamento cotidiano na cidade vitoriana. **Revista Brasileira de História** (8/9):7-33, 1985.
35. THOMPSON, Edward P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: ———. **Tradición, revuelta y conciencia de classe**. Barcelona, Grijalbo, 1984.

## **O PORQUÊ DOS ESTUDOS SOCIAIS: IMPLICAÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS, POLÍTICAS, ECONÔMICAS.**

**MARIA AUXILIADORA MOREIRA DOS SANTOS SCHMIDT**  
Professora-MN da Rede Municipal de Ensino em Curitiba.  
Coordenadora de História da Escola Anjo da Guarda, da  
Rede particular de ensino de Curitiba.

### **RESUMO**

A lei 5692/71 criou e legitimou o ensino de Estudos Sociais nas séries do 1º Grau do sistema educacional brasileiro. Na última década, várias discussões e críticas vêm sido feitas a este ensino, seja nos meios acadêmicos e associações, seja pelos próprios professores envolvidos na prática escolar. A necessidade de mudanças e transformações no ensino de Estudos Sociais se tornou urgente.

A fase atual de análise, discussões e reivindicações em torno do ensino de Estudos Sociais deve ser analisada no contexto da sociedade brasileira atual e em suas múltiplas relações com as finalidades e perspectivas do sistema educacional em que se produzem e se legitimam. As implicações históricas da relação educação/sociedade e sua legitimação em propostas curriculares são explicitadoras, principalmente no que se refere à área de Estudos Sociais, dos componentes ideológicos da educação, que são reproduzidos em livros didáticos, planos curriculares e conteúdos programáticos.

Torna-se importante, portanto, situar-se historicamente a questão dos Estudos Sociais, vista em sua totalidade e sua concreticidade, para que se propicie uma ação transformadora nesta área do conhecimento.

### **INTRODUÇÃO**

Já há algum tempo, a discussão do porquê dos Estudos Sociais extropolou os meios universitários e, de forma exaustiva, tem acontecido entre os docentes envolvidos com a atividade do magistério do 1º Grau. Atualmente, no Estado do

Paraná, percebe-se uma reivindicação sistemática e insistente, por parte dos professores de 1º grau, de mudanças concretas e profundas em sua prática de ensino dos Estudos Sociais. Além de ser o momento da constatação da deterioração deste ensino de 1º Grau, o momento da crítica vem sendo acompanhado de uma perplexidade, de um “não saber como” superá-lo e ultrapassá-lo, numa proposta de educação transformadora, compromissada com as classes populares.

Torna-se necessário, então, estabelecer objetivamente e historicamente o objeto da crítica: o que se critica? Por que se critica e para que se critica? — em outras palavras, torna-se necessário “dar nome aos bois”. Desta forma, procurar-se-á, através deste trabalho, fazer uma análise dos Estudos Sociais, em sua trajetória histórica e concretamente determinada, isto é, em suas propostas curriculares, tendo como referencial o contexto social que o produziu e a quem ele serviu. De certa forma acredita-se que esta reflexão possa contribuir para a superação crítica deste momento histórico que nós, professores de 1º grau, vivemos e que procuramos ultrapassar. Mesmo considerando-se as limitações de um trabalho teórico deste nível, acredita-se que ele se faz necessário.

## 1. ANTES DOS ESTUDOS SOCIAIS, COMO ERA?

Para se ter uma idéia de como era o ensino das chamadas ciências do homem, antes da implantação dos Estudos Sociais, foi feita uma análise de um programa da antiga escola primária. A escolha recaiu sobre um programa da escola primária pública, do Estado de Minas Gerais, do ano de 1953. Alguns fatores determinaram esta escolha. Em primeiro lugar, o ensino primário da escola pública do Estado de Minas Gerais foi considerado, durante muito tempo, como um dos melhores do país, lá sendo desenvolvidas experiências vanguardistas nesta área. Por outro lado, a análise dos objetivos do programa em questão permitiu uma explicação satisfatória de sua inserção num contexto histórico e nas necessidades da sociedade brasileira no período, ou seja, na década de 50.

Vivia o país — após a experiência da ditadura do Estado Novo (1937-1945) — a chamada fase da “redemocratização da sociedade brasileira”, cujos pressupostos foram estabelecidos pela Constituição de 1946. Estes pressupostos defendiam, entre outros, os princípios da liberdade e da igualdade, incorporados pela democracia liberal burguesa. Tais princípios (igualdade perante a lei) eram postulados pela sociedade brasileira, como um todo, e pela classe dominante, em particular.

Neste contexto, o programa da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais é significativo pois foi o resultado de um trabalho de análise dos programas em experiência na escola mineira desde 1941, “com o propósito de verificar o seu conteúdo em relação aos interesses, tendências, possibilidades do escolar; às exigências do meio; às **transformações por que passou o regime político do país**; às condições gerais de funcionamento das escolas”.<sup>1</sup>

Com relação à área específica das ciências do homem, assim se explicitava o programa:

procurou-se, é óbvio, não perder de vista os objetivos nacionais da educação, razão por que se deu maior desenvolvimento a certos aspectos dos programas, por exemplo, o de Moral e Civismo, organizado com base no culto das tradições pátrias, dos costumes e da religião. Com efeito, trata-se dos instrumentos mais adequados a formar a consciência humanística e patriótica, sem a qual todo o edifício da educação se ressentirá da falta de fundamentos sólidos.<sup>2</sup>

Assim, dentro dos princípios da educação liberal e humanística, foram selecionados os objetivos específicos e o conteúdo programático da Geografia, História do Brasil e Moral e Civismo, como eram denominadas algumas das disciplinas que vieram a compor a área dos Estudos Sociais.

No programa para a Escola Primária do Estado de Minas Gerais, em 1953, os objetivos para a ciência da Geografia eram os seguintes:

1 MINAS GERAIS. Secretaria da Educação. **Programas; ensino primário elementar.** Belo Horizonte, 1953. p.3.

2 MINAS GERAIS. Secretaria da Educação, p.5.

**formar uma atitude geográfica:** estudar os fatos e localizações geográficas relacionadas com a vida do homem;

**desenvolver um pensamento geográfico:** desenvolver atitudes: descobrir, localizar, interpretar relações geográficas — onde, como, por que;

**utilização dos instrumentos de estudo:** aprender a utilizar textos, mapas, gráficos, fotografias, gravuras, etc . . .

A preocupação central do ensino da Geografia pode ser resumida com a necessidade de desenvolver, no educando, o raciocínio, a aquisição de hábitos, habilidades e atitudes.

A distribuição do conteúdo programático era feita da seguinte forma: 2ª série: Geografia Local (ambiente natural da criança e da comunidade — município); 3ª série: Geografia Regional — Estado; 4ª série: Geografia Universal — Brasil. As fontes bibliográficas indicadas para o professor eram, principalmente, os autores Aroldo de Azevedo e Delgado de Carvalho.

O ensino da História se propunha a estabelecer a relação entre o passado e o presente, desenvolvendo na criança a compreensão do presente como consequência do passado. Ao mesmo tempo, propunha-se a desenvolver o sentimento de compreensão e respeito para com os grandes homens e fatos grandiosos do passado. Objetivava também despertar o interesse para com as grandes datas do passado de nossa pátria. O desenvolvimento do programa era assim distribuído: 2ª série: histórico da escola, do município e da vida e da obra de seus grandes homens; 3ª série: história do Estado, da vida e da obra de seus homens ilustres; 4ª série: História do Brasil — fatos históricos, seus antecedentes e consequências.

O objetivo do ensino da História era, em síntese, desenvolver o pensamento, atitudes e hábitos na criança.

Finalmente, o programa de ensino de Moral e Civismo era dividido em duas partes:

parte formativa: visava atuar sobre a conduta da criança para modelar o seu caráter (inculcação de ideais, qualidades e virtudes cívicas);

parte informativa: informações básicas para esclarecer a ação do cidadão numa sociedade democrática (direitos e deveres).

Era a seguinte a distribuição programática para o Moral e Civismo: 1ª série: família, escola, cidade, pátria; 2ª série: município: obediência às leis e às autoridades; paróquia e pátria; 3ª série: Estado — governo, serviços públicos, pátria; 4ª série: País, panamericanismo. As fontes bibliográficas tanto para História como para Moral e Civismo eram, principalmente, os seguintes autores: Viriato Correia, Rocha Pombo e Hélio Vianna.

Constata-se a existência de uma visão positivista da ciência da História e da Geografia, estudadas como fatos e explicadas por sua relação mecanicista de causas e consequências. A opção, principalmente na História, é por conteúdos de uma história de heróis, vultos célebres e datas comemorativas. O ensino de Moral e Civismo cumpre o papel de inculcar os ideais e valores bibliográficos burgueses. No entanto, a ênfase é dada aos conteúdos que são os critérios apriorísticos da organização programática.

## 2. OS ESTUDOS SOCIAIS

### 2.1 Uma Experiência Inovadora

Ao mesmo tempo em que a linha conteudista da organização curricular era a predominante no ensino primário brasileiro, na década de 50 já começam a surgir questionamentos quanto à sua validade, tendo em vista as transformações pelas quais passa a sociedade brasileira na época. A par das questões políticas da democratização da sociedade brasileira, a conjuntura econômica se define como o período do desenvolvimentismo, característico dos anos “JK”. Era necessário definir os objetivos educacionais em consonância com as necessidades de uma nova sociedade que surgia, erigida no bojo da industrialização via capital estrangeiro, da urbanização crescente, das novas solicitações do mercado de trabalho, enfim, de um país que se propunha a alcançar os limites de uma sociedade capitalista desenvolvida. Neste con-

texto, um ensino voltado e centrado em conteúdos não poderia atender às emergências da época. Era urgente que se propusessem reformas e inovações em todas as áreas de ensino e também nas ciências humanas.

Nestas circunstâncias é que podem ser analisadas as experiências do PABAE — Programa de Assistência Brasileiro-Americana do Ensino Elementar (1953-1956). Para o ensino das ciências humanas o PABAE propõe novos objetivos com relação ao ensino elementar, com o desenvolvimento de uma experiência de ensino integrada, os Estudos Sociais.

Segundo o relatório do PABAE a principal preocupação de um ensino de Estudos Sociais era estudar o mecanismo das relações humanas, vistas sob o aspecto das relações das pessoas com as pessoas, das pessoas com as instituições, das pessoas com os produtos e assim por diante. Tal necessidade levou a Escola a um reexame dos conteúdos e também psicometodológico, no currículo das matérias que tinham por objetivo as atividades e os feitos do homem: geografia e história. Propôs-se a combinar assuntos físicos, humanos e econômico-sociais e a um entrelaçamento de matérias cujo objeto comum eram as relações do homem com o meio físico e social. Então foram propostas novas fontes para explicar as relações humanas: a Antropologia, Sociologia, Psicologia — os Estudos Sociais seriam a expressão abrangente em natureza e variada em objetivos.

A matriz das diretrizes do PABAE foi o trabalho do norte-americano John Michaelis — “Estudos Sociais para Crianças numa Democracia” (1956) e que assim define os Estudos Sociais: “São estudos concernentes às pessoas e sua interação com o seu meio físico e social”.<sup>3</sup> Este autor admite a existência de implicações históricas, sociológicas, antropológicas, etc... no estudo de um caso, de uma área de estudo. Mostra-as sob a forma de funções sociais ou atividades do homem, que seriam 10: produção, distribuição, transporte, comunicação, governo, educação, conservação, expressão, estética, religião, recreação. Isto significa que nos Estudos

3 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BRASILEIRO-AMERICANA DO ENSINO ELEMENTAR. Relatório. s.l., 1965. p.17.

Sociais a atenção é dada aos aspectos e maneiras de vida do homem, ao trabalho de cooperação entre os homens, ao uso do ambiente para satisfação das necessidades básicas, aos costumes, instituições, herança social, passado histórico de um povo.

O objetivo do ensino dos Estudos Sociais é levar a criança à compreensão dos fatos e situações de vida, ajustando-a ao seu meio, integrando-se nos grupos a que vem pertencer, convivendo com os outros, resolvendo e vencendo seus problemas.

No século XX, segundo as diretrizes propostas, os Estudos Sociais tornam-se uma exigência porque:

a ciência e a tecnologia têm modificado as condições de vida e os homens nem por isto ficaram mais próximos e mais amigos uns dos outros;

é preciso desenvolver uma mentalidade sadia em torno dos poderosos instrumentos de progresso para que eles não sejam destruidores da humanidade;

toda força se faz necessária para o funcionamento feliz e a própria sobrevivência da liberdade e amizade entre os povos. A sociedade deve canalizar todos os dinamismos e mudanças para a democracia;

educar para a democracia e para viver democraticamente, em bases de cooperação e ajuda mútua, de respeito à integridade individual e responsabilidade social.

Para alcançar estes objetivos deve-se apresentar um currículo adequado às exigências da época, quanto ao conteúdo e às técnicas; compreensivo e útil na sua estrutura e dinâmico nos seus aspectos. Um programa de processos e experiências, que atenda às necessidades atuais.

Entre todas as disciplinas de instrução, os Estudos Sociais passam a ser responsáveis principais — é a disciplina que trata das relações humanas. Antes de ser ditadora de conhecimentos puramente acadêmicos, que passe a ser primordialmente uma matéria viva, que acentua e treina habilidades e forma a conduta.

Assim, a partir da experiência “inovadora” do PABAE, os Estudos Sociais passam a se colocar como aprendizagem

de Habilidades. Parte-se do princípio de que a aprendizagem é um processo de mudança no comportamento do indivíduo. As habilidades constituem, assim, um aspecto da aprendizagem. Por isto, elas devem ser ensinadas, aprendidas, adquiridas. Com relação à aprendizagem os pressupostos são que:

trata-se de um processo de maturação através da experiência;

a idéia do todo é característica do organismo humano;

as crianças diferem em potencial e a capacidade de obter **insight** é essencial para a aprendizagem eficiente;

a eficiência da aprendizagem se relaciona com a situação da aprendizagem;

a aprendizagem é um processo criador.

Então, a aprendizagem de habilidades está condicionada a dois fatores: prontidão da criança e método de instrução.

Nesta proposta, entende-se que, se uma criança difere da outra, a aprendizagem também varia segundo as experiências e diferenças de prontidão, potencial. Assim, toda criança pode ter, aprender e desenvolver habilidades.

A seleção de habilidades de Estudos Sociais deve obedecer aos seguintes critérios: a) desenvolverem-se através de situações reais, de interesse para o educando; b) desenvolverem-se, considerando a prontidão do educando; c) desenvolverem-se através de situações em que ele possa usá-las funcionalmente; d) desenvolverem-se através de situações que permitam à criança crescer na compreensão dos princípios que regem o uso de tal habilidade; e) desenvolverem-se numa sequência lógica e contínua de dificuldades; f) desenvolverem-se através de toda experiência possível de aprendizagem.

A organização de todo programa de Estudos Sociais deverá atender às questões:

que tipo de habilidades deve formar;

quando desenvolver tais habilidades;

através de quais experiências;

que materiais usar.

As habilidades propostas para os Estudos Sociais foram: Habilidades Sociais e Habilidades Específicas de Conteúdo

ou Habilidades de Estudo. As habilidades sociais envolveriam os processos de socialização da criança e seriam desenvolvidas através de: troca de experiências, planos de trabalho conjunto entre professores e alunos, dramatizações espontâneas, atividades com material, discussões informais, construção de materiais, experiências da comunidade (visita, etc...), trabalhos em grupo, soluções de problemas. As habilidades de conteúdo seriam desenvolvidas através de pesquisas de material de leitura, identificação de interpretações de vocabulário específico, uso da biblioteca, uso de materiais variados (globo, linha de tempo, mapas, etc...).

O que se observa, na proposta do PABAEÉ é a eliminação da linha conteudista e a ênfase no adestramento e treinamento de habilidades na criança, influência marcante das teorias comportamentalistas da psicologia. Segundo estas teorias a desigualdade entre os educandos é meramente psicológica e não social e, portanto, se for garantida uma eficiente situação de aprendizagem, através de métodos e estratégias experimentais, será garantida a aprendizagem de todos os alunos. Situada e inserida no contexto histórico que a produziu (sua matriz) e naquele em que foi adotada — a sociedade brasileira no final da década de 50, esta proposta responde aos anseios de uma sociedade capitalista, marcada de forma profunda pela idéia de “progresso” infinito das técnicas e da ciência e onde a simples mudança de atitudes dos indivíduos poderia, como num passe de mágica, levar à construção de uma democracia para todos.

A explicação do que era o PABAEÉ poderá conduzir à matriz onde foram produzidas as propostas desta experiência “inovadora”. Este Programa de Assistência — Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (PABAEÉ) era um órgão conjunto do governo federal do Brasil, do governo de Minas Gerais e do governo dos Estados Unidos da América do Norte, destinado ao aperfeiçoamento de professores. Seus objetivos eram: aperfeiçoar grupos de professores para escolas normais do Brasil, e orientadoras do ensino primário; produzir ou adaptar materiais didáticos para serem usados no treinamento de professores, e distribuí-los; **selecionar pro-**

**fessores competentes a fim de enviá-los aos Estados Unidos para um curso em educação elementar.**

Este veio histórico conduz, então, à produção educacional da sociedade norte-americana, de onde eram trazidas, e continuaram sendo trazidas nas décadas seguintes, as matrizes orientadoras da educação brasileira e, no caso específico, das reformas curriculares da área de Estudos Sociais.

## **2.2 A Matriz Ideológica da Inovação**

### **2.2.1 A Matriz da Proposta dos Estudos Sociais**

O termo Estudos Sociais foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1916. Inicialmente utilizado em propostas experimentais, a expansão do ensino de Estudos Sociais foi motivada pelas necessidades da sociedade capitalista norte-americana. Após a grande crise do capitalismo americano, em 1929, a educação passou a ser vista nos Estados Unidos como o fator mais importante da mudança e do desenvolvimento econômico deste país.

A partir da necessidade de criação de uma sociedade capitalista avançada, tecnologicamente desenvolvida, os técnicos em educação propuseram uma nova educação e uma nova Escola. As funções da educação, objetivamente definidas, passaram a ser: 1) manter cada nova geração informada sobre as mudanças. 2) Desenvolver cidadãos capazes de preservar e melhorar “nossa” (norte-americana) forma democrática de viver. 3) Aprender a viver a experiência em que o organismo total sofre modificações decorrentes da interação com o meio ambiente. A solução de problemas passou a ser um dos principais meios de educação e a função do currículo era de prover experiências significativas. 4) Função da escola primária: ensinar conceitos, habilidades úteis; o uso de recursos para a solução de problemas.

Houve, então, a mudança e o desenvolvimento para um currículo mais adequado, um currículo unificado (ao invés de 6, 1 área). O que é ensinado na escola deveria estar diretamente ligado à vida fora dela; ênfase na vivência de experiências democráticas; proporcionar maior continuidade às experiências escolares; substituir a recitação baseada num li-

vro texto pelo ensino em unidades (ênfatizando a participação do aluno). A escola deveria ser centralizada na criança.

Substituiu-se o currículo de matérias pelo currículo de experiências.

Tendo em vista esta nova escola Americana, propuseram-se novas experiências que foram intituladas Estudos Sociais.<sup>4</sup>

Segundo Ragan — “O programa de Estudos Sociais inclui conteúdos de várias ciências sociais, mas utiliza também material da comunidade local que não pode ser propositadamente classificada como pertencente exclusivamente a uma ciência em especial. O programa de Estudos Sociais na escola primária moderna não coloca ênfase maior no domínio de um conjunto de matérias logicamente organizadas; ele acentua o uso funcional de assuntos retirados de muitas fontes para aumentar a educação social e para desenvolver uma conduta socialmente desejável”. O que é uma conduta socialmente desejável? Para a escola norte-americana, era uma conduta democrática e liberal.

Ainda segundo Ragan, “no seu programa de Estudos Sociais, a escola moderna tenta ensinar aos alunos os conceitos, habilidades e atitudes que levarão a comportamentos coerentes com ‘nossas idéias democráticas’ ”.

## 2.2.2. De Onde veio a Inovação

Os objetivos dos Estudos Sociais eram, então o aperfeiçoamento da vida de grupo não apenas na sala de aula, mas na comunidade, na nação e no mundo. Visava desenvolver cidadãos inteligentes, responsáveis, independentes. A escola deveria proporcionar à criança a aquisição de informações relacionadas com os problemas sociais, ser um laboratório para a vida social, na qual o aluno teria uma oportunidade para desenvolver suas próprias potencialidades e contribuir para a vida em grupo.

Em síntese, observar os objetivos gerais numa democracia, os princípios do crescimento e desenvolvimento da criança e servir à comunidade local.

4 RAGAN, William B. *Currículo primário moderno*. Porto Alegre, Globo, 1970.

Quanto ao programa, sugeriu-se a utilização dos Estudos Sociais como centro ao redor do qual o programa unificado se organizaria.

Para o planejamento, deveriam se relacionar as experiências de aprendizagem à maturidade das crianças de vários níveis, para tirar vantagens das condições e recursos da comunidade e para favorecer o desenvolvimento da conduta democrática. A série de experiências de aprendizagem passaria do ambiente imediato da criança para lugares, fatos e povos distantes no tempo e no espaço. Assim, lar, escola e comunidade local foram acentuados no jardim de infância e primeiro e segundo anos; outras comunidades, no terceiro; o Estado, no quarto; o país no quinto e outros países no sexto ano.

O caminho histórico de retorno às origens dos Estudos Sociais passa também pelas experiências e propostas teóricas dos norte-americanos. Jerome Brumer, **O Processo da Educação** (1960) e Hilda Taba, **Curriculum Development** (1962), resultado das emergências e urgências social e político-educativa de uma nova teoria do currículo após a II Guerra, nos Estados Unidos da América.

Em 1959, numa reunião de cientistas e educadores, em Wood Hole, Cabo Cad, Bruner e outros discutem a questão da integração do conhecimento.

Partindo da hipótese de que a atividade intelectual é a mesma em toda parte (Bruner) e de que haveria a possibilidade de lidar do mesmo modo com toda a realidade — que seria supostamente única também, propôs-se o ensino de uma ciência geral, uma ciência integrada, uma única estrutura conceitual. Houve um consenso de que se poderia ensinar na escola a “ciência geral” como introdução às ciências disciplinares dos graus superiores, estruturando-se as áreas de conhecimento: Ciências, Língua, Estudos Sociais. A área que estava mais atrasada era a das Ciências Sociais e por isto seria importante o trabalho interdisciplinar de historiadores e psicólogos (behavioristas, gestalt, psicometria, Escola de Genebra — Piaget).

Era importante que se criasse uma forma de ensino que permitisse, ao mesmo tempo, atender adequadamente à

massa dos alunos e as suas peculiaridades individuais, a educação do mais e do menos inteligente e, também, dar conta do desafio colocado pela constante renovação do conhecimento científico. Não era mais possível ensinar uma massa de conteúdos e detalhes que logo ficariam obsoletos. Trata-se de uma questão de eficiência, economia, rapidez, produtividade e criatividade, tudo ao mesmo tempo, segundo Bruner.

A elaboração de um marco formal único para o ensino, realizável na prática para todo o país — o currículo —, era uma tarefa de grande magnitude e socialmente necessária.<sup>5</sup>

O conceito de Taba propõe que o homem é um sistema de energias, de forças dinâmicas que tentam manter um equilíbrio em resposta a outros sistemas de energia com os quais inter-atua através de seus órgãos sensoriais e que este sistema de energia abarca todo o seu ser, inclui suas respostas aos estímulos, suas motivações, seus sentimentos e os processos racionais. Este conceito constitui uma resposta adequada à problemática que estava sendo levantada a nível da aprendizagem, porque lida com o todo social e individual, com sentimentos, valores e motivações e não apenas com capacidade intelectual.

Para Taba, o estudo de fatos concretos é importante na medida em que alimenta a formação de idéias. Os processos que conduzem às idéias e às maneiras de utilizá-las para criar um novo conhecimento são mais significativos que os fatos particulares que servem a estes processos. Quem apóia este conceito preconiza a aprendizagem e as relações integradas muito mais do que o domínio específico.<sup>6</sup>

O domínio dos processos relaciona-se também com o domínio da estrutura conceitual de cada ciência — estrutura esta que seria estabelecida pelos cientistas de vanguarda — e que foi proposta por Bruner. Segundo ele, o ensino mais eficiente seria aquele capaz de ensinar a estrutura conceitual aos alunos. Dessa maneira eles ficariam capacitados para estudar por si mesmos e estar permanentemente atualizados.

5 TABA, Hilda. *Curriculum reconstruction*. Chicago, University of Chicago Press. 1945.

Especialmente, no que se refere aos Estudos Sociais, como parte da idéia de ciência integrada, propôs-se a existência de área de conhecimento que possui uma estrutura organizada e hierarquizada de conceitos, aplicáveis a qualquer realidade numa dimensão espaço-temporal.

Os fatos específicos (conteúdos) com que lida a área são meros instrumentos para a elaboração de idéias e o correspondente desenvolvimento de habilidades mentais.

Por outro lado, o conteúdo do currículo seria organizado de forma seqüencial em níveis de pensamento, isto porque o caminho que conduz o aluno ao conhecimento da estrutura da área passa necessariamente por níveis de pensamento de complexidade crescente — identificar, descrever, comparar, classificar, aplicar, etc. . . A passagem por esses níveis de pensamento implicaria na aquisição de habilidades mentais. O conhecimento da estrutura da área e a aquisição de habilidades mentais são os objetivos a serem atingidos pelo aluno no processo educativo.

Essa maneira de ver o currículo visa torná-lo mais eficiente e eficaz (eficiência e eficácia são as principais preocupações). Tais preocupações se relacionam com as aspirações educacionais da sociedade norte-americana e, mesmo considerando as suas limitações e as críticas que recebia durante a fase da década de 60, foram estas as idéias em que se inspiraram os criadores da proposta dos Estudos Sociais para o Brasil, legitimada pela lei 5682/71, parecer 853.

## **2.3 A Legitimação Legal**

### **2.3.1 A Fase Tecnicista**

A legitimação da proposta de Estudos Sociais cuja matriz era a educação norte-americana deu-se no bojo das reformas educacionais no Brasil pelo Governo militar pós-64, Lei 5692/71.

O discurso educacional via I Plano Setorial de Educação (Governo Jarbas Passarinho) introduziu a educação de características tecnicistas, enfatizando o planejamento. Com

base nestas diretrizes, o ensino de Estudos Sociais se baseara, assim como os outros, no ensino por objetivos (a taxionomia de Bloom) e, para sua melhor efetivação, os docentes eram treinados e adestrados nesta proposta (por exemplo: os treinamentos via CETEPAR na década de 70).

A partir da crise do modelo econômico instalado em 64, isto é, com o fim do milagre econômico (a partir de 1974), as classes médias e os movimentos de oposição questionaram o discurso tecnicista. Há, então, um remanejamento do sistema educacional (não uma transformação), no sentido de adequar-se à nova conjuntura que vive a sociedade brasileira. A fala do II Plano Setorial (ministério Nei Braga) retoma uma visão mais humanística da educação, contrariando os pressupostos do Plano Setorial, de 1973.

Com esta nova proposta, surgem, no âmbito do ensino de Estudos Sociais, algumas experiências reformistas.

Dentre as propostas que selecionamos sobre a interdisciplinaridade, apenas duas referem-se precisamente a um Plano de integração das disciplinas da área de ciências sociais. As outras tratam do problema na medida em que abordam a questão da interdisciplinaridade como um tema mais geral ou focalizam os conteúdos da área de ciências sociais na formação de professores.

### 2.3.2 Experiências Reformistas

a) A primeira delas refere-se ao programa de Estudos Sociais, elaborada por professores de história da Universidade Federal do Paraná. Este programa, o projeto da “Longa Duração”, está fundamentado nas reflexões do historiador Fernand Braudel sobre o conceito da história como “longa duração”.

Sensibilizado com o problema do desenvolvimento isolado das ciências sociais, especialmente com a separação entre a história e a sociologia, Braudel sugere que a história poderia ser tomada como eixo de ligação entre as diversas disciplinas da área. Nesse sentido diz o autor: “(...) história e sociologia são as únicas ciências **globais**, capazes de estender a sua curiosidade a qualquer aspecto do social. A

história, na medida em que integra todas as ciências do homem, na imensa área do passado, é síntese, orquestra. E, se o estudo da duração **sob todas as formas**, lhe abre, como penso, as portas do atual, então encontra-se em todos os lugares do banquete. E encontra-se geralmente ao lado da sociologia (que é também síntese por vocação) à qual a dialética da duração obriga a voltar-se para o passado, quer o queira, quer não” (grifos no original)<sup>7</sup>.

Fundamentando-se nessas idéias, os professores do Paraná decidiram compor um programa de Estudos Sociais que toma a história como elo de ligação entre as ciências sociais. Para eles é “justamente o que a História tem a oferecer, o conceito de multiplicidade do tempo, e o uso que se pode fazer da longa duração” que podem se apresentar como hipótese de interdisciplinaridade na área de ciências sociais. Segundo afirmam os professores “... a integração de Estudos Sociais pode ser operacionalizada por modelo construído a partir das matrizes curriculares fundamentadas na longa duração”. “Ou seja, complementam os professores”, “... a metodologia a partir da longa duração, apresenta um conteúdo interdisciplinar, no campo das ciências sociais, integrando tal conteúdo em função das estruturas de permanência no tempo”.

Essa proposta, no entanto, não vem acompanhada de uma discussão sobre o movimento da história como processo, nem sobre a produção do conhecimento nesse processo. Isto é, a idéia de que a sociedade não está no tempo, mas é no tempo.

A idéia da longa duração apresentada pelos professores do Paraná sugere uma concepção do tempo (e da história) como um espaço que pode ser “recheado” com os diversos conteúdos das ciências sociais. Por outro lado, não aprofunda o debate acerca das divergências internas a cada disciplina de ciências sociais nem o significado de tais divergências.

b) A segunda proposta refere-se àquela que foi apresentada pela equipe do RENOV — Relações Educacionais do Trabalho. Este programa diz respeito à área de Estudos

7 BRAUDEL, F. História e ciências sociais. Lisboa, Presença, 1972.

Sociais e indica como possibilidade de integração interdisciplinar o estudo a partir de “conceitos”.

De acordo com a equipe, o conceito “... é a representação mais simplificada e generalizada de qualquer realidade. Um ensino baseado na utilização de conceitos se justifica, na medida em que estes padronizam e simplificam a realidade”.

Tal proposta também não toca no problema do suporte epistemológico de cada conceito, isto é, a referência teórica que orientou a sua elaboração. Essa referência teórica é fundamental porque, como sabemos, os conceitos variam dependendo do ponto de vista científico a partir do qual eles foram elaborados. Os conceitos de trabalho, de liberdade, de natureza, por exemplo, não são os mesmos para uma concepção positivista e outra marxista.

A questão do conceito, ao contrário do que afirma a equipe de RENOV, é bastante complexa. Portanto, uma proposta elaborada a partir de conceitos, sem que os mesmos sejam situados epistemologicamente, pode conduzir a um ecletismo que antes dificultaria do que favoreceria uma integração interdisciplinar.

### **3. A CRÍTICA E A SUPERAÇÃO**

#### **3.1 Contribuição das Novas Teorias Educacionais**

A década de 70 caracteriza-se na área da educação pela difusão no Brasil das teorias crítico-reprodutivistas. Através dos Estudos de Bourdieu/Passeron e Establet são analisadas experiências educacionais, admitindo-se a existência de uma Escola reprodutora da adesão em classes, da ideologia dominante e por aí afora. A par da significativa contribuição destes estudos, foi preciso algum tempo para que os teóricos da educação no Brasil os superassem com análises mais profundas e mais ricas. Contestando a postura da escola como reprodutora pura e simples, autores como Dermerval Saviani, Neidson Rodrigues, Guiomar N. Mello, resgataram o significado da educação e do espaço escolar fazendo com que estes passassem a ser compreendidos com todas as suas

contradições e possibilidades, numa ação comprometida com as classes populares.

O discurso crítico passou a permear as práticas curriculares e a questão dos Estudos Sociais se difundiu, ultrapassando os limites das discussões acadêmicas, concretizando-se propostas da volta à separação da História e Geografia no primeiro grau. Em nosso Estado, o Conselho Estadual de Educação, atendendo às crescentes reivindicações dos professores e associações ligadas ao ensino da História e da Geografia, propôs legalmente a separação, da 5.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup> séries do 1.<sup>o</sup> grau, desde 1984.

Com relação ao ensino de Estudos Sociais da 1.<sup>a</sup> à 4.<sup>a</sup> séries alguns questionamentos começam a surgir com relação à necessidade de um ensino integrado, um ensino com ênfase na sociologia e na antropologia e até mesmo existe a corrente que propõe a volta pura e simples ao ensino da História e da Geografia.

### 3.2 Por uma Experiência Transformadora

#### Algumas Considerações

O momento da crítica em que vivemos contém já a necessidade da superação do ensino de Estudos Sociais, de 1.<sup>o</sup> grau, tal qual ele se apresenta hoje, em nossas escolas.

Como se colocaria, neste momento, a questão do ensino de Estudos Sociais comprometido com as classes populares? Ressaltando-se a necessidade da concretização, na prática, do processo de democratização da Escola e, ao mesmo tempo, enfatizando o processo de recuperação profissional e política do professor, algumas considerações podem ser feitas com relação ao ensino de Estudos Sociais comprometido com as classes populares.

Alguns estudos feitos na França após 1968 e recentemente introduzidos no Brasil apontam em direção a uma proposta de Ensino de Estudos Sociais, tendo como pressuposto a chamada “Pedagogia do Despertar” ou a chamada “*la pédagogie d’environnement*”. São desta linha os estudos feitos por Francine Best, por exemplo. Tal corrente busca o des-

pertar da criança para a observação, atividades e construção da sua relação com o meio, propondo ir além, no sentido da superação e da descentração da criança de si e do meio em que vive, tendo como objetivo a formação e o desenvolvimento do conhecimento científico. No ensino de Estudos Sociais, tal postura implicaria na necessidade a nível da 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> série, ou seja, da escola elementar, da instrumentalização do educando, tendo em vista a aquisição dos conhecimentos específicos da História e da Geografia.

Situados no contexto específico onde se desenvolveram — a França de década 70 — estas experiências passam, no momento, por uma fase de questionamentos, tendo em vista a pouca ênfase dada aos conteúdos e o conseqüente esvaziamento do ensino.

No Brasil, já atentas às críticas feitas, as professoras Ernesta Zambau, Elza Nadai e Joana Neves relataram, no Congresso dos Professores Universitários de História, realizado em julho de 1985, em Curitiba, sua experiência de trabalho na qual, além das aquisições propostas pela escola francesa, reavaliam a questão do conteúdo e da especificidade do Ensino de Estudos Sociais na escola pública brasileira. Na mesma linha de preocupação, isto é, na proposta de um currículo de Estudos Sociais em que se colocariam, de forma interdependente, tanto a instrumentalização do educando (desenvolvimento das categorias básicas de Espaço e Tempo), quanto a ênfase em conteúdos e em sua direção (o Trabalho), encontra-se a proposta de Estudos Sociais da Escola Anjo da Guarda, de Curitiba.

Outras experiências e propostas começam a surgir, dimensionadas pela preocupação, não com os meios, mas com os fins da educação em geral, e dos Estudos Sociais, em particular.

As experiências são importantes e válidas. Devem ser discutidas e não aceitas simplesmente como receitas ou moldes pré-fabricados e prontos para serem usados. Tais discussões deverão, acima de tudo, passar pela via do questionamento em torno de: qual é o suporte epistemológico do que é ensinado? Para quem e para que se ensina? Qual a re-

ferência científica do saber ensinado? Como o aluno adquire este saber? Como o saber é apresentado ao aluno? O que se diz e, também, o que se deixa de dizer.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BEST, Francine. **Por uma pedagogia do despertar**. Lisboa, Horizonte, 1980.
2. BRAUDEL, F. **História e ciências sociais**. Lisboa, Presença, 1972.
3. GIOVANNI, Maria Lucia Ruiz. Área de estudos sociais: uma proposta para o 1º grau. **Educação e Sociedade** (13):132-43, 1982.
4. MINAS GERAIS. Secretaria da Educação. **Programas; ensino primário elementar**. Belo Horizonte, 1953.
5. PANNUTTI, Maria Regina V., coord. **Estudos sociais; uma proposta para o professor**. Petrópolis, Vozes, 1976.
6. PEIXOTO, M.O. **Habilidades de estudos sociais; na escola primária**. Rio de Janeiro, INEP, 1965.
7. PILETTI, Claudino, org. **Didática especial**. São Paulo, Ática, 1985. p.199-261.
8. PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BRASILEIRO-AMERICANA DO ENSINO ELEMENTAR. **Relatório**. s.l., 1965.
9. RAGAN, William B. **Currículo primário moderno**. Porto Alegre, Globo, 1970.
10. SCHMIDT, Maria Auxiliadora & FILIZOLA, Roberto. Fundamentos para o ensino da História e da Geografia no primeiro grau. **História: Questões & Debates**, 5(9):287-93, 1984.
11. TABA, Hilda. **Curriculum reconstruction**. Chicago, University of Chicago Press, 1945.
12. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Departamento de História. **Estudos Sociais a partir da longa duração**. Curitiba, 1977. 3v.
13. ZAMBONI, Ernesta. Desenvolvimento das noções de espaço e tempo na criança. **Cadernos CEDES** (10):63-71, 1984.

## **O ESTADO E AS TRANSFORMAÇÕES AGRARIAS**

**PULQUÉRIO BITTENCOURT**

Economista, doutorando pela Universidade de Paris VIII.

### **RÉSUMÉ**

L'article propose une analyse critique du projet brésilien de Réforme Agraire à partir de la compréhension de la genèse de l'Etat en tant que producteur de ce processus. L'idée centrale est celle de dépasser les aspects purement économiques et sociales et essayer de comprendre la Réforme Agraire comme le résultat d'un système de rapports de forces complexes entre les différentes classes sociales au sein du bloc au pouvoir.

Ao ser publicada em maio de 1985, a Proposta para elaboração do 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária — PNRA — da Nova República reacendeu uma antiga, complexa e controvertida questão. Buscando honrar os compromissos assumidos nas praças públicas pela Aliança Democrática, a apresentação dessa Proposta objetivava abrir o debate sobre a reforma agrária entre os mais diversos e representativos segmentos da sociedade brasileira, já que até então o tema tinha sido, quase que exclusivamente, motivo de discussão acadêmica. A importância do assunto, os interesses econômicos, as forças sociais e políticas envolvidas num tal processo detonaram reações as mais contraditórias, temperadas com diversos ingredientes ideológicos. Essas reações, muito mais contrárias que favoráveis à reforma, foram materializadas no 1.º PNRA através do Decreto 91.766, assinado em 1.º de outubro de 1985 pelo Presidente José Sarney. A partir dessa data, ficou bem claro que o temor de alguns era infundado e que a esperança de muitos mais uma vez seria frus-

trada. O 1.º PNRA reflete com clareza o jogo sutil dos compromissos e alianças que permitiram o surgimento e a sustentação da Aliança Democrática como bloco de classes dominantes encarregadas da transição do autoritarismo conservador para a democracia burguesa que se vislumbra. Não se pretende aqui fazer uma análise exaustiva dos inúmeros recuos do 1.º PNRA em relação à Proposta inicial. Tem-se antes a intenção de realizar uma reflexão sobre o papel do Estado ao intervir na modificação da estrutura agrária em função de sua própria natureza, assim como tentar ir além da análise puramente setorial, como normalmente é abordada a questão, e procurar ver a reforma agrária como um processo de transformação estrutural que comporta aspectos econômicos e sociais, mas também políticos e ideológicos.

A desigualdade da estrutura agrária brasileira não é uma novidade. Desde o período colonial, através da divisão do país em Capitânicas Hereditárias, até hoje, a presença do grande latifúndio constitui um dos traços mais marcantes na formação econômica e social do Brasil. A forma pela qual se deu a inserção do país na economia mundial reforçou a concentração privada da terra e seu monopólio. A predominância de grandes unidades de produção agrícola voltadas para o abastecimento dos mercados externo é uma das características essenciais de um sistema perverso e excludente, que permanece em vigor.

Todas as tentativas de transformação da estrutura agrária brasileira esbarraram no grande poder exercido pelas oligarquias fundiárias. Por imposição e interesse dos grandes proprietários, o Estado instituiu, em 1850, a abominável Lei de Terras, que impediu ao campesinato em formação o acesso à terra, abortando o que talvez tenha sido a primeira tentativa de modificação na estrutura. Dessa maneira, o sistema latifundiário se manteve inalterado ao longo do tempo. Nem a libertação dos escravos (habilmente superada com a imigração européia), nem a grande crise dos anos 30 e muito menos o processo de industrialização conseguiram abalar o caráter primitivo dessa estrutura agrária. As frágeis “pres-

sões externas” (carta de Punta del Leste, Aliança para o Progresso, Banco Mundial) nunca tiveram ressonância. As desapropriações efetuadas pelo Governo João Goulart, cristalizando as pressões internas dos trabalhadores rurais sem-terra, contrariaram os interesses da burguesia rural. O golpe militar de 64 teve na classe dos grandes proprietários fundiários uma de suas principais bases de apoio. Uma das importantes medidas tomadas pela junta militar que assumiu o poder foi a revogação dos decretos de expropriação assinados por Goulart e a conseqüente restituição das terras expropriadas a seus antigos proprietários, golpeando rudemente a tentativa de modificação da estrutura agrária.

O modelo econômico ultraliberal implantado pelos governos militares a partir de 1964 criou novas condições, ainda mais favoráveis para o desenvolvimento dependente da economia brasileira. A geração de divisas para viabilizar o modelo de crescimento econômico, forma pela qual o Estado autoritário buscava sua legitimação, levou à progressiva transformação do setor agroexportador tradicional (café, cana-de-açúcar, cacau) num dos pólos dinâmicos da economia brasileira voltado para o desenvolvimento massivo das exportações agrícolas. Para atingir seus objetivos, o Estado estimulou a capitalização do setor através de “ajudas seletivas” (crédito subsidiado, deduções e incentivos fiscais, subvenções), favorecendo a implantação no país de grandes unidades de produção agropecuária e de complexos agroindustriais, principais protagonistas do processo de acumulação privada no campo.

O modelo econômico fundado sobre uma dívida externa cada vez mais volumosa e as crescentes dificuldades nos pagamentos internacionais levaram o Estado a incentivar o plantio de culturas com forte valor agregado (soja, por exemplo) em escala crescente. Para viabilizar esse modelo agrícola e adaptá-lo às exigências da economia mundial, o Estado implementou uma estratégia de modernização do setor agrícola através da doação de pacotes tecnológicos. Todo o esforço modernizador (pesquisa agrônômica, crédito, extensão rural), entretanto, concentrou-se nas culturas de ex-

portação, criando, dessa maneira, uma grande dependência do setor vis-à-vis as economias externas, à medida que os produtos a montante do processo produtivo são, na sua quase totalidade, produzidos por empresas multinacionais.

O processo de modernização/capitalização do setor agro-exportador reforçou, de um lado, a concentração da propriedade da terra e a centralização de grandes empresas (através da articulação da grande propriedade fundiária com o capital industrial) e, de outro, provocou profundas transformações no campo, com graves e irreversíveis consequências sociais. A existência de uma séria crise econômica acirrada pela “modernização conservadora” da agricultura, o desenvolvimento desigual do capitalismo no campo, dando origem a um brutal processo de miséria e proletarianização, e as tensões sociais produzidas pela injusta repartição da terra levam inevitavelmente ao questionamento sobre o uso social da terra nas formações econômico-sociais em que predomina a apropriação privada dos meios de produção.

É nesse contexto que surge a implementação de uma reforma agrária como um processo destinado a corrigir, ou não, as estruturas agrárias defeituosas. Dialeticamente, uma reforma agrária, e as experiências latino-americanas assim têm mostrado, é uma operação conflitiva entre as forças sociais protagonistas da mudança na estrutura agrária que, por sua vez, nada mais é do que a cristalização e a materialização no espaço de um sistema de relações de força<sup>1</sup>. É exatamente pelo fato de ser o produto de um sistema de relações de força complexas e antagônicas que seria equivocado pensar que uma reforma agrária é um processo inspirado numa ideologia coerente e segura. As diversas linhas ideológicas embutidas num tal processo se entrecruzam, se superpõem e entram em conflito. A concepção, definição das metas e objetivos estratégicos, a velocidade do processo de transição/implantação e a tipologia das reformas agrárias dependem fundamentalmente das linhas ideológicas e da correlação entre as forças sociais promotoras das mudanças.

1 GUTELMAN, Michel. *Structures et réformes agraires: instruments pour l'analyse*. Paris, Maspéro, 1974, p.134 (tradução livre).

Uma reforma agrária não é, portanto, fruto da decisão de uma classe social ou de um Estado isoladamente, assim como a sua não-realização não pode ser atribuída a uma determinada classe social ou somente ao Estado enquanto tal. A experiência histórica brasileira tem comprovado isso. Se a decisão de promover uma reforma agrária no Brasil dependesse apenas de uma classe ou de um determinado grupo social, os milhões de camponeses sem-terra já teriam se “decidido” a fazê-la há muito tempo. Esse argumento permite avançar na idéia de que uma reforma agrária é um produto social e sua materialização somente é possível à medida que existe uma correlação de forças favorável à sua realização, envolvendo toda a sociedade ou parcelas significativas dessa.

Sua natureza, diz Gutelman, sua amplitude e sua evolução histórica constituem a resultante dessa relação de força em constante movimento. Em outras palavras, a Reforma Agrária é o produto da ação da sociedade sobre uma parte dela mesma; essa parte para a qual a terra é um instrumento de criação e de captação de uma fração do trabalho social<sup>2</sup>.

Assim como as tensões sociais que são permanentes, as relações de força estão também em constante desequilíbrio. Determinados pelo sistema global, cada um dos elementos que compõem essas relações de força tem capacidade de transformar esse mesmo sistema global. Dessa forma, o núcleo dinâmico, o centro de gravidade do processo de reforma agrária, pode passar de uma força social para outra, à medida que seja possível operar profundas transformações no sistema tradicional de poder e forjar novas alianças, permitindo o surgimento de novas forças sociais integradas politicamente e identificadas com suas próprias aspirações de mudança\*. É, portanto, equivocado julgar uma reforma agrária apenas do ponto de vista da sua realização puramente material, ou seja, segundo os resultados econômicos a

2 GUTELMAN, p.134 (tradução livre).

\* O núcleo dinâmico de uma reforma agrária pode, por exemplo, passar do Estado para o campesinato. Para que isso ocorra, é necessário que essa transição seja precedida de uma transformação revolucionária.

serem alcançados. Para abordá-la cientificamente, julga-se imprescindível a análise da dimensão política e ideológica que determina a natureza do poder que a concretiza.

A proposta do Estado, através da publicação do 1.º PNRA, de fazer uma reforma agrária no país nos leva a uma reflexão que comporta várias questões: como e por que o Estado “decidiu” fazê-la? Por que, mesmo constando do programa de todos os partidos políticos, a reforma agrária não se concretizou até então? Em que consiste essa nova correlação de forças que permite agora a sua realização?

O núcleo mais simples de um processo de reforma agrária é o constituído por duas classes sociais antagônicas, para as quais a terra é o objeto imediato das relações sociais. Em outras palavras, as classes para as quais o controle sobre a terra é o elemento decisivo da criação e da captação do sobretrabalho<sup>3</sup>.

A terra, enquanto meio de produção não-reprodutível, é o objeto central da oposição entre grandes proprietários fundiários que captam o sobretrabalho e os camponeses sem-terra que o criam. A luta entre essas duas classes sociais produz uma transformação agrária, resultando no domínio de uma classe sobre a outra. Segundo o exemplo clássico de Lênin, a resultante dessa relação de força origina duas vias: a prussiana, ou *junkers*, que é a lenta transformação da grande propriedade através de sua evolução interna, e a camponesa, que emerge de um processo revolucionário, da destruição da grande propriedade e das relações sociais espoliativas que a caracterizam, dando origem ao regime da pequena propriedade familiar. Os exemplos históricos provam, entretanto, que, além do núcleo simples que envolve apenas duas classes sociais, um processo de reforma agrária pode ser resultado de um complexo sistema de oposições. Podem estar envolvidas as classes sociais para as quais a terra é objeto imediato de relações sociais (proprietários, arrendatários, parceiros, trabalhadores sem-terra) e segmentos sociais que não estão envolvidos diretamente com a terra (burguesia industrial e financeira, classe média, trabalha-

3 GUTELMAN, p.136-7 (tradução livre).

dores urbanos, Igreja). As diversas classes sociais envolvidas num processo de reforma agrária podem dar origem a várias vias, que, dependendo da correlação de forças que as produzem, poderão se situar em qualquer ponto entre os dois extremos do clássico exemplo de Lênin, ou seja, entre a via prussiana e a camponesa.

A divulgação do 1.º PNRA trouxe também à tona o velho debate sobre a intervenção do Estado exercida principalmente — não exclusivamente — sobre a base econômica da sociedade. Na verdade, desde o período da acumulação primitiva descrita por Marx, do capitalismo do século XIX, ou do desenvolvimento recente das sociedades multinacionais, o capital privado sempre teve necessidade de recorrer ao poder estatal<sup>4</sup>. Existe uma coincidência histórica entre a intervenção do Estado na atividade econômica e o desenvolvimento do capitalismo e, contrariando o princípio clássico da “mão-invisível”, o poder estatal assume uma grande importância no funcionamento do capitalismo, e no processo de acumulação mesmo nos países mais devotos do *laissez-faire*.

Os homens vivem mais do que nunca, diz Miliband, à sombra do Estado. Tudo o que eles querem realizar, individualmente ou em grupo, depende principalmente da sanção ou do apoio do Estado. Mas esta sanção ou esse apoio não são concedidos sem discriminação; os homens devem também cada vez mais procurar influenciar, modelar o poder e os objetivos do Estado ou então tentar se apoiar nele<sup>5</sup>.

Numa sociedade dividida em classes, a natureza do Estado é a materialização das relações entre essas classes. Nas sociedades capitalistas, o critério essencial que distingue as classes sociais é a propriedade ou não dos meios de produção. A apropriação privada e desigual desses meios de produção determina as relações entre as classes sociais, traduzindo-se necessariamente através de relações de dominação e de submissão, ou seja, relações entre os proprietários e não-proprietários dos meios de produção. As classes dominantes, definidas em termos de sua propriedade e controle

4 BRUNHOFF, Suzanne de. *État et capital*. Paris, Maspero, 1981. p.3 (tradução livre).

5 MILIBAND, Ralph. *L'état dans la société capitaliste*. Paris, Maspero, 1979. p.9 (tradução livre).

dos meios de produção, exprimem seu poder na constituição e manutenção do Estado. Seria ingênuo, portanto, pensar no Estado neutro, a serviço de todos, sem pré-disposição de agir em favor de um determinado grupo ou classe social. Submetido às pressões contraditórias que emanam das diversas classes sociais e dos grupos de interesse, o Estado não pode se manter imparcial. O comportamento do Estado, materializado através de suas políticas, é determinado em função dos interesses políticos e econômicos das classes dominantes. Dessa maneira, o Estado perde seu caráter de “imparcialidade”, agindo em defesa de alguns interesses em detrimento de outros, geralmente os da parcela mais significativa da sociedade.

Na busca de sua legitimação, entretanto, o Estado burguês, protetor dos interesses econômicos das classes dominantes, pode propor algumas políticas reformistas. Talvez seja injusto afirmar que os dirigentes conservadores sejam indiferentes ao desemprego, à fome, à mortalidade infantil, etc. O problema não se coloca no plano dos desejos e das intenções. As promessas feitas em praça pública (Constituinte, Reforma Agrária) pelos partidos de oposição suscitam muitas expectativas e esperanças. Os obstáculos para a realização dessas promessas ficam evidenciados quando um partido de oposição chega ao poder. Prisoneiro consciente de suas próprias alianças, sem as quais talvez nunca chegasse ao poder, o partido descobre que dispõe de uma margem de manobra muito pequena para realizar suas promessas. Diante dessa “autonomia relativa”, o Estado, forjado nas alianças de classe que permitiram sua materialização, passa a desempenhar o papel de mantenedor da ordem social e de administrador de suas próprias contradições.

É nesse contexto de “autonomia relativa” que se pode entender o 1.º PNRA da Nova República. O Estado aparece como o núcleo central do processo e, por conseguinte, “produtor” de um Plano de Reforma Agrária que é a resultante das relações de força dentro do próprio Estado. Como já se assinalou, um processo de reforma agrária envolve um complexo sistema de oposições, em que se encontram classes

sociais direta e indiretamente ligadas à terra. O campesinato, classe para a qual a terra é objeto imediato de relações sociais, ainda não tem força política suficiente para fazer valer seus interesses. Apesar de representar um contingente numericamente importante, o campesinato, por falta de uma maior organização social e política, não chega a constituir uma classe social capaz de mudar a correlação de forças atual e provocar uma transformação profunda na estrutura agrária brasileira. É importante ressaltar que a falta de uma melhor organização social e política do campesinato brasileiro se deve à dominação a que esteve submetido durante todo o período de autoritarismo, arbítrio e repressão.

Em oposição ao campesinato sem-terra está a classe dos proprietários fundiários, para a qual a terra é também objeto imediato de relações sociais, mas, sobretudo, é um instrumento de captação de sobretrabalho. Apesar de contar até mesmo com a opinião favorável de alguns grandes proprietários, que já perceberam que a reforma agrária da Nova República pode ser um “bom negócio”, o poder político e econômico da classe constituiu, mais uma vez, o maior obstáculo à realização de uma reforma agrária no Brasil. A reação, a capacidade de articulação/mobilização, o poder político das oligarquias fundiárias e o poderoso lobby montado contra a reforma agrária, ficaram consubstanciados nos profundos recuos do 1.º PNRA em relação à Proposta inicial, tornando praticamente inviável a realização de uma reforma agrária, por mais conservadora que seja.

É interessante assinalar que a defesa de interesses particulares, num processo de reforma agrária, pode opor classes sociais anteriormente aliadas. Apesar de não estar diretamente ligada à terra, a burguesia industrial, ou parte dela,\* não é indiferente a uma modificação na estrutura agrária. A destruição de relações pré-capitalistas mal adaptadas a uma nova realidade econômica, uma melhor repartição do excedente gerado no setor agrícola, a expansão do mercado

\* Através da imprensa, alguns líderes do setor industrial demonstraram seu apoio à tese da reforma agrária. Uma parte da burguesia industrial e financeira, que adquiriu grandes extensões de terra como reserva de valor, sobretudo na Amazônia, via política de incentivos fiscais, obviamente não vê a reforma agrária com bons olhos.

interno e o aumento dos lucros com repercussões no processo de acumulação são aspectos que tocam de perto seus interesses. A reforma agrária também não é indiferente para a classe média, por exemplo, desde que isso se traduza numa oferta de alimentos, com reflexos favoráveis no nível de preços. O fato é que classes sociais aliadas no passado em defesa de interesses mútuos (como, por exemplo, a oligarquia agrária e a burguesia industrial no período de 64) podem estar agora em posições opostas na defesa de interesses específicos. Essa divergência não significa, contudo, uma desarticulação dessas classes e muito menos uma ruptura do bloco de classes no poder. Por essa razão, mesmo nas reformas agrárias mais conservadoras, alguns interesses econômicos são afetados em função da manutenção do sistema de dominação, mesmo em detrimento dos interesses econômicos objetivos de tal ou tal classe ou fração de classe pertencente ao bloco das classes dominantes<sup>6</sup>. Em geral, desapropriase e distribui-se alguma terra para não distribuir as terras e, conseqüentemente, não realizar uma verdadeira reforma agrária. Afinal, é necessário conter as explosões de impaciência do campesinato, reduzindo as tensões sociais no campo e manter a ordem estabelecida.

Ao ler o 1.º PNRA da Nova República, qualquer cidadão dotado de alguma capacidade crítica chegará à inevitável, amarga e paradoxal conclusão de que ele foi elaborado para que não se faça uma reforma agrária no país. Isso não significa dizer que sua elaboração tenha sido totalmente inútil. Na verdade, ele contém objetivos bem definidos que vão desde a legitimação do Estado, “produtor” da reforma, até sua adaptação a novas exigências do processo de acumulação de um capitalismo em crise. Apesar de ter conservado, por estratégia política, as metas preconizadas na Proposta inicial, o 1.º PNRA visa, primordialmente, proteger os interesses das classes sociais que compõem o bloco no poder. Utilizando fartamente os casuísmos semânticos,\* o 1.º PNRA

6 GUTELMAN, p.145 (tradução livre).

\* Onde se lê a palavra “prioritariamente” na Proposta inicial, lê-se agora “preferencialmente” no 1.º PNRA. Poderão ser apreciadas também no 1.º PNRA expressões tais como: “o poder público evitará sempre que conveniente”, “na medida do possível”, “evitar ao máximo”, “sempre que possível”, “áreas passíveis de intervenções”, “poderá contemplar também”, “exceto em casos excepcionais”, entre outras.

cria uma série de mecanismos e artifícios que permitem no máximo a metamorfose dos latifúndios, sem, contudo, romper o monopólio da terra, pedra fundamental sobre a qual está assentado o sistema de dominação econômica, social e política.

O problema central das reformas agrárias, o objeto da luta entre proprietários e não-proprietários, gira em torno do pagamento das terras expropriadas através de diversos mecanismos. Na sua manifestação mais essencial, diz Gutelman, uma Reforma Agrária consiste (...) em uma arrecadação de terra apropriada por uma ou várias classes sociais e sua transferência a uma ou mais classes sociais<sup>7</sup>. Em uma Reforma Agrária "normal", a arrecadação de terra é precedida de uma indenização, o que pressupõe o reconhecimento explícito do direito da propriedade privada, que nada mais é do que o pagamento da renda fundiária cristalizada no preço da terra. O processo de indenização envolve, geralmente, três personagens distintas. O Estado aparece como intermediário entre os proprietários fundiários e os camponeses sem-terra. Ele transfere para os camponeses as terras expropriadas, e para os proprietários fundiários o valor correspondente ao preço dessas terras. O maior problema, entretanto, diz respeito à definição do chamado "preço justo". Normalmente, esse preço é definido através de um sistema de forças que envolve o Estado, os proprietários fundiários e o campesinato. No caso do 1.º PNRA, a definição do "preço justo" a ser pago pelas terras expropriadas envolve apenas duas personagens: os proprietários fundiários e o Estado.

Apesar de diretamente afetado pelo processo, a não-participação do campesinato nessa decisão se deve à sua posição extremamente desfavorável dentro da correlação de forças que originou o 1.º PNRA. Ao contrário do campesinato, os proprietários fundiários demonstraram toda a sua força exigindo do Estado que as indenizações de suas terras sejam efetuadas mediante o que julgam ser o "preço justo". O silêncio da classe, após a publicação do 1.º PNRA, é uma demonstração inequívoca de que suas reações surtiram o efei-

7 GUTELMAN, p.132 (tradução livre).

to desejado e de que os objetivos foram alcançados. Na verdade, tal como o 1.º PNRA propõe, as desapropriações passam a ser não uma penalidade mas um verdadeiro prêmio, sobretudo para os grandes proprietários de terras ociosas, valorizadas através de infra-estrutura realizada com investimentos públicos. Assim é que alguns latifundiários têm procurado os órgãos governamentais para solicitar que suas terras, ou a pior parte delas, sejam “desapropriadas por interesse social”. Fatos como esse conferem ao 1.º PNRA da Nova República um caráter *sui generis*, talvez o de ser a única reforma agrária do mundo em que os latifundiários pedem para ser expropriados.

Se os camponeses tiverem de reembolsar o Estado pelas terras recebidas proporcionalmente ao valor pago aos latifundiários, no que o 1.º PNRA não é claro, o resultado econômico e social dos assentamentos estará seriamente comprometido. Caso a terra seja transferida aos camponeses sem a necessidade de pagamento, o financiamento da reforma agrária terá de ser suportado por toda a sociedade através do orçamento público. Nesse caso, um aumento da carga tributária para justificar seu financiamento pode resultar numa manobra política destinada a colocar a sociedade contra a reforma agrária. Outra manobra será simplesmente a redução das metas anteriormente previstas, com a justificativa de não haver recursos disponíveis para efetuar as desapropriações. Mesmo levando-se em conta que as terras expropriadas deverão ser pagas com Títulos da Dívida Agrária — TDA — será necessário um volume considerável de recursos para o pagamento das benfeitorias e, logo em seguida, para as obras de infra-estrutura que precedem os assentamentos.

O 1.º PNRA da Nova República não chega a constituir um projeto para uma verdadeira reforma agrária. Ao propor modificações superficiais na estrutura agrária, desviando a pressão camponesa pela terra, operações táticas como colonização de áreas periféricas, utilização marginal dos latifúndios, ou seja, medidas que não rompem o monopólio dos senhores da terra e excluem qualquer mudança política

significativa, o 1.º PNRA se caracteriza como uma reforma agrária marginal e regressiva. Uma reforma agrária, que remova os obstáculos que impedem o desenvolvimento das forças produtivas e rompa com a estrutura tradicional de poder, somente será alcançada com a mobilização efetiva de um campesinato organizado, forte e bem representado politicamente.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRUNHOFF, Suzanne de. *État et capital*. Paris, Maspero, 1981.
2. GUTELMAN, Michel. *Structures et reformes agraires: instruments pour l'analyse*. Paris, Maspero, 1974.
3. MILIBAND, Ralph. *L'état dans la société capitaliste*. Paris, Maspero, 1979.



## **FONTES INQUISITORIAIS PARA O ESTUDO DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA DO BRASIL\***

**LUIZ MOTT**

Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia.

Nos 285 anos de existência da Inquisição Portuguesa (1536-1821), pouquíssimas foram as agências do aparelho ideológico do Estado Lusitano que produziram tão grande volume de documentos manuscritos e impressos. Documentação esta que abarrotava grande parte do gigantesco Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), e que tem como característica, além de seu assombroso volume, a grande uniformidade estilística e de conteúdo, e sobretudo, sua conservação quase intacta desde a fundação até o fim desta lúgubre instituição, desdouro não só da Igreja Católica mas da própria humanidade. Todas as ocorrências e procedimentos do Santo Ofício deviam ser absolutamente secretos, comprometendo-se os penitenciados, assim como os funcionários do Terrível Tribunal a manterem total segredo de tudo que viram, ouviram, leram ou falaram relativamente aos negócios inquisitoriais: a inobservância do segredo podendo implicar em grave crime e severas punições. Jamais deve ter passado pela cabeça dos corifeus do Santo Ofício que tal documentação tão zelosamente conservada nas arcas dos cárceres secretos viesse a ser vasculhada e divulgada exatamente pelos “descendentes” dos réus queimados pelo braço secular: pesquisadores ateus, sodomitas, judeus, hereges, etc.

\* Preparado para o Seminário Metodológico: “Levantamento, arrolamento e tratamento básico dos dados demográficos”. Associação Brasileira de Estudos Populacionais — ABEP. Curitiba, 12-13 de dezembro de 1985.

Agradeço ao CNPq as bolsas de pesquisa e pós-doutoral que tornaram possível a realização desta pesquisa. Tais reflexões fazem parte de um projeto de pesquisa mais amplo relativo à moral sexual e religiosidade no Brasil Colonial.

Apesar dos muitos pesquisadores — desde Alexandre Herculano<sup>1</sup> — que têm passado anos a fio revolvendo cuidadosamente os manuscritos da Torre do Tombo e dos demais arquivos que conservam documentos inquisitoriais<sup>2</sup>, não dispomos ainda de um levantamento completo do acervo documental das Inquisições de Lisboa, Évora, Coimbra e Goa: os “ficheiros” e catálogos desta instituição lastimavelmente ainda são precários e incompletos. Somente nos últimos dois anos que uma equipe de pesquisadores da Fundação Gulbenkian realiza tal catalogação, e malgrado o esforço titânico destes historiadores-paleógrafos, mal concluíram o levantamento dos processos relativos ao século XVI! Assim sendo, para estas notas, valemo-nos sobretudo de nosso conhecimento pessoal da referida documentação, adquirido em oito meses de permanência, em tempo integral, no referido arquivo (abril-dezembro 1983), assim como das referências de outros pesquisadores que têm vasculhado os papéis velhos da Torre do Tombo. Como meu objetivo nesta comunicação é arrolar fontes que porventura possam fornecer subsídios para a história demográfica do Brasil, deter-me-ei tão somente nos documentos que contenham informações quantitativas e qualitativas sobre nossas populações do passado, sempre preocupado com uma abordagem também antropológica destes grupos humanos, tal qual defini anteriormente no artigo “A Etno-demografia-histórica”<sup>3</sup>.

A primeira observação a ser feita é que, dos quatro tribunais que compunham o Santo Ofício lusitano, o que nos interessa predominantemente é a documentação da Inquisição de Lisboa, posto que o Brasil estava sujeito à “Casa do Rocio”, e apenas muito episodicamente encontraremos nos outros tribunais cidadãos do Brasil.

Assim, para quem deseje pesquisar sobre os brasileiros ou lusitanos residentes na América Portuguesa que foram perseguidos pela Inquisição, o início do fio da meada são as

1 HERCULANO, Alexandre. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Lisboa, Livros de Bolso, 1982.

2 O leitor interessado encontrará uma listagem bibliográfica relativamente ao Santo Ofício no livro *A Inquisição*, de Anita NOVINSKY. São Paulo, Brasiliense, 1982.

3 MOTT, Luiz. A etno-demografia-histórica e o problema das fontes documentais para o estudo da população de Sergipe na primeira metade do século XIX. *Ciência e Cultura*, (29(1)):3-24, 1977.

**LISTAS DOS AUTOS DA FÉ**, várias coleções manuscritas e impressas onde estão arrolados, ano por ano, os nomes, idades, naturalidade, moradia, (cor), ocupação, crime e penitência dos “réus” do Santo Ofício. Na Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional de Lisboa e também na nossa Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontram-se várias coleções destas listas, e dada a regularidade das informações vitais dos homens e mulheres penitenciados, e sua extensão quantitativa, constituem importante manancial para o estudo de nossas sub-populações do passado. Uma relação parcial destas fontes já foi sistematizada pelo pioneiro F.A. Varnhagen, “Excerptos de várias listas de condenados pela Inquisição de Lisboa desde o ano de 1711 ao de 1767, compreendendo só Brasileiros ou Colonos estabelecidos no Brasil”<sup>4</sup>. Tarefa importantíssima e prioritária, tais listas estão aguardando que algum devotado pesquisador publique-as integralmente, ou, quando menos, completamente o rol dos brasileiros e colonos que aqui foram perseguidos pelo Santo Tribunal. Tenho informação que a Dra. Anita Novinsky prepara uma lista dos Cristãos Novos do Brasil: queira Javé que logo venha à luz tal lista e o rol completo dos Autos de Fé!

A guisa de ilustração, eis uma amostra desta fonte documental:

“Lista das Pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no Auto de Fé que se celebrou na Igreja do Convento de São Domingos desta Cidade de Lisboa em 20 de outubro de 1748, sendo Inquisidor Geral o Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Nuno da Cunha, do Conselho de Estado:

— Daniel Pereira, homem preto, 40 anos, escravo de José Henriques, Contratador, natural da Costa da Mina e morador na Cidade de Olinda, capital de Pernambuco, pelas culpas de sodomia, sendo paciente. Penas: açoite e 10 anos para as galés.

— Francisco Martins, 48 anos, Marinheiro, natural da freguesia de São Julião da Imagem, Arcebispado de Braga, e morador na Freguesia do Pilar, da cidade da Bahia, pelas

4 Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.7, 1931.

culpas de casar segunda vez, sendo viva sua primeira e legítima mulher. Penas: açoites e 5 anos para as galés”.

De acordo com o principal “estatístico” das inquisições portuguesas, Antonio Joaquim Moreira (1792-1865), responsável pela coleta do fabuloso acervo “Coleção Moreira”, depositada na seção dos reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, um total de 31.349 indivíduos “saíram” nos Autos de Fé entre 1536-1794, dos quais 1.175 terminaram seus dias queimados na fogueira<sup>5</sup>. As estatísticas e estimativas sobre os luso-brasileiros, conforme dissemos há pouco, ainda estão por ser feitas. Para os **sodomitas**, por mim pesquisados, já tenho uma avaliação: de um total de 403 processos, 29 envolvem luso-brasileiros sentenciados pelo “abominável pecado de sodomia”<sup>6</sup>.

As Listas dos Autos de Fé remetem-nos aos **Processos** dos réus perseguidos pelos crimes de heresia, feitiçaria, bigamia, sodomia e bestialismo, solicitação **ad turpia**. São mais de 40 mil processos realizados pelos três tribunais do Reino: o material de Goa, lastimavelmente, em sua maior parte está desaparecido. Os processos da Inquisição são bastante estereotipados, seguindo o mesmo modelo previsto pelos Regimentos. Alguns comportam várias centenas de folhas, mas, no geral, não chegam a cem. Sua estrutura é similar aos processos judiciais do foro civil: denúncia, ordem de prisão, coleta de informações sobre o réu, confissão com ou sem tortura, retificações e ratificações, julgamento, apelação se for o caso, sentença pública ou proclamada na “Mesa” do Santo Ofício, termo de segredo e aplicação da pena.

Para a história demográfica, o que mais interessa nos Processos da Inquisição é a parte chamada “genealogia”, que assim vem programada no texto do último Regimento do Santo Ofício (1774), no Livro II, § 22:

Antes de vir o Promotor com o libelo por parte da Justiça, será chamado o réu à mesa e lhe serão feitas três admoestações. Na primeira será perguntado pelo nome, idade, ofício, naturalidade e habitação; se é casado e com quem;

5 MOREIRA, Antonio Joaquim & MENDONÇA, José Lourenço. **História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1980.

6 MOTT, Luiz. Report from Brazil. **Cabirion — Gay Books Bulletin** (11):14, 1984.

que filhos ou netos tem vivos ou defuntos e de que idade são; se é cristão batizado, onde e por quem o foi e quem foram seus padrinhos; se, depois que chegou aos anos da discrição, ia à igreja, ouvia Missa e se confessava e comungava e fazia as mais obras de católico. E respondendo que sim, será mandado que se benza e que diga as orações e mandamentos. Será mais perguntado se sabe ler e escrever, se estudou alguma ciência e onde, se tem algumas ordens religiosas, se saiu fora do Reino e por que partes andou, em que terras esteve, e se foi outra vez preso e penitenciado pelo Santo Officio. E de todas estas declarações se lhes tomarão com muita miudeza.<sup>7</sup>

Como se observa, aplicava-se minucioso questionário sobre a biografia e antecedentes familiares dos réus, incluindo dados sobre sua mobilidade especial, escolaridade e práticas religiosas. Destarte, a "Genealogia" constitui a fonte mais minuciosa e interessante para o estudo dos diferentes subgrupos que foram perseguidos e penitenciados pelo Terrível Tribunal, permitindo aos pesquisadores reconstruir as principais características demográficas, por exemplo, dos subgrupos de mouros, cristãos-novos, bígamos, sodomitas, feitiçeiros, etc. Mesmo apresentando lacunas, não conheço outra fonte antiga que reúna tantas informações biográficas sobre estes segmentos sociais.

Dentre os 40 mil processos, por volta de 80% referem-se aos judeus e cristãos-novos, os principais bodes-expiatórios das inquisições ibéricas. Os restantes, conforme dissemos alhures, são processos dos crimes sexuais e de feitiçaria. Particularmente interessantes para os estudos das variáveis demográficas da nupcialidade e da sexualidade, são os processos dos bígamos e polígamos, crime que levou ao exílio e ao trabalho forçado nas galés várias dezenas, talvez mesmo mais de uma centena de moradores do Brasil, inclusive mulheres. Tais processos constituem manancial de primeiríssima grandeza para o estudo da instituição matrimonial em nosso país, pois descrevem com riqueza de detalhes situações pouco documentadas em outras fontes, tais como a corte, o namoro, noivado, as brigas e desavenças conjugais, adulté-

7 CARDEAL DA CUNHA. *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal*. Lisboa, Ed. Excelsior, 1971.

rios, cartas de amor, etc. A importância do “estado conjugal” nos séculos passados fica patenteada pela insistência com que as pessoas correm o risco de serem descobertas pelos Inquisidores, por terem casado segunda vez estando vivo o legítimo cônjuge, posto que preferiam as regalias do casamento sacramental (e não apenas o concubinato), condição importante para o desempenho de cargos públicos, ascensão profissional, etc.

Outro conjunto de processos particularmente interessante para o estudo da variável “celibato” refere-se aos crimes sexuais de “sodomia” e “solicitação”. Apesar de aproximadamente 1/3 dos “sodomitas” (aqui tomados como equivalente a homossexuais masculinos) serem, *strictu sensu*, “bissexuais”, a maior parte, contudo, destes desviados era de celibatários, assim como os sacerdotes processados pelo crime de “solicitação *ad turpia*”, isto é, por terem solicitado suas e seus confessantes a atos torpes durante, antes ou depois do sacramento da penitência. Em qualquer rol de população, tais indivíduos apareceriam como “celibatários”, não obstante na prática exercitarem, seja hetero, seja homossexualmente, seu erotismo. Sendo assim, nunca é demais enfatizarmos que celibato não é sinônimo de ausência de vida sexual, e os processos inquisitoriais ora referidos constituem fonte das mais ricas e minuciosas para o estudo da sexualidade alternativa destas populações de antanho.

Além dos Processos e Listas de Autos de Fé, outros *corpi* documentais podem fornecer importantes elementos quantitativos e qualificativos a respeito de diferentes subpopulações residentes na América Portuguesa. Os **Livros das Visitações do Santo Ofício** às partes do Brasil — de 1591 a 1620, englobando as capitanias da Bahia, Pernambuco e Paraíba, e de 1763-1768 no Grão-Pará, têm servido como fonte para importantes estudos de nossas populações do passado, como a monografia “Os habitantes do Brasil no fim do século XVI”, de Tarcísio do Rego Quirino<sup>8</sup>. Tais livros de confissões, denúncias e retificações contêm, *mutatis mutandis*, os mesmos elementos constantes na “genealogia” dos Pro-

8 Recife, Imprensa Universitária, 1966.

cessos acima referidos, assim como numerosas informações qualitativas sobre aspectos concretos relativos à sexualidade e à sua representação ideológica, *verbi gratia*: opinião sobre o celibato e matrimônio, adultério, fornicação, etc. Como várias confissões e denúncias não redundaram em processos, o pesquisador deve consultar primeiramente os livros das visitas, pois aí encontrará dados e informações que não foram desdobrados alhures.

Como instituição altamente burocratizada, a Inquisição dispunha não só de um numeroso batalhão de funcionários (Meirinhos, Notórios, Deputados, Qualificadores, Familiares, Comissários, Torturadores, Cirurgiões, etc.), como também de um volumoso sistema de classificação e triagem dos suspeitos, denunciados e réus presos nos seus cárceres secretos. Os **Cadernos do Promotor** — uma centena de grossos livros manuscritos — são encadernações dos ofícios e denúncias que chegavam de todos os quadrantes do mundo português, envolvendo milhares de suspeitos e acusados de terem cometido crimes do conhecimento do Santo Ofício. Após julgamento prévio do Conselho Geral, tais denunciados, quando considerados com culpas suficientes, eram presos, tendo seus crimes transcritos de tais cadernos para um processo particular. Milhares de denúncias não evoluíram para processo, daí ser imprescindível consultarem-se os Cadernos do Promotor para ampliar o universo das pessoas envolvidas com o Terrível Tribunal.

A fim de facilitar a “pesquisa” dos milhares e milhares de “criminosos”, os Inquisidores racionalizaram seu sistema de anotações, agrupando as denúncias e sentenças de acordo com a qualidade do crime, daí existirem na Torre do Tombo dezenas e dezenas de “Cadernos” destinados a diferentes tipos de crimes. Por exemplo: dezenas de **Cadernos do Nefando** onde estão arroladas apenas denúncias e confissões dos sodomitas, **Cadernos dos Solicitantes**, onde centenas de sacerdotes de todo o mundo português são acusados de solicitarem no confissionário seus penitentes, e assim por diante. Destes Cadernos o historiador interessado em demografia encontrará ricas informações sobre diferentes aspectos da

estrutura etária, profissional, econômica destas sub-populações. Além destes volumosos Cadernos, outra fonte inquisitorial que o demógrafo não descuidará são os **Repertórios e Relações**, onde por ordem alfabética estão arrolados todos os nomes, profissão e moradia dos diferentes grupos de denunciados: p. ex., **Relações dos culpados e culpas, Repertório do Nefando**, assim como sobre o movimento dos réus dentro dos cárceres: **Relação dos presos, Livro dos presos pobres e ricos, Relação dos processos e culpas que ainda não servem**. Exemplificando: só nos **Repertórios do Nefando** das inquisições lisboeta e coimbrã, encontramos 4.419 sodomitas, dos quais sabemos, além do nome e sobrenome, a ocupação, naturalidade e moradia desses infelizes perseguidos. Deste total, 403 foram de fato presos e processados, 30 terminando seus dias na fogueira. É portanto através destes Repertórios e Relações que podemos obter as estatísticas mais numerosas das sub-populações que estivermos estudando.

O historiador interessado em conhecer o patrimônio e as atividades econômicas destas populações, além dos minuciosos **Inventários** constantes nos Processos acima referidos, há de consultar também nos **Livros dos Confiscos**, que fornecem informações cruciais sobre a riqueza (inclusive imóveis e escravaria) e as dívidas desses milhares de luso-brasileiros que tiveram o infortúnio do confisco de seus bens por esta instituição macabra que se autofinanciava através dos seqüestros dos bens de seus réus mais apaniguados<sup>9</sup>.

Finalizando, cumpre ainda destacar, entre os documentos do Santo Ofício interessantes para nossa história demográfica, as **Habilitações**. Como um dos esteios do fanatismo inquisitorial era a pureza de sangue e de costumes, razão de ser da autorização papal para a instalação no reino lusitano desta instituição medieval, o Santo Tribunal investiu muito no sentido de evitar que as “raças impuras” ou pessoas e descendentes de penitenciados por crimes pertencentes ao conhecimento do Santo Ofício se imiscuissem quer no seio da própria Inquisição, quer nas altas camadas da sociedade e do Estado português. Para manter a hegemonia dos cris-

9 NOVINSKY, Anita W. *Inventário dos bens confiscados a cristãos novos*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1977.

tãos-velhos contra os arrivistas mouros, judeus, africanos, índios e contra os heterodoxos (feiticeiros, sodomitas, bigamos, etc.), todo candidato a ocupar qualquer cargo no Santo Ofício, assim como todo cidadão desejoso de entrar para alguma das honrosas Ordens Militares, devia previamente “habilitar-se”. Para tanto, minuciosas investigações eram realizadas, financiadas pelos candidatos, mas conduzidas sigilosamente por sacerdotes e prepostos *ad hoc* do Santo Ofício, a fim de se comprovar a “pureza de sangue” dos pais e avós dos habilitados. Investigava-se igualmente o patrimônio e a opinião pública a seu respeito, tudo realizado de maneira sistemática, como num processo, onde as testemunhas também eram identificadas fornecendo informações básicas a respeito de suas pessoas. Ao todo são mais de 15 mil processos de habilitação só dos candidatos a cargos junto ao Santo Ofício, e mais outro tanto relativo aos candidatos às famosas Ordem de Cristo, Ordem de Aviz e Ordem de São Tiago. Milhares de brasileiros e portugueses residentes no Brasil foram habilitados para tais honrarias, sendo tais processos fonte de primeiríssima ordem para o estudo das genealogias e demais características demográficas de nossas elites. Como também as esposas dos candidatos deviam passar pelo crivo da pureza de sangue, tais processos incluem informações cruciais relativamente às famílias das consortes<sup>10</sup>.

Cumpre referir, à guisa de conclusão, outra fonte crucial para o estudo das populações do passado da América Portuguesa que, embora não sendo precipuamente produzida pelo Santo Ofício, é na Torre do Tombo, nos documentos equisitoriais onde tomamos conhecimento de sua existência. Refiro-me às **Devassas e Visitas Episcopais**, previstas pelas **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)**, nos arti-

10 Ultimamente quem mais utilizou as “Habilitações” para o estudo da genealogia luso-brasileira foi Pedro Calmon, na *Introdução e notas ao catálogo genealógico das principais famílias de Frei Jaboatão*. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1985. Anita NOVINSKY, *idem*, em *A Igreja no Brasil colonial: agentes da Inquisição. Anais do Museu Paulista*, 33:17-34, 1984. Também eu preparei um trabalho sobre “Os oficiais da Inquisição na Bahia”, com base numa amostra de 120 familiares e comissários residentes em Salvador e arredores. Nas nossas anotações encontramos tão somente uma referência à Capitania do Paraná, exatamente uma habilitação para o cargo de comissário do Santo Ofício: trata-se do processo do Padre Antonio Gonçalves Pereira, da vila de Paranaguá, Bispoado de São Paulo, que em 1799 recebeu a desejada comanda (Cf. Livro das Habilitações do Santo Ofício, letra ‘A’).

gos n.º 1.056-1.061<sup>11</sup>. Até o presente, salvo erro, só foram encontrados os manuscritos das Devassas das seguintes localidades: Mariana e sua área sufragânea<sup>12</sup> e Comarca de Ilhéus<sup>13</sup>. Como alguns “crimes” denunciados nestas Devassas pertenciam ao conhecimento exclusivo do Santo Ofício, os visitantes deviam enviar um sumário dos mesmos para o Tribunal de Lisboa, a fim de que o Promotor e Conselho Geral deliberassem se era questão de mandar ou não ao Comissário e/ou Familiar do Santo Ofício mais próximo, efetuar a prisão e remessa do delinqüente. Nos **Cadernos do Promotor**, **Cadernos dos Solicitantes** e **Cadernos do Nefando**, entre outros, localizamos referência e treslado de algumas folhas destas Visitas Episcopais, informações até agora desconhecidas pela nossa historiografia. Tratando-se de material riquíssimo para o estudo de certas variáveis demográficas, notadamente do problema da mancebia ou concubinato, divulgando aqui a notícia da existência destas Devassas, nossa esperança é que outros pesquisadores consigam localizar nos arquivos curiais, ou alhures, seus livros originais. Eis portanto a lista das **Devassas Episcopais** realizadas no Brasil referidas na documentação inquisitorial:

- 1641: Visita à Freguesia de Nossa Senhora das Candeias, Sergipe do Conde, Bahia;  
Visitador: D. Pedro Silva, Bispo do Brasil. (ANTT, Caderno do Promotor n.º 29);
- 1680: Visita à Capitania de Sergipe, região do Rio São Francisco;  
Visitador: D. Estevam Brioso, Bispo de Pernambuco (ANTT, 14.º Caderno do Nefando);
- 1688: Visita à Matriz de Nossa Senhora do Desterro nos arrabaldes de Salvador;  
Visitador: Padre André Gomes Caveira (ANTT, Inq. Lisboa, Proc. 4.769);

11 Salvo erro, quem primeiro chamou a atenção dos historiadores para as Devassas Episcopais no Brasil foi José CARRATO, em *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo, Nacional, 1968.

12 MELLO E SOUZA, Laura. As devassas eclesiásticas da Arquidiocese de Mariana. *Anais do Museu Paulista*, 33:65-73, 1984.

13 MOTT, Luiz. *Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos*. Salvador, Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1982.

- 1747: Visita ao Rio de Janeiro;  
Visitador: D. Frei Antonio do Desterro; Secretário:  
Pe. Joaquim de Sena Gomes (ANTT, Livro dos Soli-  
citantantes n.º 26, fl. 391);
- 1752: Visita à Freguesia de Icó, Bispado de Pernam-  
buco;  
Visitador: Frei Manuel de Jesus Maria (ANTT, Cader-  
no dos Solicitantes n.º 1.221, fl. 165);
- 1754: Visita à Freguesia de Santa Luzia (Sergipe ou  
Pernambuco?);  
Visitador: Padre Venceslau Pinto Magalhães Fontoura  
(ANTT, Inq. Lisboa, Proc. 501);
- 1757: Visita à Capitania dos Goiazes, Freguesia de  
Santa Cruz;  
Visitador: D. Frei Antonio do Desterro; Secretário:  
Padre Manuel da Silva Martins (ANTT, Livro dos So-  
licitantes n.º 30);
- 1760: Visita à Freguesia do Rio Grande, Bispado de  
Pernambuco;  
Visitador: Padre Marcos Soares Oliveira; Secretário:  
Padre Pedro Bezerra de Brito (ANTT, Caderno do  
Promotor n.º 125);
- 1763: Visita à Freguesia de Nossa Senhora da Concei-  
ção da Amontada, Comarca do Ceará;  
Visitador: Padre Veríssimo Reis Rafael (ANTT, Ca-  
derno dos Solicitantes n.º 1.221);
- 1765: Visita à Comarca de Ilhéus, Bispado da Bahia;  
Visitador: Padre Francisco Fontes; Secretário: Pe.  
Manuel Nunes de Sousa (ANTT, Cadernos do Nefan-  
do n.º 20).

Longe de pretender a exaustão, somos quem primeiro reconhece que estas páginas e a revelação destas fontes constituem apenas uma pequena ponta do iceberg, ou melhor,

apenas um feixe de lenha na fogueira documental da Inquisição. Socializando tais informações, nosso objetivo é levar mais pesquisadores a vasculhar os arquivos secretos do Santo Ofício e resgatar a memória — seja demográfica, seja da história social, destas milhares de pessoas cuja vida foi penalizada pelos intolerantes sacerdotes detentores do açoit e fogueira, e cuja história compete-nos recuperar.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CALMON, Pedro. **Introdução e notas ao catálogo genealógico das principais famílias de Frei Jaboatão**. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1985.
2. CARDEAL DA CUNHA. **Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal**. Lisboa, Ed. Excelsior, 1971.
3. CARRATO, José. **Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais**. São Paulo, Nacional, 1968.
4. HERCULANO, Alexandre. **História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal**. Lisboa, Livros de Bolso, 1982.
5. MELLO E SOUZA, Laura. As devassas eclesiásticas da Arquidiocese de Mariana. *Anais do Museu Paulista*, 33:65-73, 1984.
6. MOREIRA, Antonio Joaquim & MENDONÇA, José Lourenço. **História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1980.
7. MOTT, Luiz. A etno-demografia-histórica e o problema das fontes documentais para o estudo da população de Sergipe na primeira metade do século XIX. *Ciência e Cultura*, 29(1):3-24. 1977.
8. ———. **Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos**. Salvador, Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1982.
9. ———. Report from Brazil. — *Cabirion — Gay Books Bulletin* (11):14, 1984.
10. NOVINSKY, Anita. A Igreja no Brasil colonial; agentes da Inquisição. *Anais do Museu Paulista*, 33:17-34, 1984.
11. ———. **A Inquisição**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
12. ———. **Inventário dos bens confiscados a cristãos novos**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1977.
13. QUIRINO, Tarcísio do Rego. **Os habitantes do Brasil no fim do século XVI**. Recife, Imprensa Universitária, 1966.
14. VARNHAGEN, F.A. Excerptos de várias listas de condenados pela Inquisição de Lisboa desde o ano de 1711 ao de 1767, compreendendo só Brasileiros ou Colonos estabelecidos no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.7, 1931.

## **O BIBLIOTECÁRIO E A DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA\***

**MARIA THEREZA B. LACERDA**

Bibliotecária da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná — Coordenadoria do Patrimônio. SECE.

**MARILENE Z. MILLARCH**

Bibliotecária da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Pelo menos três classes de profissionais se ocupam com a documentação histórica: professores de história, bibliotecários e arquivistas. Sendo esta última profissão relativamente nova, ignoramos a atuação dos arquivistas nesta área.

O Paraná conta com, aproximadamente, 500 bibliotecários, a grande maioria concentrados na Capital, em Londrina e, em menor escala, em outras cidades do Estado. Acreditamos, contudo, que nem 10% dos profissionais atuantes estejam envolvidos com documentação histórica.

Na qualidade de bibliotecários da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná e da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural (SECE — SECRETARIA DA CULTURA E DO ESPORTE) representamos um elo entre o documento e o historiador ou pesquisador. É nossa tarefa arrolar, conservar e preparar tecnicamente o acervo histórico-cultural representativo do Paraná. Porém, nossa preocupação em bem cumprir tais objetivos aumenta cada dia. No exercício da nossa profissão encontramos inúmeros obstáculos que se traduzem por doenças, males e vícios que são de amplo conhecimento dos historiadores e pesquisadores em geral: documentos permanecem em porões, sótãos e lugares infectos, sujeitos à umidade, mofo, animais daninhos,

\* Comunicação apresentada no I Encontro de Professores Universitários de História do Paraná, 30 de abril, 1.º e 2 de maio de 1984.

insetos e fungos, quando não são simplesmente queimados, vendidos como papel velho ou inutilizados; brasileiros de bom nível intelectual confundem documentário histórico com papel velho e os descartam para fazer espaço; coleções preciosas são avaramente conservadas em locais misteriosos, sem qualquer preparo técnico, longe das vistas dos interessados.

Perplexos, confusos e até mesmo cerceados no nosso esforço de levantar e preparar tecnicamente a documentação paranaense, resolvemos trazer a este ENCONTRO algumas considerações e sugestões que não serão novidade para os professores de História. Nosso intuito é pedir a ajuda dos historiadores para, num esforço conjunto, tentarmos salvar o que resta da memória paranaense. Como afirmamos acima, somos uma ínfima minoria em comparação com o número de professores de história de primeiro e segundo graus e universitários, espalhados pelo Paraná. Acreditamos que não será ainda neste século que cada município paranaense poderá contar com, pelo menos, um bibliotecário. Assim, solicitamos a atenção dos participantes deste ENCONTRO — uma maioria significativa no panorama cultural do Estado — para a nossa despretensiosa exposição.

Como é do conhecimento de todos, em Curitiba se concentra a maioria dos documentos históricos distribuídos nas entidades governamentais e particulares e em mãos de colecionadores particulares.

Além do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, são as seguintes as entidades governamentais que têm sob sua guarda coleções bibliográficas e documentação histórica:

— **DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARANAENSE da BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ.** Com um acervo de obras de paranaenses, sobre o Paraná e aqui editadas, coleção retrospectiva e atual de periódicos paranaenses, hemeroteca e arquivo fotográfico, esta Divisão da Biblioteca Pública do Paraná tem se empenhado não somente em armazenar mas também em recuperar as informações contidas nos documentos por meio de catálogos e indexações. Desenvol-

veu, nos últimos anos, um trabalho de microfilmagem em convênio com a Biblioteca Nacional com a finalidade de levantar a memória nacional. Conta com profissionais para a execução do trabalho técnico.

— CASA DE MEMÓRIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. Biblioteca e bom acervo documental de Curitiba. Conta com um bibliotecário.

— DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E MICROFILMAGEM, o antigo Arquivo Paranaense. Os recursos mais modernos foram investidos neste Departamento, um dos mais importantes do Paraná em matéria de documentação primária.

— MUSEU PARANAENSE. O seu acervo, composto de material bibliográfico e de fotografias, está parcialmente preparado. Não conta com bibliotecário.

— SETOR DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA da CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO PARANÁ. A biblioteca especializada foi transformada em biblioteca geral e transferida para local afastado da CURADORIA. Arquivo dos monumentos tombados, em fase de reformulação, com história dos monumentos. Arquivo das cidades históricas e arquivo fotográfico.

— MUSEU DA JUSTIÇA. Nunca tivemos acesso a este Museu para onde, consta, foram transferidos alguns documentos históricos.

Dentre as entidades particulares destacaríamos:

— INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE com a sua coleção de livros, periódicos, cópias de documentos primários e mais a biblioteca do professor Júlio Moreira. O preparo técnico da coleção continua em moldes antigos. A Biblioteca Júlio Moreira, que não foi incorporada à antiga coleção do Instituto, está classificada e catalogada segundo os métodos utilizados pelo seu antigo proprietário, métodos estes que nem sempre tornam o documento acessível ao pesquisador.

— TEMPLO DAS MUSAS. Contém preciosa biblioteca humanística e de periódicos do Paraná. Está sob a guarda dos descendentes de Dario Vellozo. O preparo técnico é sa-

tisfatório. Necessita-se de licença especial para se consultar o acervo.

— CENTRO DE LETRAS DO PARANÁ. Acervo razoável na área de literatura. Conta com alguns periódicos paranaenses. Sem preparo técnico.

— CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES. Conserva sua excelente biblioteca assim como uma coleção de periódicos e outros documentos. Após convênio com o Governo anterior, que iniciou reformas no prédio, todas as obras foram suspensas desde 1982. Espera-se que, com a retomada do convênio e o término da reforma, seja possível transferir para o prédio da rua 15 de Novembro a Divisão de Documentação Paranaense cujo acervo seria oportunamente incorporado ao do Círculo de Estudos Bandeirantes.

As entidades particulares acima mencionadas só atendem em horários especiais, são altamente ciosas do seu acervo — o que é louvável — e não contam com recursos suficientes para realizar o preparo técnico das suas coleções por profissionais habilitados, bibliotecários ou arquivistas.

Os colecionadores particulares se perdem no panorama disperso da documentação em Curitiba. No Museu David Carneiro existe uma documentação primária de difícil acesso\* e quase desconhecida dos pesquisadores. Em contrapartida, para informações relativas aos alemães no Paraná, conta-se com a boa vontade, interesse e profundo conhecimento do senhor Helmuth Abeck, que dedica quase todo o seu tempo ao levantamento e organização de uma biblioteca e arquivado. Ele já indexou mais de mil livros e arquiva também recortes de jornais e outros documentos. Conta-se, ainda, com Newton Carneiro, bibliófilo e colecionador e, eventualmente, com o advogado Cleon Faria da Costa, proprietário de um pequeno acervo de documentação primária.

Resumindo: as dificuldades para se realizar um levantamento documental e/ou bibliográfico são, entre outras:

\* Nota do editor: A autora menciona a dificuldade de acesso por estarem estes documentos sob a guarda de seu proprietário, ficando a seu critério a decisão de cedê-los a terceiros para fins de consulta.

Dispersão de acervos, irregularidades de horários de atendimento, falta de organização técnica e, até mesmo, franca oposição à consulta das coleções.

No interior do Paraná, o realismo fantástico marca a estória do caos documental, com capítulos que vão do pitoresco ao absurdo. Todos aqueles que já se aventuraram neste terreno poderão nos fazer narrativas curiosas e até mesmo anedóticas.

Os Boletins publicados pelo Departamento de História na década de 60-70, contendo o levantamento de muitos arquivos da Capital e de cidades do interior, têm se revelado muito importantes para a busca de documentos primários e de informações históricas. Temos notícia de que este elogiável trabalho continua, permanecendo ainda em fichas, na própria Universidade. Considerando que este levantamento foi iniciado por volta de 1968, ficamos surpreendidos como, em tão pouco tempo, muitos arquivos se perderam ou se dispersaram, como é o caso de algumas Atas da Sessão da Câmara, de Paranaguá, ou do livro mais antigo existente no Forum da Lapa que foi transferido para o Museu da Justiça, em Curitiba — para citar apenas dois exemplos. Pelo menos até onde pudemos averiguar, apenas as Paróquias conservam a sua documentação em ordem e em bom estado, assim como alguns Cartórios.

Todos estes fatos são do conhecimento dos professores universitários de História, mas não de grande número de professores secundários de História, espalhados pelo Estado.

Chegamos, então, ao objetivo final desta exposição: SOLICITAR O ENVOLVIMENTO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA DE CADA CIDADE DO PARANÁ COM O OBJETIVO DE ESTIMULAR O AMOR DA COMUNIDADE PELA SUA VIDA, EXPRESSA NOS DOCUMENTOS.

Acreditamos que esta atuação dos professores se possa efetivar de uma maneira simples e praticamente sem ônus financeiro. Cada cidade do Paraná precisaria ter os seus documentos apenas espanados, separados, colocados em pastas, rotulados, protegidos por fungicidas e inseticidas e guar-

**dados em armários fechados a chave, devidamente divulgados e sob a custódia de funcionários responsáveis.**

Infelizmente não podemos sonhar com projetos caros que se traduzem por microfilmagem e automação, como seria de desejar. Se estamos voltando ao antigo arado, ao paralelepípedo e ao poste de madeira, poderemos, na nossa área, agir também realisticamente e de acordo com os meios disponíveis.

Talvez este trabalho pudesse ser executado por alunos de história, orientados pelos professores, como motivação para as tarefas escolares do segundo grau. No entanto, será indispensável prepará-los para a tarefa de preservação. Alguns recursos baratos e de bom efeito poderiam ser:

1.º) realização em todas as sedes de município de um pequeno curso sobre patrimônio histórico, sua conservação;

2.º) exposição que facilite a esses professores atuar junto às autoridades e à população (itinerante, evidentemente);

3.º) publicação de um manual de preservação capaz de resolver as dúvidas e orientar nas situações generalizáveis e até casos particulares mais importantes.

A ação dos professores poderia se traduzir da seguinte forma:

— Campanha junto à população com a finalidade de localizar colecionadores particulares.

— Obtenção, junto a estes eventuais colecionadores, da listagem dos documentos de sua propriedade.

— Ação junto às Prefeituras e Câmaras Municipais a fim de obter apoio para o prosseguimento da campanha.

— Auxílio e orientação às autoridades na escolha de local (que poderia ser a própria Prefeitura ou Casa de Cultura, quando existir) onde guardar os documentos resgatados e na forma de armazená-los.

— Cuidar para que estes documentos sejam preservados, ao menos fisicamente em boas condições de conservação, no aguardo de possibilidades futuras de organização mais satisfatória.

— Fazer listagem dos documentos localizados.

— Impedir qualquer tentativa de restauração dos documentos (que poderia acarretar até a sua destruição) por elementos despreparados, por exemplo, evitar colagens com fitas adesivas.

— A partir dos Boletins já editados pela Universidade Federal do Paraná, confrontar os documentos levantados com os existentes atualmente em cada cidade que foi objeto deste estudo. Tentar localizar os documentos que não mais se encontram nas instituições citadas nos Boletins.

— Na medida do possível, coletar depoimentos orais entrevistando os mais antigos moradores com orientação de especialistas em História Oral.

Estas são sugestões, naturalmente sujeitas a apreciação, modificações, adendos e ampliações por parte dos professores que se dispusessem a colaborar.

Muitas pessoas ligadas à área do Patrimônio e da História vêm tentando solucionar tais problemas. Em 1981, realizou-se uma CPI do Patrimônio que, no setor de História e Documentação, contou com os depoimentos de José Honório Rodrigues, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Astrea de Moraes e Castro e da Diretora do Centro de Conservação e Restauração dos Bens Culturais de Belo Horizonte, Beatriz Ramos de Vasconcelos Coelho. A documentação histórica foi amplamente debatida durante esta CPI criada para investigar a situação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e avaliar a política do Governo Federal para a sua defesa e conservação. Todos os depoentes são unânimes em reconhecer o estado caótico da documentação histórica no Brasil. Ignoramos se as sugestões e recomendações apresentadas no final da CPI foram postas em prática.

Por outro lado, sucessivos encontros de profissionais da área do Patrimônio Histórico determinaram que o trabalho mais urgente a ser realizado é o da conscientização da comunidade para que ela mesma determine quais os bens que merecem ser preservados, constituindo-se em guardiãs naturais do patrimônio da comunidade. No Paraná, criamos a cartilha do Chico Memória que fará parte da Campanha de Preservação do Patrimônio. Esta cartilha deverá ser lançada nas

escolas de primeiro grau precedida de um áudio-visual e seguida de concursos e outros meios que possam despertar as crianças para o problema\*. Infelizmente a ação da Curadoria do Patrimônio Cultural e Artístico do Paraná será lenta por falta de pessoal e de recursos, e deve se iniciar proxima-mente nos municípios do litoral onde já se está realizando o Inventário de Proteção do Acervo Cultural (bens imóveis e móveis).

Cientes de que a tarefa de levantamento, preservação, preparo técnico e disseminação das informações contidas nos documentos é grande demais para ser executada por bibliotecários, arquivistas e pessoal do Patrimônio, trazemos aqui a nossa modesta contribuição para o que problema seja pensado em conjunto na expectativa de um eventual engajamento dos profissionais de História.

Temos apenas uma certeza: precisamos envidar todos os esforços para salvar a memória documental paranaense, tendo sempre em vista que o ontem é a memória do hoje, e a do hoje será a memória do amanhã.

\* Nota do editor: A referida cartilha já foi editada e divulgada nas escolas de primeiro grau pela Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, no 2.º semestre de 1984.

ROMANO, Roberto. **Corpo e cristal: Marx e o romantismo**. In: **Corpo e cristal: Marx romântico**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1985.

INÊS LACERDA ARAÚJO

Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da  
Universidade Federal do Paraná.

Intitula e encabeça a coletânea de escritos de Roberto Romano\* o trabalho **Corpo e Cristal: Marx e o Romantismo**. Explica-nos o autor no prefácio que nele pretendeu chamar a atenção para a aproximação de Marx com o pensamento orgânico do romantismo do século passado. Esclarece que os demais artigos sobre filosofia, religião e universidade foram publicados anteriormente. Limitamo-nos à resenha do texto acima. Salvo alterações técnicas de revisão, este artigo já aparecera nas páginas desta revista, sob a forma de uma indagação: **Corpo e Cristal: Marx Romântico?** (Cf. **História: Questões e Debates**, Curitiba, junho de 1983, n.º 6). O autor observou em nota de pé-de-página que esse texto reúne provisoriamente “notas, para posterior trabalho, mais desenvolvido”. Na publicação de 1985, entretanto, Romano aboliu o ponto de interrogação, dando-nos a entender que seu trabalho não seria mais um ensaio, forma sob a qual apareceu em 1983. No restante o texto não sofreu nenhuma modificação quando de sua republicação.

Das páginas de Romano surge um Marx enraizado na episteme romântica do século passado. O organicismo desta episteme fornece, segundo o autor, “uma chave de leitura preciosa de Marx”. O romantismo e a análise marxista teriam pontos de coincidência bem como de diferença no modo pelo qual ambos entendem e criticam o capitalismo.

\* ROMANO, Roberto. **Corpo e Cristal: Marx Romântico**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1985.

Primeiramente o autor ressalta a concepção hegeliana do Estado como organismo, onde a meta da igualdade impossibilita o exercício da liberdade. Contra a liberdade mecânica, natural, propõe a liberdade orgânica, só possível num Estado constituído onde brotam a consciência civil e política. Essa visão encontra paralelo na visão romântica que critica o imediatismo burguês proposto pelas Luzes, através da idéia de finalidade, ausente, por exemplo, no mecanismo newtoniano. O Iluminismo caiu nas malhas da cisão entre visível e invisível: lutando pelo visível ignorou a totalidade, enredando-se no mecanismo. Por aí Romano envereda em Marx, num Marx não reduzido à dialética materialista, e sim banhado no organicismo hegeliano.

Sustenta que Marx não tem sobre o capitalismo uma visão exclusivamente utilitarista, senão que ela vem matizada pelo romantismo. O corpo, a visão, fazem parte do pensamento orgânico enquanto postura crítica ao mecanismo; o homem alienado é presa da engrenagem mecânica, dividido pelo trabalho que o transforma em peça de um maquinário; não passa de uma força medida, nunca atingindo um fim. O organismo em Hegel prevê o indivíduo como parte de um todo, ao passo que Marx vê no individual o particular que não mais reflete o todo: a manufatura fabril divide, classifica, especializa, enfim, aliena. Ao mesmo tempo essa separação o converte em órgão eficiente porque conectado com o mecanismo total. De membro de um organismo a peça de uma máquina — esta análise assemelha-se aos saberes do século XIX, à crítica romântica do apagamento do individual na máquina social. “O romantismo em Marx opera como um instrumento ótico para melhor perceber os desgastes que a máquina, a serviço do capital, opera no ser humano, a ponto de transformar sua essência biológica, mesmo de reprodução vital, em triste atividade mecânica, força de trabalho” (p. 60). Desta forma Romano procura reforçar seu juízo de que a crítica marxista tem base orgânica, romântica. Daí a atualidade do romantismo ao sugerir que a sociedade capitalista não é um cristal a refletir os mecanismos de uma engrenagem; porém reduzi-la a um corpo com órgãos fun-

cionando harmonicamente não convém como crítica final, última palavra, pois a própria vida foi convertida em espelho. O olho que vê não passa de reflexo no espelho, duro cristal. Trata-se de uma leitura de Marx que abre caminho para discussões, trabalho que percorre as trilhas da crítica do pensamento sobre o pensamento, como todo bom trabalho filosófico.

**LADURIE, Emmanuel Le Roy. Montaillou, village occitan; de 1294 à 1324.** Paris, Gallimard, 1975. 642 p. (tradução: **Montaillou; cátaros e católicos numa aldeia francesa; 1294-1324.** Porto, Edições 70, 1985).

**ANA MARIA DE OLIVEIRA BURMESTER**  
Professor Adjunto do Departamento de História  
da Universidade Federal do Paraná.

**FRANCISCO MORAES PAZ**  
Professor Assistente do Departamento de Ciências  
Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

Eu sabia, pelo senso comum, que as fronteiras malthusianas, nas quais a expansão tropeçava, não eram apenas materiais; eu pressentia o formidável obstáculo das mentalidades; eu adivinhava invisíveis fronteiras espirituais, as mais pesadas de todas: pouco a pouco aprendi a discerni-las pela crônica das revoltas sem esperança, e pela história sangrenta das religiões rústicas.

Pela margem, e no quadro limitado de um grupo humano, eu arrisquei a aventura de uma história total.

(LADURIE, *Les paysans du Languedoc*, 1966).

## 1. INTRODUÇÃO

Finalmente, temos a tradução de **Montaillou, village occitan** — de 1294 a 1325, trabalho de Emmanuel Le Roy Ladurie, publicado na França em 1975, que rapidamente transformou-se em **best-seller**. Suas pesquisas se situam num conjunto de monografias “regionais” de historiadores franceses. Assim como Georges Duby se especializou sobre o norte da França, Ladurie se especializou sobre o sul, particularmente sobre a região da Occitânia, abordando as estruturas mentais de seus habitantes.

Perseguindo o método “histórico-etnográfico”, Ladurie recompôs estas estruturas a partir das bases materiais de um dado grupo social. Longe das simplificações ou determinações infra-estruturais, seu trabalho, mais que uma seca investigação acadêmica, desvenda a riqueza do mundo feudal, de um tempo em que os limites entre o sagrado e o profano eram tênues.

Neste estudo, Ladurie privilegia uma aldeia da região dos Pirineus, que vive da criação de gado, herética e submetida ao Santo Ofício. “Eis pois Montailhou, em si e para si, ao compasso das investigações de Jacques Fournier; eu apenas as reagrupei, reorganizei, no espírito de monografia de aldeia” (p. 22)\*.

## 2. A OBRA: MONTAILLOU

Montailhou... aldeia da Occitânia, palco de disputas políticas e religiosas, foco de heresia onde os domicílios se dividem entre crentes (cátaros) e não-crentes (católicos).

As vagas inquisitoriais que se abatem sobre a aldeia, em 1298-1300, e em 1308-1309, forneceram a matéria-prima que permitiu a Ladurie elaborar esta monografia. As fontes são, pois, os depoimentos dos habitantes de Montailhou perante o inquisidor. Destes depoimentos ressaltam, além das questões religiosas, as questões de cotidiano desta população. Uma história do cotidiano? Sim, mas personagens e personalidades são realçados...

Entre eles, destaca-se, primeiramente, Jacques Fournier — bispo de Pamiers, mais tarde papa em Avinhão — sujeito inacessível à súplica bem como ao dinheiro. Hábil inquisidor, maníaco do detalhe, assiste pessoalmente às sessões de seu tribunal. Recorre raramente à tortura, pois já desenvolveu uma capacidade especial de fazer aparecer a verdade e distinguir, em alguns minutos, um herético de um católico “correto”. Personalista, recusa delegar responsabilidades, o que garante a “qualidade” dos documentos.

\* As páginas anotadas correspondem à edição francesa, da qual foram feitas traduções livres para este artigo.

Pierre Clergue, membro da família mais importante da aldeia, é o cura de Montaillou. Proprietários da casa mais espaçosa, os Clergue dominam mesmo demograficamente. Família herética, é a mediadora entre a sociedade local e a sociedade englobante. Pierre Clergue é o grande conquistador, Don Juan local que, ao envelhecer, adquire o hábito detestável de apregoar sua influência junto à Inquisição às suas conquistas: “Faltam palavras para descrever a ubiquidade perversa deste personagem, ao mesmo tempo cátar, delator e libertino...” (p. 222).

Béatrice de Planissoles, viúva do castelão de Montaillou, é descendente da pequena-nobreza rural. Adepta da heresia, Béatrice não hesita em manter relações de amizade com pessoas de situação social inferior, assim como em ser amante de párocos da região, entre os quais Pierre Clergue. “Pron-ta a todas as temeridades, apesar de sua reserva natural, Béatrice se situa na linha das amantes mais audaciosas da literatura de Oc...” (p. 236).

Pierre Maury, pastor, representa a mobilidade descendente de um segmento da população de Montaillou. Seu estilo de vida é livre, pois vive a transportar os rebanhos para a região da Catalunha (Espanha); ele exemplifica, no seu viver, a comunidade pastoril. Herético, aproveita seus deslocamentos periódicos para se manter em contato com outros heréticos, refugiados na Espanha. Maury tem poucos bens, mas a perda destes não é sentida como uma catástrofe: ele pode recuperá-los. Por isto, sorri... “Pierre Maury é um pastor feliz. Graças a ele, compulsando velhos textos de Jacques Fournier, reencontrei no meio popular a imagem frágil de uma certa felicidade do Antigo Regime”. (p. 196).

Estes três personagens, Pierre Clergue, Béatrice de Planissoles e Pierre Maury, representam a metáfora da sociedade de ordens, personagens de uma micro-sociedade de pouco dinheiro, prestígio e poder, comprimida entre as disputas e os poderes do Estado e da Igreja. Daí a conclusão de que existem “quatro grandes diabos que governam o mundo: o senhor papa, o diabo maior; dou-lhe o nome de Satã; o senhor rei de França é o segundo diabo; o bispo de Pamiers, o

terceiro; e o senhor inquisidor de Carcassone, o quarto" (p. 37).

A realização destes poderes em Montaillou é mais complexa do que permite antever a citação acima, pois eles são mediatizados pelo jogo de interesses e rivalidades que opõem, uns contra os outros, os clãs locais. Além da riqueza (pouca...), do prestígio, o fator religioso desempenha um papel importante, pois o catarismo se propaga e se conserva através dos domicílios (**domus**), opondo grupos entre si.

O desenrolar da trama é dividido, pelo autor, em duas partes. A primeira, "Ecologia de Montaillou: a casa e o pastor", se refere às estruturas materiais. A comunidade aldeã é dissecada através do seu viver material: demografia, meio físico, habitação, patrimônio e bens, transumâncias, etnografia. Pela reconstrução, percebe-se uma comunidade camponesa, "antes pobre, onde as pessoas possuíam geralmente pouco dinheiro, pouco prestígio, pouco poder..." (p. 37).

Patrimônio e bens são escassos nesta comunidade. O pouco poder é obtido através de alianças que aproximam os **domus** entre si. O regime de propriedade é bastante livre, apesar (ou por causa) do regime feudal.

No **domus** coexistem as gerações, organizadas numa hierarquia de sexo e idade. Os mortos fazem parte desta célula: a garantia de sua presença são os restos conservados, como pedaços de unhas ou mechas de cabelos. Materialmente ele apresenta como a peça mais importante a cozinha (foganha), onde se conservava o fogo. Os móveis são poucos, apenas mesa e alguns bancos. Os quartos são localizados no primeiro pavimento, onde se espalham vários leitos. Parte da casa é reservada aos animais.

O **domus** pode sair empobrecido pelo casamento das filhas. O costume do dote representa um perigo de empobrecimento domiciliar. Assim, o cura chega a defender o incesto, como meio de evitar a partilha dos bens pelo casamento. Entretanto o dote não é incorporado definitivamente pelo novo domicílio — desfeito o casamento, por morte ou separação, ele volta com a noiva ao seu domicílio de origem. Situações irônicas: ao pai não interessa o casamento das filhas; ao sogro, a separação dos filhos.

Sinais exteriores de riqueza se expressam por índices diversos: posse de dinheiro, de terras, de carneiros, assim como pela presença de bois, ou mulas, no estábulo.

A população de Montaillou compreende, além dos agricultores sedentários, outro tipo de pessoas: os lenhadores, não tocados pela heresia e, portanto, sem interesse maior para a Inquisição, e os pastores. Estes são relativamente numerosos, dedicados à atividade itinerante do transporte de carneiros. A verdadeira célula da sociedade dos pastores é a **cabana**, onde se fabrica o queijo. Representa, para o pastor, o mesmo que o **domus** para o habitante de Montaillou, apesar da ausência feminina. As relações patrão-empregado, no caso do pastor assalariado, são bastante descontraídas, devido às relações quase pessoais entre os dois. O conceito de riqueza para os pastores é bastante relativo — a pobreza deste segmento leva-os a considerá-la como a rede de amizades feita à semelhança das relações familiares.

Na segunda parte, “Arqueologia de Montaillou: do gesto ao mito”, Ladurie desenvolve o estudo da cultura e da sociabilidade campesinas, populares, tomando a “cultura” no sentido antropológico da palavra. A longa duração dos comportamentos é percebida. Alguns dos gestos chegaram até nossa época. O choro e a alegria... os sentimentos são manifestados e tudo indica que esta civilização tem as lágrimas fáceis... Chora-se de tristeza, chora-se de alegria.

Os gestos de polidez, como levantar-se para saudar um amigo que chega, o aperto de mão, são constantes. Também os gestos de higiene aparecem: se, em Montaillou, não se faz a barba, não se lava muito freqüentemente, em compensação é de bom-tom tirar os piolhos, um do outro... Geralmente, são as mulheres encarregadas deste ato.

Subjacente aos gestos, às lágrimas, aos sorrisos, às posturas irônicas ou obscenas, está a emoção. A vida em Montaillou oferece todas as variações emocionais, desde a amizade ao casamento, ou ainda ao concubinato. Existe, na aldeia, uma relativa liberdade de costume — vários casais não casados, casos de concubinato aberto, além de ligações passageiras, o que não impede que as mulheres em questão “encontrem” um marido, mais tarde.

Parte deste liberalismo pode ser explicado pela heresia, “já que tudo é proibido, tudo é permitido”. A consequência maior desta liberdade é o grande número de bastardos, o que não impede que a comunidade considere como pecados gravíssimos o incesto, o defloramento e o adultério.

O casamento, apesar disto, continua a base da sociedade — as pessoas se casam sobretudo no interesse de seu *ostal* (*domus*, domicílio). Casamento sobretudo endogâmico — endogamia de classe, mas também de crença, de fé. Apesar desta endogamia, às vezes acontece casamento por amor... para os homens. Para as mulheres, um casamento precoce e o conselho: “seja bela e cala-te”.

Neste mundo essencialmente masculino, algumas mulheres, poucas, conseguem, com a idade, chegar à posição de chefe de família, tornando possível um certo matriarcado. Mesmo para os “perfeitos” (líderes heréticos) a mulher ocupa uma posição inferior, pois ela não tem alma que possa entrar no paraíso, logo deveria reencarnar num homem.

Os casamentos em Montaillou originam, ao que tudo indica, uma prole numerosa, explicada, em parte, pelo casamento precoce da mulher. A comunidade acredita na metempsicose, a alma, saindo do corpo que faleceu, entra imediatamente em um outro corpo, que pode ser um feto. Esta crença leva a heresia a pregar a não-procriação, pois sem novos corpos que dessem abrigo às almas, elas acabariam por se reunir no paraíso.

Os sentimentos relativos à infância parecem ser de “amor”. Ladurie se opõe às teses de P. Ariès e F. Lebrun.

Na falta de escola, como se transmitia a cultura na família? As refeições, na mesa familiar, o pai transmite aos filhos o seu mundo... A socialização da comunidade se faz oralmente. Preconceitos cercam o livro, as pessoas lêem escondidas, pois podiam se tornar suspeitas de heresia; mas mesmo assim, os livros são preciosos. O camponês, apesar de analfabeto, respeita o que está escrito. A missa é o local privilegiado de socialização, pois, como ponto de encontro, é importante para a propagação de “idéias subversivas”. Não foi sempre contra a missa, mas através da missa que a heresia foi difundida.

Como analisar esta sociabilidade aldeã, à luz de problemáticas mais gerais? Ladurie considera que a problemática de Tönnies (*Gemeinschaft* / *Gesellschaft*) não é totalmente pertinente, pois a oposição comunidade / sociedade não está centralizada sobre uma série cronológica e linear, ela possui uma contradição viva, dotada de certa permanência.

Quanto à problemática marxista de luta de classes, no tempo de feudalismo, Ladurie a considera eventualmente pertinente, mas os conflitos que opõem dominados aos dominantes são mediatizados pelas lutas de clãs. Estas lutas não propõem uma saída revolucionária, pois não se trata de mudar, mas de conseguir assenhorear-se do poder.

Mas, afinal, é no quadro da historiografia regional que se podem melhor compreender os problemas políticos da sociedade em Montaillou... Haveria um partido senhorial, com seus representantes locais (os Clergue), e o partido consular (os Azèma) pró-real, pró-França... Análises monográficas permitem discernir este fenômeno, ínfimo quanto à escala, capital quanto às estruturas da sociedade...

A morte, por sua vez, provoca um fortalecimento de convicções religiosas fanáticas e contraditórias: "Sancta Maria, Sancta Maria, vejo o diabo..." (p. 333), exclama uma velha camponesa cátara, enfraquecida pelo jejum ritual herético, ao ver o padre católico que lhe levava o Santo Sacramento.

Tempo e espaço, enquanto "ferramentas mentais", são conceitos presentes, ainda que de forma difusa, nesta comunidade. A noção de tempo é vaga, ele é medido pelo movimento das pessoas — o tempo de uma légua de percurso. Sua divisão é por motivos alimentares (desjejum, ceia, ...) ou então por outros acontecimentos diários (ao primeiro cantar do galo ... quando o galo cantara três vezes ...). E o cura, proprietário de um calendário, é o guardião do tempo...

Em relação ao passado, a forma é também vaga: aconteceu há uns 20 ou 25 anos. O tempo rural é sempre flutuante... Isto não significa uma sociedade sem história (sem história por si) ... Com efeito, as sociedades de vila vivem

uma história, mas elas não a pensam em sua consciência clara.

Quanto ao espaço, o corpo e o **domus**, que dominam a filosofia de Montaillou, são a medida do mundo... “O paraíso, para que vocês tenham uma idéia, é como um vasto **domus**, que se estenderia do desfiladeiro de Mérens até a cidade de Toulouse...” (p. 432) — noção perfeita e fechada do cosmo aristotélico. Geograficamente, a percepção fundamental continua sendo a da região, do território. Os camponeses não têm obsessões da terra familiar e parcelada, seu modo de produção é mais doméstico do que parcelário.

Sobre o sentimento da natureza e do destino, Ladurie afasta de início a possibilidade de uma apreensão estética. Os camponeses têm o sentido da beleza, é claro, mas associado aos desejos, prazeres que derivam dos sentidos ou da afeição. Assim, eles falam de uma bela moça, como falam de um belo patê de peixe...

Em relação a esta natureza englobante, existe um certo sentimento de participação, matizado de antropocentrismo. O homem e seu **domus** são um microcosmo, mas fazem parte de um macrocosmo, que inclui até as estrelas.

São fatalistas — lembrando o senso do “destino” —, um fatalismo que se alimenta de um animismo quase naturalista. Deus, macrocosmo e natureza governam o homem e seu **ostal**, que se situam no centro de todo o sistema. Estrelas, lua, espíritos do ar programam os destinos domiciliares ou individuais, sobre os quais dão indicações o comportamento de alguns animais, como a coruja.

Não há confusão primária, muitas vezes atribuída aos camponeses, entre religião e magia. Uma linha de demarcação separa o que é divino do que é mágico, se bem que esta linha seja, às vezes, bastante fluida... “Um padre, mais facilmente que um leigo, enfeitiça uma mulher que fica apaixonada por ele” (p. 467).

A preocupação maior é a salvação da alma, o que pressupõe a absolvição dos pecados. No centro das operações que tornam possível a salvação, se inscreve a figura do Cristo Redentor — é a religião cústica de um Deus sofredor...

As orações conhecidas, não por toda comunidade, são o Credo e o Pai Nosso. O hábito da comunhão também existe, ao menos uma vez por ano, na Páscoa. Mesmo um “perfeito” diz que “comer um bolinho nunca fez mal a ninguém...” (p. 482).

Virgem Maria é um personagem muito popular. Mesmo os heréticos locais, com todo seu antifeminismo, não chegam a desprezar completamente a figura de Maria. Santo Antônio é outra devoção local.

Quanto à prática dos sacramentos, observa que o batismo permanece como uma cerimônia quase unânime. A confissão é praticada mais raramente. Estão ausentes os sacramentos da confirmação e da extrema-unção. Finalmente, a noção de milenarismo está ausente... “o mundo não tem começo nem fim...”

A moral local está bem longe daquela que será, mais tarde, consagrada pelas Reformas, protestante e católica, puritana e jansenista, todas intolerantes ao sexo e interessadas em pôr o homem a trabalhar. “O *domus* neste mundo e o paraíso no outro, tal seria, simplificado, o ideal de Montaigne. Este ideal constitui, no respeito de um naturalismo antropocêntrico, uma espécie de humanismo ao quadrado...” (p. 623).

### 3. CONCLUSÕES

Apesar, ou por causa de ser um estudo monográfico, Montaigne colocou Ladurie na pista de reflexões que o levam a considerar o modelo proposto por Marshall Sahlins, o de “modo de produção doméstico”. Este, conforme Marx, constitui-se em um sistema de economia “onde a totalidade econômica está contida em cada casa individual que forma, por si mesma, um centro autônomo de produção” (p. 615).

Também são consideradas as teses de Karl Polanyi — o *domus* constitui, antes de tudo, um formidável reservatório de poder e de contra-poder, podendo mesmo se opor, às vezes vitoriosamente, aos poderes exteriores e englobantes, quando estes se tornam opressivos e desagradáveis, em virtude de uma exceção, que se torna dominante em todo o

período que o autor analisa. Esta exceção deriva das pretensões de uma Igreja e do imperialismo da Inquisição, que se deseja totalitária.

Economicamente, o **domus** está engajado em relações mais “naturais” que monetárias, relações que implicam em atos de reciprocidade e de simetria. O **domus** apresenta tendência nítida à autarquia e à economia de subsistência; a atomização domiciliar das atividades produtivas reforça o espírito do domicílio, da casa. Enfim, o **domus** mantém contatos intermitentes, mas reais com o mercado. Tais contatos são deturpados por considerações não monetárias, principalmente, no caso, a fé.

Neste caso, Montaillou representa bem mais a aplicação do modelo que propôs Chayanov — **Teoria da economia camponesa** — no qual cada **homo oeconomicus** é o organizador de uma unidade econômica familiar, os assalariados têm um papel fraco ou intermitente, e a economia global é formada pelas interrelações destas unidades familiares.

Ainda, não é desprezada a produção de excedentes para o mercado, mas a orientação é dada para a subsistência da família, muito mais que para a criação de excedentes acumulados. Procura-se a produção de valores de uso e não tanto a acumulação de moeda, ou a reprodução ampliada do capital agrícola. As pessoas não são exatamente preguiçosas, mas as incitações ao trabalho são relativamente moderadas, pois não se é aguilhoado pelas delícias da acumulação sempre crescente do capital. A intensidade do trabalho no sistema de propriedade através de sua evolução interna, e a campo-de-trabalho relativo da unidade de produção. No **domus**, quanto mais pessoas existirem em condições de trabalho, menos se trabalha individualmente.

A estrutura social baseada no **domus** é essencialmente anárquica. O campesinato aí faz verdadeiramente pensar no “saco de batatas” de que fala Marx, no **18 Brumário**...

Esta comunidade, ao mesmo tempo forte individualmente, mas globalmente frágil, necessita de chefes... A figura de Pierre Clergue representa bem esta circunstância: os habitantes de Montaillou recompensam o cura por sua proteção, garantindo-lhe o acesso às mulheres.

Ladurie, através dos documentos de Jacques Fournier, rompe a crosta superficial das relações senhoriais e feudais, expondo o viver, o pensar e o sentir de uma sociedade pastoril. Sociedade na qual os homens detêm a posse dos contraceptivos, de modo a garantir a fidelidade das amantes; onde a simples dúvida sobre o falecimento do cônjuge é o suficiente para possibilitar novas ligações; onde o homossexualismo é tido como um fato urbano e próprio das camadas mais letradas.

As relações servis são menos presentes (ou sentidas...), dando espaço ao sentimento de unidade em torno do **ostal**. A distinção entre família e domicílio não está presente na mentalidade dos personagens desta aldeia — descendentes consanguíneos, parentes colaterais, agregados e animais igualmente integram o **domus**; família e casa são a mesma coisa.

Os poderes externos, da Igreja ou do Estado, esbarram numa verdadeira “lei de silêncio”, que protege o **domus** e o transforma numa espécie de conservatório de heresias. Se o poder externo é presente, o silêncio ostensivo dos habitantes de Montaillou igualmente o é. Mais que um foco de resistência, o **domus** é a própria identidade de seus moradores.

Distantes do papa, do bispo e dos frades pregadores, e próximos, tão somente, dos padres da terra — cujos “desvios” eram conhecidos — os pastores discutem teologia: Deus e Satanás sempre coexistiram, ou Aquele criou este que, por sua vez, foi o criador do mal? Estas questões estão presentes numa comunidade que tem os olhos voltados para o céu e os pés na terra: “o sagrado é aqui a expressão disfarçada do social” (p. 539). O catarismo, para seus seguidores, se apresenta como uma variante do Cristianismo e não como uma religião não-cristã. O peso dos dízimos e das indulgências reforça a busca de um purismo. A esperança da salvação consola a pobreza da vida terrena.

Enfim, temos aqui, desvendado pelos interrogatórios de Jacques Fournier, o cotidiano de uma aldeia medieval, em toda sua singularidade e nas suas aparentes contradições. O trabalho monográfico de Emmanuel Le Roy Ladurie é, indis-

cutivamente, um exaustivo trabalho de resgate deste cotidiano, das mentalidades dos habitantes de Montaillou. Mais do que uma ilustração às grandes teses, ele nos permite comprová-las ou questioná-las.

Pensar, agora, na sociedade de ordens é também pensar nesta aldeia, pois "Montaillou é o acontecimental dos pequenos, o tremular da vida, restituída por um texto exemplar e repressivo que constitui, em língua latina, um dos monumentos da literatura da Occitânia. Montaillou é o amor de Pierre e de Béatrice, e é a tropa de Pierre Maury. Montaillou é o calor carnal do ostal, e a promessa cíclica de um além camponês. Um dentro do outro, um compreendendo o outro" (p. 625).

### **FOUCAULT EM DEBATE**

A Associação Paranaense de História promoveu no Museu da Imagem e do Som, no mês de agosto, uma conferência com a professora Salma Tannus, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com o seguinte tema: “Práticas e Instituições disciplinares no século XIX”.

### **I SEMANA DE HISTÓRIA E LITERATURA**

A Associação Paranaense de História juntamente com a Biblioteca Pública do Paraná e Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte promoveram, de 10 a 13 de setembro, no auditório da Biblioteca Pública, a I Semana de História e Literatura.

A programação consistiu de:

#### **Conferências:**

“Concepção dantesca do diabo” — Professor Hilário Franco Jr., da Universidade Estadual de São Paulo.

“O Pensar Literário” — Professor Renato Janine Ribeiro, da Universidade de São Paulo.

“História e Literatura — a construção da identidade social” — Professora Maria Stella Bresciani, da Universidade Estadual de Campinas.

#### **Mesa-redonda:**

“História e Literatura” — Professora Maria Ignês Mancini de Boni, da Universidade Federal do Paraná; Professor Antônio Simão Neto, da Universidade Estadual de Maringá; e o escritor Paulo Leminski.

Participaram do evento cerca de 60 pessoas para as quais a Biblioteca Pública forneceu certificados de frequência.

### **AUXÍLIO FINANCEIRO A HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES**

Com o apoio do CNPq, FINEP e agora do CONCITEC — Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Estado do Planejamento do Paraná — a APAH consolida suas publicações, garantindo a periodicidade da revista **História: Questões e Debates**.

### **INDICAÇÃO DE TEMAS PARA OS PRÓXIMOS NÚMEROS**

O Conselho editorial dessa revista tem recomendado a definição de unidades temáticas, principalmente na seção Artigos, com o objetivo de suscitar o debate interdisciplinar em torno de uma dada questão. Para o número 12 prevê-se o tema: “História e Indústria”.

Solicitamos aos interessados que enviem suas contribuições sob a forma de artigos, resenhas, notas de leitura, projetos de pesquisa e outros ao Conselho editorial.

**Marionilde Dias Brepohl de Magalhães  
Francisco Moraes Paz**

Composto e impresso na:  
**GRAFICA VICENTINA LTDA.**  
Al. Cabral, 846 - Fone: 222-1057  
Curitiba - Paraná



**História: Questões & Debates** é uma revista preocupada com a História como conhecimento, com a História como pesquisa, com a História como instrumento de Educação; preocupada com as relações da História e as demais ciências humanas em particular, e com o valor que a sociedade lhe atribui.

Desta forma, a Revista está aberta não apenas aos associados da APAH e historiadores, mas também aos demais cientistas sociais, aos professores de Ensino Médio, aos que trabalham com a Educação e aos estudantes universitários.

Toda colaboração deverá:

- 1.º — ser inédita;
- 2.º — ser redigida preferencialmente em língua portuguesa; trabalhos em outros idiomas deverão obrigatoriamente incluir resumo em português;
- 3.º — trazer título que corresponde, de modo claro e preciso, à idéia geral do trabalho;
- 4.º — apresentar, em folha à parte devidamente numerada, um resumo de no máximo 250 palavras;
- 5.º — trazer, quando elaborada sob orientação, o nome do Professor orientador;
- 6.º — ser apresentada em três (3) vias datilografadas numa face em papel tamanho ofício, com margem de três (3) centímetros, espaço duplo e numeração no canto superior direito;
- 7.º — apresentar, em folhas à parte devidamente numeradas, as notas de rodapés e as referências bibliográficas. Estas últimas deverão estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 8.º — trazer os gráficos e/ou ilustrações uma em cada folha, à parte, devidamente numeradas com o título claro, assinalando no texto o local em que deverão ser intercaladas.

Os originais deverão ser encaminhados à redação juntamente com carta anexa, autorizando sua publicação. A revisão das provas durante a impressão poderá ser feita pelo autor desde que assim o deseje. O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedeçam às normas estabelecidas.

Além de artigos, a revista poderá apresentar comunicações, notas prévias, notícias de pesquisa em desenvolvimento, resenhas bibliográficas, além de notícias da APAH.

Aos autores de artigos serão enviados cinco (5) exemplares do número que trazer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

